

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

João Henrique de Sousa Santos

**INTELECTUAIS NÔMADES E REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA:
cartografando trajetórias na produção do comum**

Belo Horizonte
2023

João Henrique de Sousa Santos

**INTELECTUAIS NÔMADES E REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA:
cartografando trajetórias na produção do comum**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação

Orientadora: Dra. Izabel Christina Friche Passos

Belo Horizonte
2023

150 S237i 2023	<p>Santos, João Henrique de Sousa.</p> <p>Intelectuais nômades e reforma psiquiátrica brasileira [manuscrito] : cartografando trajetórias na produção do comum / João Henrique de Sousa Santos. - 2023.</p> <p>114 f.</p> <p>Orientadora: Izabel Christina Friche Passos.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Psicologia - Teses. 2.Reforma psiquiátrica - Teses. 3.Intelectuais - Teses. I.Passos, Izabel Christina Friche. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE JOÃO HENRIQUE DE SOUSA SANTOS

Realizou-se, no dia 25 de abril de 2023, às 14:00 horas, Virtual, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *Intelectuais nômades e reforma psiquiátrica brasileira: cartografando trajetórias na produção do comum*, apresentada por JOÃO HENRIQUE DE SOUSA SANTOS, número de registro 2018651000, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Izabel Christina Friche Passos - Orientador (UFMG), Prof(a). Ana Maria Pitta (UCSAL), Prof(a). João Leite Ferreira Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Prof(a). Tereza Cristina Peixoto (UFMG), Prof(a). Claudia Maria Filgueiras Penido (UFMG).

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Christina Friche Passos, Professora do Magistério Superior**, em 26/04/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Filgueiras Penido, Professora do Magistério Superior**, em 26/04/2023, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Peixoto, Professora do Magistério Superior**, em 26/04/2023, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Leite Ferreira Neto, Usuário Externo**, em 20/07/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Fernandes Pitta, Usuária Externa**, em 21/11/2023, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2247633** e o código CRC **7A305D60**.

***Aos que combatem o ódio com amor e não
renunciam ao esplendor do amanhã.***

AGRADECIMENTOS

acolher
princípio básico de educar
quem orienta está vários **Passos** à frente
e por isso merece lugar de destaque

amar
ato mesmo de generosidade
ler estando no mesmo barco
Thi ver

lutar
verbo antimanicomiar
reformar
fazer viver o **Movimento**

afetar
o encontro de **muitos**
a ausência de **tantos**
a presença de **vários**

somar
acreditando que a construção é
conjunta
o que é dito, **Banca**
o que semeia, cresce

amigar
prática
ato contínuo de enlaçar **Amizades**
torcer

pensar
ação **Intelectual**
transitar
habitar sem fixar

a g r a d e c e r

*Todas essas ações francamente ativas são
feitas de afetos e confronto ético.*

Antonio Lancetti, 2016

RESUMO

A literatura marca diferentes campos e atores que, somados, produziram condições de possibilidades de emergência da reforma psiquiátrica brasileira. A figura do intelectual parece estar sempre presente, seja em menção ao histórico produzido por visitas realizadas ao Brasil ou por embates travados, mediante possibilidades de retrocessos na política de saúde mental, por aqueles inseridos em meios acadêmicos e associações. O objetivo central desta pesquisa de doutorado foi cartografar trajetórias de resistência na saúde mental com foco na experiência do intelectual, em face da participação política na construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira. Com o caráter exploratório, recorreremos ao material disponibilizado em arquivo digital pelo Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil, desenvolvido na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mais especificamente, as entrevistas realizadas com cinco (5) importantes atores da reforma psiquiátrica em nosso país e, também, realizamos uma entrevista narrativa, com orientação cartográfica, feita pelo autor desta tese, com outro intelectual militante da reforma, não entrevistado pelo referido Projeto, mas igualmente importante. Inicialmente, buscamos pensar a figura do intelectual nômade, conceito empregado nesta tese para dizer desse sujeito que surge como agente político e revolucionário, experimentando novas subjetivações e a constituição de novos territórios, tomando o comum como potência de criação. Posteriormente, discutimos o caráter nômade das reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil e a dimensão constituinte de linhas autônomas com relação ao aparelho de Estado. Partimos da compreensão de que a reforma psiquiátrica compartilha do mesmo momento e de práticas de luta e resistência presentes na reforma sanitária e na redemocratização do país. Finalmente, por meio dos dados produzidos nas entrevistas, acompanhamos um percurso de tessitura de uma rede que se formou na conexão de linhas produzidas em diferentes momentos e espaços, e que marcaram a instituição de um comum na militância pela reforma. Com trajetórias singulares e experiências que modificam não apenas o contexto, mas, também a si mesmos, os intelectuais, sejam acadêmicos, trabalhadores ou gestores, ocuparam os espaços de luta e criaram possibilidades de encontros que reverberam construções coletivas, práticas inventivas e movimentos disruptivos na construção da reforma. Defendemos que a participação dos intelectuais na construção e defesa da reforma psiquiátrica sempre esteve atrelada a um espaço de experimentação de práticas coletivas, democráticas e desejanças.

Palavras-chave: Intelectuais; Reforma Psiquiátrica; Nomadismo; Comum

ABSTRACT

The literature points to different fields and actors that, together, produced conditions of possibilities for the emergence of the Brazilian psychiatric reform. The figure of the intellectual seems to be always present, whether in reference to the history produced by visits to Brazil or, given the possibilities of setbacks in mental health policy, due to the clashes waged by those inserted in academic circles and associations. The central objective of this doctoral research was to map the resistance trajectories in mental health with a focus on the intellectual's experience, in the face of political participation in the construction and defense of the Brazilian psychiatric reform. With an exploratory purpose, we resorted to the material made available in digital archive by the Project *Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*, developed at *Fundação Oswaldo Cruz* (FIOCRUZ), more specifically, the interviews carried out with five (5) important actors of the psychiatric reform in our country. Also, we also carried out a narrative interview, with a cartographic orientation, made by the author of this thesis, with another militant intellectual of the reform, not interviewed by the referred Project, but equally important. Initially, we seek to think about the figure of the nomadic intellectual, a concept used in this thesis to describe this subject who emerges as a political and revolutionary agent, experiencing new subjectivations and the constitution of new territories, taking the common as a power of creation. Subsequently, we discuss the nomadic nature of health and psychiatric reforms in Brazil and the constituent dimension of autonomous lines in relation to the State apparatus. We start from the understanding that the psychiatric reform shares the same moment and practices of struggle and resistance present in the health reform and in the redemocratization of the country. Finally, through the data from the interviews, we follow the course of the fabric of a network that was formed in the connection of lines produced in different moments and spaces, and that marked the institution of a common in the militancy for the reform. With unique trajectories and experiences that modify not only the context, but also themselves, intellectuals, whether academics, workers or managers, occupied spaces of struggle and created possibilities for encounters that reverberate collective constructions, inventive practices and disruptive movements in the reform construction. We argue that the participation of intellectuals in the construction and defense of psychiatric reform has always been linked to a space for experimenting with collective, democratic and desiring practices.

Keywords: Intellectuals; Psychiatric Reform; Nomadism; Common

RESUMEN

La literatura marca diferentes campos y actores que, sumados, produjeron condiciones de posibilidades de emergencia de la reforma psiquiátrica brasileña. La figura del intelectual parece estar siempre presente, ya sea en referencia al histórico producido por las visitas a Brasil o por los enfrentamientos, a través de la posibilidad de retrocesos en la política de salud mental, por parte de aquellos insertos en círculos académicos y asociaciones. El objetivo central de esta investigación doctoral fue mapear trayectorias de resistencia en salud mental con foco en la experiencia del intelectual, frente a la participación política en la construcción y defensa de la reforma psiquiátrica brasileña. Con el carácter exploratorio, recurrimos al material puesto a disposición en archivo digital por el Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil [Proyecto Memoria de la Reforma Psiquiátrica en Brasil], desarrollado en la Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) [Fundación Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)], más específicamente, las entrevistas realizadas con cinco (5) actores importantes de la reforma psiquiátrica en nuestro país y, también realizamos una entrevista narrativa, con orientación cartográfica, realizada por el autor de esta tesis, con otro intelectual militante de la reforma, que no fue entrevistado por el referido Proyecto, pero igualmente importante. Inicialmente, buscamos pensar la figura del intelectual nómada, concepto utilizado en esta tesis para decir de este sujeto que emerge como agente político y revolucionario, experimentando nuevas subjetivaciones y la constitución de nuevos territorios, tomando lo común como potencia de creación. Posteriormente, discutimos el carácter nómada de las reformas sanitarias y psiquiátricas en Brasil y la dimensión constitutiva de las líneas autónomas en relación con el aparato del Estado. Partimos del entendimiento de que la reforma psiquiátrica comparte el mismo momento y prácticas de lucha y resistencia presentes en la reforma sanitaria y en la redemocratización del país. Finalmente, a través de los datos producidos en las entrevistas, seguimos un recorrido de tejido de una red que se formó en la conexión de líneas producidas en diferentes momentos y espacios, y que marcaron la institución de un común en la militancia por la reforma. Con trayectorias únicas y experiencias que modifican no solo el contexto, sino también a sí mismos, los intelectuales, ya sean académicos, trabajadores o gestores, ocuparon los espacios de lucha y crearon posibilidades de encuentros que reverberan construcciones colectivas, prácticas inventivas y movimientos disruptivos en la construcción de la reforma. Defendemos que la participación de los intelectuales en la construcción y defensa de la reforma psiquiátrica siempre ha estado ligada a un espacio de experimentación de prácticas colectivas, democráticas y deseantes

Palabras-clave: Intelectuales; Reforma Psiquiátrica; Nomadismo; Común

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRASME – Associação Brasileira de Saúde Mental
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DINSAM - Divisão Nacional de Saúde Mental
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
GAM - Gestão Autônoma da Medicação
IBRAPSI – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições
LAPS - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental
MNLA - Movimento Nacional de Luta Antimanicomial
MTSM - Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RENILA - Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
RJ – Rio de Janeiro
SUS – Sistema Único de Saúde
UCSAL - Universidade Católica do Salvador
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO A UM DIÁRIO DE BORDO	14
2 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO.....	20
2.1 Um território, a embarcação e os tripulantes	24
2.2 Refazendo a rota, alterando as coordenadas	31
3 (ARTIGO 1) INTELLECTUAL NÔMADE: pensamento e luta no plano do comum ..	36
4 DE MOVIMENTOS REFORMISTAS À MÁQUINA DE GUERRA	57
4.1 O que é uma máquina de guerra?.....	59
4.2 Os movimentos como máquinas de guerra.....	62
4.3 Condições para reativação da trincheira	70
5 INTELLECTUAIS EM MOVIMENTO E PRODUÇÃO DO COMUM NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA.....	73
5.1 Algumas considerações metodológicas	77
5.2 Tecendo o comum.....	81
5.2.1 Formar bandos e agenciar afetos.....	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE.....	109
ANEXO	114

1 PRÓLOGO A UM DIÁRIO DE BORDO

Só há viagem esquizofrênica.
(Deleuze & Guattari, 2011a, p. 297)

Nada será como antes

O problema de se lançar ao mar sem um mapa a priori, contando apenas com algumas coordenadas e apostando na construção de algo mediado pelos afetos, encontros e desejos, é que nada pode ser como foi pensado.

Dois mil e dezoito. Uma viagem de um ponto ao outro, por um percurso desconhecido. Criam-se algumas coordenadas. Os planos, quase sempre, permitem uma certa segurança na navegação, mas nem sempre dão conta dos imprevistos. Desejos que circulam em torno de temas que mobilizam muitos afetos. Pistas que balizam um horizonte possível em meio a um objetivo que não gira em torno de um local seguro de chegada. A possibilidade de cartografar algumas linhas que ilustram caminhos possíveis de navegação se mostra bem interessante. Caneta e papel na mão. Dedos no teclado do notebook. Olhos fixos – às vezes, nem tanto, cedendo aos desvios – nas muitas letras, traços e linhas já produzidas. Escutar outros pensamentos. É assim que se dá a subida no barco, a entrada no mar e a pegada nos remos. Sim, aqui, não somente as mãos, mas o corpo como um todo é colocado a serviço para produzir movimento. Tudo mais ou menos certo para iniciar a navegação.

As primeiras vistas reforçam a potência da proposta. Um primeiro ano com muitos encontros, vários desses mediados por outras embarcações que traçavam seus próprios percursos. As mãos começam a mostrar sinais do esforço produzido no ato de remar. As linhas. As manchas. Os primeiros traços começam a se formar. Rabiscos que não indicam direção. Novas pistas. Conversas dentro e fora. Aproximação e distanciamento. Mais distanciamento do que aproximação. Algo do que se tinha pensado começa a ficar para trás. Outros horizontes vão se anunciando. Os movimentos das ondas. O soprar dos ventos. Tudo parece se aliançar em direção ao novo.

O ano está prestes a terminar, mas ainda estamos em dois mil e dezoito. Brasil. O mês é outubro. Eleição. No meio do caminho, o inesperado. O mar se torna revoltoso. É muito difícil remar em um mar feroz. Repito. É muito difícil remar em um mar feroz. Ele parece exalar ódio. Foi preciso resistir às ondas. Combater as tempestades.

Superar a ventania. Agora não somente as mãos mostram sinais de um movimento intenso, insistente e impulsionador. Outras partes se afetam. As vísceras. Os sentidos. Os ossos. Todo o corpo e seus sem-órgãos. Os afetos. Quem segura a mão de quem se alguém cair ao mar? O percurso era um tanto solitário até então, mas ninguém sobrevive só em um mar furioso. Foi preciso trocar a embarcação. Não havia força para remar um só remo. A braveza do mar parecia alimentar um desejo cada vez mais intenso de vencer as ondas. Poder e contrapoder. O medo de sucumbir à tempestade era combatido pela necessária, mais do que antes, construção dos traçados. Traçados que agora trazem manchas de muitas mãos, muitos pares que insistem em remar.

Dois mil e dezenove. Um ano inteiro tentando encontrar alguma pista. Tentando entender alguns traços no esboço de mapa que vai se construindo. Também tentando entender o contorno que se vai dando ao mar. Um mar que passa a dar vida a certos monstros que aniquilam algumas paisagens em volta. Um mar que passa a tirar vidas. Vidas precárias. Vidas não passíveis de embarcação. Vidas jogadas ao mar. Como é possível retomar a direção e continuar os movimentos para o mapa que devo traçar? Como é possível traçar um mapa de um percurso que começa a ser apagado, reconduzido à beira-mar sem vistas para um horizonte esperançoso? O ano termina. Um mapa do mapa é feito. Formas disformes. Novas pistas. Qualificadas?

Por aqui, o mar segue revoltado. Seu regente insiste em tumultuar. Estava tão revoltado que não me atentei para o mar maior. Uma onda gigante, que toma todos os continentes. Dois mil e vinte. Planeta Terra. Pandemia. Agora o caminho é atravessado por um tsunami que arrasa, destrói, invade e toma todo o corpo, dificultando respirar o ar que anuncia a liberdade. O barco se isola. Quem pode pegar a mão de alguém? O mar está seco. Deserto. Um deserto no mar. É muito difícil remar em um mar seco. Repito. É muito difícil remar em um mar seco. Perdem-se os remos. Perde-se a água. O movimento da água. O necessário contágio de afeto que cede lugar para uma temerosa Quimera. A água que movimentava, que conduzia, que balançava a embarcação, produzindo movimentos intensos de produção; agora é só proteção. Lava. Limpa. Elimina. Não há movimento, só isolamento. Que mapa é possível construir, que linha é possível traçar, que diálogo é possível estabelecer sem liberdade?

Dois anos tentando sobreviver a esse deserto. O navegante nômade, levado pelas ondas e dunas de um mar de areia. Dois anos pensando que tantos outros

mapas urgiam por produção. Dois anos e milhares de mortes no Brasil. Existem ondas que atravessaram a todo momento a construção desta tese. Eleição. Medo. Retrocesso. Ódio. Fundamentalismo. Violência. Perdas. Pobreza. Pandemia. Morte. Bolsonaro. Mais morte. Antivacina. Mais morte. Anticidência. Mais morte. Fome. Existem ondas que atravessaram constantemente a construção deste autor. Medo. Insegurança. Perda. Solidão. Angústia. Ansiedade. Covid. Foi muito difícil escrever em meio a tudo isso. Repito. Foi muito difícil escrever em meio a tudo isso. Nenhuma escrita é fácil. Nenhum trajeto é totalmente seguro. Nenhum caminho é sem estriamento. Tão difícil quanto superar a inércia do encontro carregado de eletrificação entre a tela do computador que se liga à tomada e uma cabeça tomada por ideias é resolver isso em meio a um governo de extrema direita, autoritário, que opera por um regime necropolítico, promovendo todo tipo de retrocesso à democracia e, conseqüentemente, aos direitos humanos. Tudo isso em meio a um contexto pandêmico. Se o caminho foi exatamente como o pensado? Certamente não. Nada será como antes. Esse pesquisador já não é o mesmo. Já não é a mesma embarcação. E já se anuncia um novo horizonte para o mar, “pois a criação de uma cartografia não responde apenas a critérios objetivos ou técnicos; os aspectos subjetivos, as sensações, as respostas do corpo, também participam dela, trazendo a dimensão da experiência.” (Coletivo Política do Impossível, 2008, p. 45).

Aqui, o afeto é sempre a mola propulsora

A vida e seu imperativo de ação nos convocam a todo o tempo ao movimento. Implicar-se é estar aí mesmo no lugar no qual a vida intima a passagens, trocas, deslocamentos e sinergias. A implicação remete ao olhar do pesquisador para o lugar que ocupa e deseja ocupar, uma análise do sistema de lugares e dos efeitos produzidos pelos atos e movimentos que perpassam a prática e o atravessam. Diz de um distanciamento de uma suposta neutralidade para a tomada de um plano de invenção de sujeito e objeto que continuamente se permuta.

Esse movimento de embarcar rumo ao desconhecido, conectado apenas por uma ideia de que há algo de importante a se descobrir, faz-me sentir exatamente como narra Lewis Carrol, em Alice no País das Maravilhas: “Eu quase desejo não ter entrado na toca do coelho... mas, mas, é tão curioso, sabe, esse tipo de vida!”. Ao entrar na toca como a Alice, retomo Foucault na “História da sexualidade”, volume 2, que

apresenta uma passagem que se tornou a mais impactante e norteadora de todo traçado de desenvolvimento desta pesquisa. Eis a citação:

É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (Foucault, 1984, p. 15).

Chamo atenção para uma questão: a curiosidade não seria ferramenta fundamental para um trabalho de pesquisa? O que quero evidenciar nestas notas introdutórias é que justamente no ato de olhar e refletir – nos diversos percursos, navegações, traçados durante a formação como pesquisador – sobre um posicionamento, carregado pelo que chamarei aqui de ‘paixão’, é que a curiosidade forjou questões em mim. O encontro se deu em um primeiro momento com ênfase no ‘eles’, quando me questionava o porquê de tanta paixão nas falas e nas ações das pessoas envolvidas com os movimentos de saúde mental. Em seguida, a ênfase se voltou para o ‘eu’, uma vez que me vi em diversos espaços produzindo posicionamentos e defesas acaloradas em torno da reforma psiquiátrica e de um cuidado digno em saúde mental.

Mas foi no encontro do ‘eles’ com o ‘eu’ que alguns ‘nós’ se formaram. Militante. Trabalhador. Pesquisador. Intelectual? Aos poucos, a clareza em torno da diferença entre pesquisador e objeto pesquisado já não se mostrava tão clara assim. Lembro-me do que disse Frédéric Gros (2004) acerca de Michel Foucault: Foucault não era intelectual e militante; ele era intelectual porque militante e militante porque intelectual. Faz, com isso, alguns nós entre o sujeito em sua condição política. Entre a teoria e a prática. Entre o pensamento e a ação.

Isto posto, é possível pensar, no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, um saber construído na academia desvinculado de uma luta política? Em que medida a luta pela construção e defesa da reforma convocou uma mobilização coletiva dos atores envolvidos no tema da saúde mental? Talvez essas perguntas sejam

respondidas ao longo deste trabalho enquanto tantas outras surgem. Quiçá cartografar os passos dos intelectuais na construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira seja produzir uma cartografia da paixão, dos territórios dos desejos, seguindo os percursos desses atores. Parafraseando Fonseca et al. (2007, p. 10), parece-me que os atos dos intelectuais em defesa da reforma psiquiátrica são “imbuídos de paixão, o trabalho deles é impulsionado pelo amor ao devir e pela vontade de revolução, o que os torna partícipes daquela multidão que busca aprender a viver no mar (...).”.

E por falar em mar, novamente, destaco que é tomado por essas ondas de afeto que o processo de escrita se inicia. O caldeirão da saúde mental começa a borbulhar. As violências, os descasos, as muitas vidas perdidas, as inúmeras subjetividades objetificadas, juntamente com as lutas, as resistências, os movimentos de conexão em direção à produção de vidas. Todas essas histórias vão atravessando meu corpo, tomando corpo em uma dança frenética dos dedos que fazem com que as letras se transformem em palavras, as palavras em frases, frases em parágrafos, texto, tese. E, com isso, as ondas tomam a praia, refrescam o corpo e abrem espaço para que uma história possa ser contada, conceitos inventados e diálogos traçados. Espaço para que experiências e novos arranjos cartográficos possam se apresentar, à medida que as ondas tocam a areia do mar, criando imagens e refrescando o solo, por vezes, difícil de pisar.

E, por acaso, já que o acaso é algo sempre presente no caminho do cartógrafo, encontrei, durante a construção desta tese, uma outra citação, agora de Gramsci, que se soma e dialoga com a menção de Foucault sobre a curiosidade, produzindo novas linhas para este estudo:

Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’. (...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povoação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como

relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o 'saber'; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. (Gramsci, 1999, p. 221-222).

Com isso, enfatizo a construção de um trabalho que passa pelos afetos – que já existiam, que passaram a existir e que ainda existirão –, enlaça-se nas paixões e reverbera nos diagramas de forças vigentes, adotando a curiosidade como máquina de escavar caminhos inimagináveis, refazer rotas, alcançar horizontes e produzir questões não pensadas anteriormente. E a paixão, um ato de lançar-se ao precipício como se fosse possível voar. Se for necessário, neste espaço introdutório, justificar esta pesquisa, utilizarei como ponto central a possibilidade de construir um trabalho político, agenciando atos de luta e resistência, reverberando ressonâncias e proposições e somando aos vários dispositivos já existentes de defesa e luta em prol da reforma psiquiátrica, tão necessários frente às políticas de retrocesso que governaram o País entre os anos de 2016, após o golpe dado no governo da presidenta Dilma Rousseff, e 2022, último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro.

2 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

O ponto de partida não se define pelo início, origem ou estado fundador. A composição é produção coletiva, heterogênea e emana do entre. Dos muitos encontros, linhas vão se formando, mapas ganham contornos, e rotas assumem seus traçados. Acompanhar, desenhar, traçar, dialogar, participar, observar, intervir, pesquisar, ler, anotar, inscrever. Desvelar os atores, as práticas de resistência e liberdade, as linhas de fuga, as relações de poder, os efeitos de saber, os jogos de objetivação e subjetivação, as produções de si e as disputas que compõem um mapa estratégico e rizomático. Cartografar como plano de composição.

Construir um trabalho cartográfico exige o desprendimento do fazer pesquisa como modo de representação de objetos. Aqui, o foco será no acompanhar processos da construção coletiva de um acontecimento. Tecer a rede. O plano do comum. Elaborar mapas. Desenhar fluxos e forças que se conectam com o fenômeno investigado, atentando-se para as modulações e os movimentos que o atravessam e constituem. Tomamos a reforma psiquiátrica brasileira como acontecimento que responde às modulações de diferentes territórios, enlaçando, entre diversos atores, os intelectuais, em um diagrama de forças micro e macropolíticas permeado não apenas de embates e tensões, mas, também, de construções coletivas, redes colaborativas e agenciamentos que ressoam no plano comum. O cartógrafo posicionado no entre acompanha o processo, sendo mobilizado pelas linhas de forças e afetos que o atravessam. Como assinala Passos et al. (2015, p. 10), o sentido da cartografia consiste em “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas”.

A noção de cartografia, como um dos princípios do rizoma, é apresentada por Deleuze e Guattari (1980/2011b) na introdução de *Mil Platôs*, volume 1. Tendo sua origem na Geografia, os autores conduzem um convite a pensar a cartografia em outros campos do conhecimento e através de outros dispositivos. Com isso, sinalizam que, ao contrário do decalque, produção do uno cristalizado e sem movimento que atua como modelo, a cartografia, em sua atuação como processo, é sempre composta por múltiplas entradas, aberta a constantes modificações e interligada a variadas dimensões. Fazer o mapa cartográfico se difere do fazer decalque, pois o mapa não é linear, estático e hierárquico. O mapa possui uma estrutura caótica e potencialmente

libertária que se move, produz, alonga-se, irrompe e retorna. Eis, então, o sentido da cartografia: produzir, construir, acompanhar algo que seja “sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.” (p. 43).

Pensar a cartografia como mapa que trabalha com formações rizomáticas e suas composições nos leva aos seis princípios do funcionamento rizomático apontados por Deleuze e Guattari (1980/2011a). Os dois primeiros referem-se às questões da conexão e da heterogeneidade: as conexões de um rizoma são múltiplas. Qualquer ponto pode e deve se conectar a qualquer outro, não estabelecendo uma fixação ou ordem. Com isso, um rizoma não cessa de formar cadeias heterogêneas, abertas e diversas. O terceiro princípio faz menção à multiplicidade: distanciamento do uno como sujeito ou como objeto e aproximação do múltiplo, tratado como substantivo, multiplicidade. Trata-se de uma composição de acontecimentos, grupos, conceitos, historicizações e formações sociais. Nas palavras dos autores, “as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras.” (p. 25). O quarto princípio trata da ruptura assignificante: o rompimento e a quebra do rizoma, em um lugar qualquer, são sempre iminentes, bem como a possibilidade de retomada, apoiada em outras linhas. “Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar.” (p. 25). Nesse princípio, os autores reforçam as linhas de fuga como marcas de uma formação rizomática, elementos que se conectam constantemente uns aos outros. O quinto e sexto princípio referem-se à cartografia e à decalcomania: nesse ponto, os autores distanciam o rizoma de um modelo estrutural ou gerativo, que reproduz decalques de um campo e o aproxima do traçado cartográfico, enquanto uma possibilidade de desenhar um mapa aberto, conectável, desmontável e suscetível às modificações constantes. “Ele [o rizoma] pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (...) Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas.” (p. 30).

Da botânica para a filosofia de Deleuze e Guattari, o rizoma ganha contorno de linhas, um tipo de raiz que se prolonga capilarizando-se por todos os lados, ampliando as possibilidades, problematizando qualquer enquadramento e apoiando-se sempre na experimentação. Uma raiz com crescimento polimorfo, horizontal e sem direção definida. Por se constituir enquanto linha e não forma, o rizoma pode se enveredar por outros caminhos, fugir, escapar às tentativas totalizantes e se conectar com outras linhas, tomar outras direções. Como marca Ceccim (2007, p. 12):

O rizoma se opõe à imagem da árvore frondosa – aquela com raízes que se aprofundam verticalmente no solo e uma arborescência que se projeta também verticalmente sobre o solo. A função da raiz de uma árvore é torná-la fixa ou rija, uma postura de solidez. O rizoma não se aprofunda verticalmente, cobre e recobre superfícies, se espalha; em lugar do fixo, o fluxo; em lugar da rigidez, a flexibilidade; em lugar da solidez, o alastramento. Um rizoma se propaga, não crava um lugar de permanência.

Tomando os princípios como características aproximativas, cabe apontar que o rizoma oferece um “modelo que não para de se erigir e de se entranhar, e do processo que não para de se alongar, de romper-se e de retomar.” (Deleuze & Guattari, 1980/2011, p. 42). Por isso, a cartografia, apreendida como um método estratégico-rizomático, consiste em acompanhar processos, sua marca basilar. Nessa direção, Prado Filho e Teti (2013) chamam atenção para o fato de que “o modelo do rizoma serve como orientação metodológica para um olhar cartográfico a ser aplicado sobre um campo, uma rede, uma teia de relações (...).” (p. 53).

Para um percurso que se oriente como rizoma, a cartografia, neste trabalho, é compreendida como uma prática de investigação, exercício ativo e intenso sobre o modo como o mapa vai se compondo e decompondo, portanto, não somente como uma metodologia científica, um processo de levantamento, verificação e análise de dados ou um conjunto de instrumentos do qual se buscará a aplicação para melhor conhecimento do campo investigado. Não se trata de produção de imagens, retratos e descrições de algo pronto, definitivo, mas de construir traçados, efeitos dos encontros gerados, das linhas construídas à medida que se habita e percorre territórios, um modo de experimentação. A cartografia acontece sempre enquanto percurso, e sua velocidade e sua potência se adquirem no meio, nunca no fim.

O entendimento da cartografia como algo que não abarca um conjunto de procedimentos metodológicos preestabelecidos, mas como uma estratégia processual de análise crítica, é discutido por Prado Filho e Teti (2013), em texto sobre o uso da cartografia nas ciências humanas e sociais. Os autores apontam para um processo que envolve estratégias de desvelamento dos agenciamentos e desmontagem de dispositivos. Enfatizam a necessidade de um olhar crítico sobre as espacializações cotidianas, conduzindo a espaços outros, heterotópicos. Nesse ponto, em diálogo com Foucault, os autores defendem a cartografia como uma possibilidade de conduzir a contraespaços que desafiam os lugares normais. Trata-se de espaços que produzem redes complexas e móveis, modulações heterogêneas e com articulações e movimentos diversos. Nas palavras dos autores: “espaço em rede, constituído por linhas e pontos, atravessado por relações e carregado de qualidades e intensidades, portanto, passível de ser cartografado.” (p. 54). Destaca-se que a heterotopia, como indica Foucault (1966/2013, p. 24), “tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatível.”. Nesse outro lugar, a emergência do comum, singular e compartilhado, ganha contornos heterogêneos que alinham potências e criam redes dinâmicas e variadas.

A cartografia se apresenta, assim, como alternativa importante para acompanhar a construção de rede, de espaços outros, por parte dos intelectuais, no movimento da reforma psiquiátrica brasileira. Acompanhar a reforma, produzir estranhamentos das espacializações cotidianas produzidas nesse movimento, seguir as pistas das lutas micro e macropolíticas e se abrir para o novo e para a diferença nos levam a um olhar sobre o território, os encontros e os mapas que se desenham.

Territórios afetivos, subjetivos, políticos, sociais, estéticos, históricos, desejantes e outros. Cartografar implica estar, compor, transitar por um território e ser afetado por ele. Trata-se de assumir uma atitude de pesquisa em que o pesquisador se reconhece como agente que compõe o território investigado e não se coloca como observador, mas como alguém que está implicado pelas linhas de força que compõem o campo. Ao compreender a importância do território e seu papel na construção do mapa, por meio dos diversos encontros, cabe ao pesquisador uma inversão no modo de se conceber a pesquisa científica: ele não coleta dados, ele os produz. Na condição de *flâneur*, desenha com o campo investigado novos caminhos. Daí a ênfase no

encontro como ponto fundamental para uma produção cartográfica. E como sinaliza Costa (2014, p. 72), “(...) tudo é passível de gerar um encontro cartográfico. As coisas aparentemente mais insignificantes e imprevisíveis podem ser extremamente potentes.”.

2.1 Um território, a embarcação e os tripulantes

O que interessa à história são os acontecimentos. Variações que apontam para fatos que não se repetirão, mas singularizam. Na contramão do traçado de uma unidade, essência ou verdade originária, busca-se alocar os acontecimentos no território, o que marca a construção de um campo de possibilidades de emergência de algo estrategicamente localizado no tempo e no espaço. Com ênfase nos processos, o território vai paulatinamente se afastando de um registro puramente geográfico e se aproximando de um horizonte dinâmico, pulsante e conflitivo.

Barboza e Pires (2022) em estudo sobre a atenção psicossocial em saúde mental marcam a importância de enfatizar a perspectiva processual e relacional na leitura sobre a noção de território. Concepção, esta, central para o modo como a rede – política, social e institucional – se organiza em torno da reforma psiquiátrica no Brasil. Transpondo o espaço geográfico, o território é lugar de movimento e, portanto, permeado por relações de poder. Suas profusas conexões e variadas movimentações promovem inúmeras possibilidades de composições. Nas palavras dos autores, “o território possui diferentes densidades de conexões entre pessoas, de fluxos de informações, de trocas de objetos, de movimentação monetária, de deslocamentos demográficos e incontáveis outros tipos de conexões (...)” (p. 25). Essas conexões que engendraram o território da reforma psiquiátrica brasileira se entrelaçam com as redes sociais dos atores, levando a uma produção disruptiva nos espaços instituídos no campo da saúde mental. É assim que irrompe um acontecimento.

Na cartografia dos caminhos traçados pelo intelectual, percurso de agenciamento e o lugar estratégico que ocupou e ocupa hoje na reforma psiquiátrica brasileira, cabe tomar a reforma como um acontecimento plural e como um processo ainda em curso. Um rizoma que evidencia brechas, rachaduras, caminhos e descaminhos em torno de múltiplas ramificações que guardam efeitos nos movimentos de retração e expansão. Como assinala Fonseca (2007, p. 31), enquanto

processo, a reforma “pode agir sobre si mesma para, então, fazer existir as virtualidades que lhe são imanentes.”. A autora prossegue dizendo que, como instância produtora de caos e ordem, a reforma “caracteriza-se como figura fissípara, sendo plano de tensões, luta e embate, passível de possuir tantas faces quantas forem as resoluções assumidas por suas forças em correlação problemática.” (p. 31).

A literatura marca diferentes campos e atores que, somados, produziram condições de possibilidades de emergência da reforma psiquiátrica brasileira. Como aponta Pitta e Guljor (2019), esse acontecimento traz as marcas do pensamento singular de intelectuais, com a força dos trabalhadores e as articulações dos movimentos. Iniciativas como abrir as portas dos manicômios, estruturar equipes multiprofissionais, criar hospitais-dia e serviços de saúde mental; atreladas à presença dos movimentos sociais, gestores, profissionais, intelectuais, familiares e usuários, entre outros atores, fomentaram, nesse contexto, um conjunto de forças produtoras (Amarante, 1995; Dias, 2008; Pitta, 2011; Desviat, 2015).

Fontes (2008) traz o protagonismo dos atores do movimento antimanicomial na produção da reforma psiquiátrica, assim como a importância do debate acadêmico e das práticas profissionais no campo da saúde mental. O autor assinala que os intelectuais insurgiram, em um primeiro momento, denunciando os maus tratos e a violação de direitos nos manicômios e instituições, ou seja, “contra o tratamento dispensado a loucura.” (p. 184). Concomitantemente, também se questionava a ideia de doença mental enquanto objeto do saber psiquiátrico. O duplo movimento de denúncia da lógica manicomial e de defesa da reforma psiquiátrica parece ser uma constante na prática dos intelectuais envolvidos nessa arena.

A figura do intelectual parece estar sempre presente, seja em menção ao histórico produzido por visitas realizadas ao Brasil ou por embates travados, mediante possibilidades de retrocessos na política de saúde mental, por aqueles inseridos em meios acadêmicos e associações. Todavia, a literatura não acompanha um passo a passo do intelectual, estrangeiro ou não, nesse território. Resgatar e seguir esses passos cria uma possibilidade de retomar o acontecimento e verificar seus efeitos de produção de subjetividade, partindo da hipótese de que a reforma não somente convoca como também forja um tipo de intelectual. Com isso, sujeito e campo são produzidos na tessitura territorial.

Sander (2010) retoma a presença de Michel Foucault no Brasil e a influência de sua produção no pensamento de intelectuais brasileiros – entre eles, Roberto Machado, Jurandir Freire Costa, Paulo Amarante, Rogério Luz, Kátia Muricy e Madel Luz – que, naquele momento, emergiram como atores que questionavam a loucura, a psiquiatria, as instituições e a sociedade. Como assinala o autor, “as reflexões desses autores aproveitavam os ‘novos ventos’ oferecidos pelas ideias foucaultianas – principalmente seus estudos sobre o poder médico – para se lançarem nos mares revoltos de então, denunciando e procurando saídas para a situação da saúde mental.” (p. 385). Com isso, chama atenção para o fato de que, no campo da reforma, a figura do intelectual é marcada por um posicionamento de denúncia da exclusão e de maus tratos ao louco e de defesa de seus direitos civis, políticos e sociais, o que nem sempre encontrou acolhida.

Nessa direção, Arbex (2013), em livro sobre o manicômio de Barbacena, no capítulo sobre os “rastros” de Foucault no Brasil, apresenta uma série de atores (intelectuais) que, à época, enquanto trabalhadores do serviço de saúde mental, denunciaram as brutalidades ocorridas no antigo Hospital Colônia de Barbacena, e, por tal ato, sofreram repreensões, de demissão a sanções em órgão de classe. A exemplo de:

- Ronaldo Simões Coelho: na década de 1970, então chefe do serviço psiquiátrico da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), fora demitido após denunciar, no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, os atos de barbárie ocorridos no Colônia.
- Francisco Paes Barreto: na década de 1960, fez sua primeira denúncia pública contra o Colônia e, em 1972, escreveu o artigo “Críticas do hospital psiquiátrico”, a ser apresentado no Congresso Brasileiro de Psiquiatria. Após a publicação do artigo pela imprensa da época, foi instaurada uma sindicância no Conselho Regional de Medicina alegando infração da ética médica.
- Antônio Soares Simone: psiquiatra que acompanhou Franco Basaglia ao Hospital Colônia em 1979, foi corresponsável por uma das cenas mais emblemáticas da história da reforma no Brasil, a saber, as declarações de Basaglia comparando o Colônia a um campo de concentração nazista e dizendo, para a mídia da época, que em lugar nenhum do mundo havia

presenciado tamanha barbaridade. Declarações que tiveram repercussão dentro e fora do Brasil. Com isso, os hospitais psiquiátricos processaram Antônio Simone, e o Conselho Regional de Medicina cogitou cassar seu diploma.

Essa movimentação dos trabalhadores, enredada por um exercício de fala franca (Foucault, 1984/2011) sobre as práticas que permeavam os manicômios nesse período da história, desenha um cenário em que o intelectual se constitui em meio a um trânsito entre a prática, o pensar sobre a prática e a política. Seja em meio às denúncias realizadas em Minas Gerais, como elucidado, ou pelo intenso processo de mobilização ocorrido no Rio de Janeiro, conhecido como a crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (Dinsam), os anos 1970 fornecem uma série de condições para o agrupamento de atores, entre eles, os intelectuais, que se tornaram cruciais na construção e defesa da reforma.

Das resistências às conquistas, a reforma psiquiátrica tem se configurado como um acontecimento dinâmico que convulsiona constantes discussões no meio acadêmico, político e técnico-profissional, além de despertar reações diversas da sociedade. Vale lembrar as manifestações proferidas em 2009 pelo poeta Ferreira Gullar, no Jornal Folha de São Paulo e em entrevista concedida à Revista Época, em que desaprova a redução dos leitos em hospitais psiquiátricos, afirma que a reforma psiquiátrica desconsidera a existência de transtornos mentais e cerceia o sofrimento de familiares, como ele, que teve dois filhos com esquizofrenia.

Tem que internar. Nenhum pai e nenhuma mãe internam seus filhos contentes da vida, achando que se livraram. Não estou dizendo que a lei foi feita para perseguir as pessoas. Não vou imaginar uma coisa dessas. Ela foi feita com boa intenção. Mas de boa intenção o inferno está cheio. (Gullar, 2009)

Do outro lado, em um movimento de defesa, cito as inúmeras manifestações contrárias ao episódio de nomeação do psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho, ocorrida em 2015 (exonerado em 2016), para Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde, dado seu histórico de atuação como dirigente do maior hospital psiquiátrico privado da América Latina (Manicômio Doutor Eiras, em

Paracambi/RJ) e sua postura contrária aos ideais reformistas. Na ocasião, associações como a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) lançaram notas contrárias à nomeação do psiquiatra, movimentando o meio acadêmico e os movimentos sociais no campo da saúde mental.

Tal nomeação desencadeou uma série de manifestações públicas produzidas por intelectuais em defesa da reforma e contrários ao retrocesso. Em uma dessas manifestações, Paulo Amarante, intelectual e militante presente desde os primórdios do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil, denuncia a nomeação como “uma tentativa de desarticular uma política que é bem-sucedida e que interfere nos interesses arcaicos conservadores da psiquiatria e nos interesses econômicos da área¹”. Outro exemplo consiste na Nota Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS (Brasil, 2019), emitida em 04 de fevereiro de 2019, que elucida mudanças, no sentido de retrocessos, na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Fato esse que acarretou uma série de declarações de repúdio por parte de associações, conselhos de classe, periódicos acadêmicos em editoriais e entrevistas a intelectuais, pois se tratava, como denuncia Delgado (2019, p. 3), de “uma medida direta de desconstrução da reforma psiquiátrica”. O resultado de intensa mobilização consistiu na retirada da Nota pelo Ministério da Saúde.

Ao que parece, esses movimentos possibilitaram, uma vez mais, visualizar o jogo correlacional que se estabelece no campo da reforma, no que diz respeito aos intelectuais, entre o lugar acadêmico e o lugar político. Pesquisar sobre a reforma psiquiátrica enquanto um acontecimento via cartografia do movimento intelectual consiste em um olhar sobre a emergência do sujeito político, modulado pelos efeitos de saber-poder presentes nesse cenário. Portanto, a noção de experiência parece importante para captar os efeitos desse deslocamento e dessa discursividade que incidem sobre esse sujeito, ou seja, o processo no qual o intelectual se experimenta como sujeito político e se constrói no ato dos acontecimentos.

¹ Trecho da entrevista *on-line* concedida ao Instituto Humanitas Unisino. Título: Retrocessos à vista no campo da saúde mental no Brasil. Entrevista especial com Paulo Amarante. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/551466-retrocessos-a-vista-no-campo-da-saude-mental-no-brasil-entrevista-especial-com-paulo-amarante>

No limite, deve-se considerar o fato de que a prática interfere na experiência de si do sujeito inserido nesse processo. Experiência tomada como o modo pelo qual o intelectual se transforma e se constitui enquanto sujeito político, mediante as relações estabelecidas consigo mesmo e com o outro. Portanto, faz-se importante, em síntese, entender como os intelectuais experienciam o movimento em rede de construção e defesa da reforma psiquiátrica e quais processos de articulação perpassam a participação política desses atores.

Um registro importante que justifica a construção deste trabalho consiste na compreensão de que a reforma psiquiátrica pertence a um campo de multiplicidades, de constantes modulações de formas e forças, de produções múltiplas e diversas em movimento, que convoca, sempre e a todo momento, atos de luta e resistência. Como balizam Fonseca et al. (2007, p. 7), em apresentação presente em um belíssimo texto repleto de inquietações sobre a reforma psiquiátrica, essa “responde às ondulações dos diferentes territórios, enlaça-se ao diagrama das forças então vigentes, sobrevivendo nos intervalos tensos entre a história e a liberdade.”. E avançam defendendo que a reforma se faz por meio de “atos de contínua luta, que, agenciados uns aos outros, constituirão ressonâncias de suas proposições para fazerem frente às carcomidas, mas ainda ativas, muralhas manicomiais.”. Nessa direção, esta tese se coloca justamente no horizonte a localizar ressonâncias e composições das paisagens que se desenham pela presença dos intelectuais.

Ao tomarmos como problema de pesquisa a experiência dos intelectuais no exercício cotidiano de construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira e os atravessamentos dos efeitos de saber-poder que incidem sobre a prática do intelectual nesse exercício, situamos esse acontecimento, no presente, em uma arena permeada de ataques e retrocessos nas conquistas já efetivadas. No curso dos últimos 20 anos de aprovação da Lei nº 10.216 de 2001 (Brasil, 2001), conhecida como lei da Reforma Psiquiátrica, que produziu uma revolução no modelo de assistência, instituindo uma política nacional de saúde mental no país, com fechamento gradual de leitos em hospitais psiquiátricos, e com a Portaria nº 3088/11 (Brasil, 2011), que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a criação de serviços substitutivos, a reforma vem sofrendo constantes ataques e rejeições nos planos político, econômico e setorial, com tentativas persistentes de desestabilização e desestruturação do modelo proposto. Uma lógica que convergiu com um contexto de luta pela redemocratização

do país, juntamente com a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), vê-se tendo que voltar às suas origens de luta para resistir e combater um movimento contrário que surge buscando desmantelar suas estruturas de cuidado em liberdade.

O quadro começou a se alterar no final de 2015: ações de redução do financiamento federal e incentivos financeiros a estratégias de desinstitucionalização da RAPS; destinação de verbas para instituições com prestação de serviços, como hospitais psiquiátricos; investimento público nas comunidades terapêuticas, entre outros fatores, são ações pautadas em dispositivos institucionais instrumentalizados por meios legais, como Portaria, Lei e Nota Técnica, e reforçam um modelo manicomial e uma descontinuidade da reforma. Contudo, o texto de Vasconcelos chama atenção, ainda nos anos de 2010, para os problemas presentes na política de saúde mental, apontando riscos de regressão no processo da reforma e sinalizando desafios políticos na conjuntura da época. Nas palavras do autor, “o atual quadro político no campo da saúde mental apresenta riscos urgentes no horizonte, mas estes desafios também podem constituir um estímulo para a renovação e aprofundamento de nossa estratégia de desinstitucionalização psiquiátrica.” (Vasconcelos, 2010, p. 11). Ao que parece, as palavras de Vasconcelos continuam a ecoar 10 anos depois, considerando que o atual cenário permanece colocando riscos à reforma.

Esse cenário de precarização e desmonte, que tem produzido um efeito de agenciamento dos atores da reforma, convocando a uma reorganização e mobilização para a luta, aparece na literatura como um movimento de contrarreforma (Lima, 2019, Nunes et al. 2019, Pitta & Guljor, 2019, Oka & Costa, 2022, Chiabotto et al. 2022). De acordo com Nunes et al. (2019, p. 4491), a contrarreforma pode ser definida como “um processo sociopolítico e cultural complexo que evidencia uma correlação de forças e interesses que tensionam e até revertem as transformações produzidas pela RP [Reforma Psiquiátrica]”, nas dimensões epistemológica, social, assistencial, política e cultural.

Para Chiabotto et al. (2022), “a contrarreforma se acirra em um momento de fragilidade das instituições democráticas e de precarização das políticas públicas.” (p. 92). Diante disso, os autores afirmam a necessidade de realinhar o movimento de resistência contra os recorrentes ataques à reforma, organizar-se coletivamente e resgatar o protagonismo dos atores que historicamente se mostraram fundamentais para a efetivação desse modelo. Em diálogo com Nunes et al. (2019), trata-se de

impulsionar uma reforma que, não consolidada, encontra-se em pleno devir. Portanto, os intelectuais seguem como importantes e necessários atores nessa construção em rede do reconhecimento dos avanços, partindo dos precedentes históricos, da defesa e da luta, em direção à efetivação da proteção da vida, da luta contra a violação dos direitos e do cuidado em liberdade.

É importante apontar que este trabalho parte de um recorte sobre o papel dos intelectuais, sem, contudo, produzir prejuízo acerca da participação dos trabalhadores e dos usuários dos serviços de saúde mental. Associações e ações criativas de intervenção social desses segmentos país afora atestam sua importância na construção e defesa da reforma, bem como na consolidação de práticas de cuidado e atenção em saúde. São ações transformadoras da cultura manicomial, ainda presente e mesmo dominante em nossa sociedade. Tal recorte tem, ainda, um propósito político, a saber, o de produzir um deslocamento na cultura cientificista, também dominante (Almeida, 2015). Apesar disso, destacamos que embora guardem suas especificidades, só uma ação conjunta e multifacetada poderia dar conta de um processo tão complexo e longo como o da Reforma Psiquiátrica, como ficará evidenciado ao longo deste trabalho.

2.2 Refazendo a rota, alterando as coordenadas

O tema central desta tese é a participação dos intelectuais brasileiros na construção e defesa da reforma psiquiátrica. O objetivo geral consistiu em cartografar trajetórias de resistência na saúde mental com foco na experiência do intelectual, em face da participação política na construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira. Como objetivos específicos, buscou-se investigar, sistematicamente, a noção de intelectual e sua implicação para o presente (capítulo 3); retratar um panorama de lutas presentes na reforma psiquiátrica e na reforma sanitária no Brasil (capítulo 4); identificar as principais estratégias desenvolvidas pelos intelectuais na construção e defesa da reforma, analisando experiências de constituição em rede em suas atuações políticas no campo da saúde mental (capítulo 5).

Tais objetivos buscam a composição de um plano pautado em questões que se conectam e se atravessam. No embate travado na construção e na defesa da reforma psiquiátrica brasileira com a participação dos intelectuais, tais atores são

atravessados por linhas de forças que favorecem ou não a emergência desses enquanto sujeitos políticos. Trata-se aqui de pensar no intelectual como aquele que bordeia a figura do entre, daquele que não se deixa apanhar pelos fluxos, tornando-se outro, nômade, errante, sempre variável e sempre variante. Nessa direção, os atos e agenciamentos inseridos no contexto da reforma psiquiátrica parecem forjar um plano comum, em que a reforma surge como máquina de guerra e os intelectuais-militantes, junto a outros atores, formam um tecido coletivo guiado por singularidades, o qual reverbera sua potência nos modos de se constituir na e em rede.

Para atingir os objetivos propostos, foram necessárias algumas idas e vindas, um movimento nômade, durante a construção dessa tese. Inicialmente, pensamos em desenvolver um trabalho com uma estrutura mais alinhada aos moldes clássicos de uma tese, encontrando e dialogando com diversos intelectuais que com participação importante na história da reforma psiquiátrica no Brasil, construindo conjuntamente um mapa da participação desses atores e traçando linhas que marcaram direções convergentes e divergentes na produção de suas militâncias no processo. Não contávamos com uma pandemia no meio do percurso. Com o isolamento social, a possibilidade dos encontros presenciais cedeu lugar a entrevistas a serem realizadas na modalidade on-line. Foram muitas as tentativas. Várias trocas de e-mails e mensagens. A cada tentativa malsucedida, alguns meses se passavam. Começamos a levantar algumas hipóteses após várias tentativas com diferentes intelectuais, alguns diálogos e nada que desse mais concretude em direção à consolidação do encontro. Sim, era mais um encontro do que uma entrevista. Seria efeito da pandemia? Estariam os intelectuais sobrecarregados com o momento atual, permeado por uma política de retrocesso à reforma? Sendo atores ainda atuantes na militância na área da saúde mental, estariam cansados de conceder entrevistas? Ou seria uma certa indisposição com o on-line? Essas são algumas das muitas questões que borbulhavam na minha cabeça a cada tentativa realizada. E tudo isso tentando remar (no mar anunciado) e construir um percurso que desse conta de um trabalho de tese. Logo, foi preciso refazer a rota.

Cientes de que se trata de figuras públicas, recorreremos às entrevistas já realizadas, que estavam alinhadas com a proposta deste estudo, disponíveis em acesso on-line. Para tal, pesquisamos no banco de dados do projeto idealizado pela Fiocruz denominado Memória da Reforma Psiquiátrica. Além de acompanhar a linha

do tempo traçada pelo projeto, tomamos como material de análise o acervo audiovisual disponibilizado no *website*, o conjunto de material disponibilizado, mais especificamente, as entrevistas realizadas com cinco (5) importantes atores da reforma psiquiátrica em nosso país (Anna Pitta, Ernesto Venturini, Gregorio Baremlitt, Paulo Amarante e Pedro Delgado). As entrevistas disponibilizadas em vídeo foram transcritas na íntegra e analisadas com o intuito de produzir um mapa de composição da participação desses intelectuais na reforma.

Além dos intelectuais mencionados, foi possível realizar uma entrevista com Eduardo Vasconcelos, também um importante intelectual e militante da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, com extensa e relevante produção na área. O projeto de pesquisa foi então submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, de acordo com a Resolução CNS nº 510 (Brasil, 2016a), parecer 5.358.538.

Mais que uma entrevista com roteiro pré-fixado, buscamos privilegiar, ainda que na modalidade *on-line*, o encontro, o entre, em uma tentativa de colocar em evidência a experiência do sensível. E é no encontro atravessado por afetos que Vasconcelos me convoca à militância, como um jovem pesquisador, no mesmo momento em que conclui que a necessária entrada dos novos não inviabiliza a permanência dos que aqui sempre estiveram. Afinal, como diz Rossano Lima, “o fantasma do retorno dos hospícios é só a ponta do iceberg de toda uma cultura manicomial que ainda resiste na sociedade brasileira, e cuja desconstrução é trabalho para mais algumas gerações.” (Lima, 2019, p. 4).

Diante do exposto, e considerando os atravessamentos que marcaram a produção da escrita, esta tese está composta por três capítulos, que operam como cais, pontos à margem do rio de modo a permitir e facilitar o embarque e desembarque de ideias que movimentaram um percurso cartográfico em torno da participação dos intelectuais na reforma. Os capítulos aqui apresentados aparecem como pontos de linhas nesse mapa mais amplo que busca tecer um viés da reforma ainda pouco investigado na literatura.

O primeiro capítulo, elaborado em formato de artigo, busca pensar a figura do intelectual nômade, conceito empregado nesta tese para dizer desse sujeito que insurge como agente político e revolucionário, experimentando novas subjetivações e a constituição de novos territórios, tomando o comum como potência de criação. Para isso, buscamos, em um primeiro momento, teóricos que se dedicaram a pensar a

figura do intelectual como um problema da modernidade, especialmente Antonio Gramsci, onde encontramos uma primeira teoria dos intelectuais (Traverso, 2020), e Michel Foucault, que redefine o estatuto do intelectual em oposição a uma certa organicidade, presente no primeiro autor. Em seguida, nos debruçamos sobre a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em diálogo com autores alinhados e próximos a essa perspectiva teórica, para tecer o que chamamos de intelectual nômade. Por fim, apostamos na potência nômade como máquina de guerra, engendrada no plano do comum, a partir das redes que se constituem nas lutas políticas, como possibilidade de abalar as estruturas do aparelho de Estado, sobretudo em tempos nos quais a figura do intelectual e a própria ciência é questionada por movimentos conservadores. A construção desse artigo mais teórico partiu da aposta de que o intelectual presente na reforma psiquiátrica, se aproxima justamente, desse intelectual nômade.

O segundo capítulo se volta para o caráter nômade das reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil e a dimensão constituinte de linhas autônomas com relação ao aparelho de Estado. Partimos da compreensão de que a reforma psiquiátrica compartilha do mesmo momento e de práticas de luta e resistência presentes na reforma sanitária e na redemocratização do país. Nessa direção, tomaremos os movimentos dessas reformas como máquinas de guerra, em diálogo com a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em especial, o “Tratado de nomadologia” (1980/2012a). Entendemos que a condição nômade dos movimentos e a posição de resistência estão atreladas ao agenciamento entre pares e à organização em redes moleculares. O texto indica, ainda, a urgência diante de um cenário desfavorável no presente de repensar as estratégias e táticas usadas no passado de modo a aprimorá-las e somá-las na produção de uma máquina mais conectada com os agenciamentos nômades do presente. Tal fato tem se tornado condição para permanência do movimento e das conquistas. Concerne a uma tarefa que alinha os que estão na luta para construir uma sociedade mais justa e democrática. Nesse capítulo, usamos uma perspectiva mais histórica sobre esses movimentos, para localizar e reconhecer neles um cenário propício à produção de um sujeito político.

Por fim, o último capítulo busca um diálogo entre a figura do intelectual, enquanto ator da reforma, e as noções de nomadismo e de produção do comum. Para tal, utilizamos dados produzidos por meio de entrevistas. Acompanhamos um

percurso de tessitura de uma rede que se formou na conexão de linhas produzidas em diferentes momentos e espaços, e que marcaram a instituição de um comum na militância pela reforma. O território da saúde mental emerge como espaço de luta, um campo de expansão de um devir intelectual, operado por uma rede de encontros com agenciamentos de corpos e pensamentos. Sustentamos a tese de que os intelectuais foram e são particularmente atores importantes na reforma e têm uma função estratégica de adensamento das práticas e promoção da construção do comum no território da saúde mental. Com trajetórias singulares e experiências que modificam não apenas o contexto, mas, também a si mesmos, os intelectuais, sejam acadêmicos, trabalhadores ou gestores, ocupam os espaços de luta e criam possibilidades de encontros que reverberam construções coletivas, práticas inventivas e movimentos disruptivos. Tudo isso sem deixar de lado a potência do pensar em ato.

Vale destacar que, no plano metodológico, não buscamos produzir respostas ou soluções para os problemas apontados nesta pesquisa, tampouco pretendemos chegar a uma produção de verdades sobre a presença e participação dos intelectuais ao longo da reforma psiquiátrica brasileira. Procuramos tornar visíveis as experiências vividas nesse acontecimento, principalmente suas potências e resistências, que permeiam todo um campo de luta e construção de si e do próprio acontecimento. É, portanto, um trajeto que buscou lançar luz sobre um modo de luta em meio a um campo tão adverso e que não admite pausas, mas convoca a potência do comum, como primado de resistência. As considerações finais oferecidas como respostas (ou perguntas) às várias questões que surgiram ao longo do estudo são apenas linhas de chegada de algo inacabado ou uma fotografia do percurso trilhado e não encerrado, mas abandonado (deixado ao bando). E se estamos falando de percurso, defesa e construção, não seria o inacabado uma condição sempre presente para algo que convoca a uma luta constante?

3 (ARTIGO 1) INTELLECTUAL NÔMADE: pensamento e luta no plano do comum²

Intelectual nômade: pensamento e luta no plano do comum

Nomadic intellectual: thinking and fighting on the common plane

Intelectual nómada: pensar y luchar en el plano de lo común

Resumo: O presente artigo tem por objetivo pensar a figura do intelectual nômade como agente político e revolucionário que experimenta novas subjetivações e a constituição de novos territórios, tomando o comum como potência de criação. Para isso, buscamos, em um primeiro momento, teóricos que se dedicaram a pensar a figura do intelectual como um problema da modernidade. Em seguida, debruçamo-nos sobre a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em diálogo com autores alinhados e próximos a essa perspectiva teórica, para tecer o que chamados de intelectual nômade. Por fim, a potência nômade com sua máquina de guerra, engendrada no plano do comum, a partir das redes que se constituem nas lutas políticas, é uma aposta na possibilidade de abalar as estruturas do aparelho de Estado, sobretudo em tempos em que a figura do intelectual e a própria ciência se encontram em descrédito por movimentos reacionários.

Palavras-chave: intelectual; nomadismo; filosofia da diferença; devir.

Abstract: This paper aims to examine the nomadic intellectual figure as a political and revolutionary agent that experiments new subjectifications and a constitution of new territories, using the common as potency for creation. In order to achieve this, we search, firstly, for theorists that dedicated themselves to reflecting on the intellectual figure as a problem of the modernity. Then, we'll focus on Deleuze and Guattari's philosophy of difference, in dialogue with authors aligned and close to this theoretical perspective, to forge what we call the nomadic intellectual. Lastly, the nomadic potency with its war machine, engendered on the common plane, through the webs that constitute themselves in the political struggles, is a bet waged on the possibility of disturbing the structures of the State's apparatus, above all during times in which the

² Este artigo é parte integrante da tese de doutorado do autor (Santos, 2023). Manuscrito elaborado seguindo formatação para publicação em periódico acadêmico.

figure of the intellectual and Science itself find themselves discredited by reactionary movements.

Keywords: intellectual; nomadism; philosophies of difference; becoming.

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo pensar la figura del intelectual nómada como agente político y revolucionario, que experimenta nuevas subjetivaciones y constitución de nuevos territorios, tomando lo común como potencia de creación. Para ello, buscamos, en un primer momento, teóricos que se dedicaran a pensar la figura del intelectual como un problema de la modernidad. Luego, nos enfocamos en la filosofía de la diferencia de Deleuze y Guattari, en diálogo con autores alineados y cercanos a esa perspectiva teórica, para tejer lo que llamamos de intelectual nómada. Finalmente, la potencia nómada con su máquina de guerra, engendrado en el plan de lo común, a partir de las redes que constituyen en las luchas políticas, es una apuesta en la posibilidad de sacudir las estructuras del aparato del Estado, especialmente en tiempos en los que la figura del intelectual y la propia ciencia se encuentran desacreditados por los movimientos reaccionarios.

Palabras-clave: intelectual; nomadismo; filosofía de la diferencia; devinir.

A atualidade coloca para o intelectual o desafio de se posicionar em uma sociedade globalizada e antagônica, cada vez mais dividida e submetida ao controle molecular do capital, com consequente cisão das experiências. Não mais tomados como porta-vozes de uma determinada classe social, os intelectuais precisam se redefinir e, na urgência de se preocuparem com o que está por vir, defender o interesse comum. Para problematizar o modo como os intelectuais se alinham à produção de conhecimento e à luta política por conquistas de direitos, igualdade e emancipação social, parece-nos necessário localizar uma política de subjetivação do intelectual moderno para, em seguida, cartografar uma estética de viver e produzir nômade. Em uma época de crises, incertezas, retrocessos e violações, a figura do intelectual ressurgue na esfera pública com seu potencial de produção de laços de solidariedade e luta política por valores democráticos.

Comumente utilizado no contexto acadêmico-científico e sociocultural, a literatura não apresenta um consenso sobre a noção de intelectual, criando uma amplitude de abordagens sobre essa figura e seu papel na sociedade (PASSIANI, 2018; ALTAMIRANO, 2006; LECLERC, 2004). De saída, estamos longe de tentar construir a gênese da figura do intelectual ou até mesmo uma tipologia enumerando as possíveis definições que compõem o quadro teórico desse ator. Interessa-nos pensar a emergência do intelectual moderno como algo arquitetado em uma determinada época, por certos arranjos discursivos e condições não discursivas, e os contornos necessários para sua sobrevivência na atualidade. Assumindo uma posição foucaultiana, recusamos uma linearidade da história e da compreensão de que as mudanças ocorrem de forma contínua. Para tal, em detrimento de uma constante histórica e alinhados à noção de acontecimento (FOUCAULT, 1980/2012), apostamos nas conexões, nos encontros, nos apoios, nos bloqueios, nos jogos de força e nas estratégias que, em um dado momento histórico, social e cultural (França dos anos 1890), forjaram o que a literatura denomina intelectual moderno.

Na esteira desse problema e buscando adotar um caminho com vista à constituição do sujeito intelectual, percorrer os seus modos de subjetivação, bem como a cartografar algum devir intelectual, este estudo terá como embasamento, em um primeiro momento, teóricos que se dedicaram a pensar a figura do intelectual como um problema da modernidade. Em seguida, debruçar-nos-emos sobre a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em diálogo com autores alinhados e próximos a essa perspectiva teórica, para tecer o que chamaremos de intelectual nômade. Empreende-se, com isso, pensar uma prática que se abre para novas subjetivações e constituição de novos territórios, necessariamente, em meio aos encontros, em rede, experimentando o comum como potência de criação.

O intelectual moderno e a ação política

O problema da definição e constituição do intelectual demanda uma investigação através de uma série de teorias e autores que se dedicaram ao estudo não apenas a propósito do conceito, mas, também, da prática intelectual. Talvez por não possuir um estatuto de profissão ou mesmo uma função bem definida e facilmente identificável, ou por não se configurar como um grupo homogêneo, ou, ainda, por cair

numa certa banalização na atualidade, o intelectual se aproxima das categorias sociais problemáticas (LECLERC, 2004). Não bastasse a complexidade em torno da sua definição, faz-se necessário questionar, além do mais, onde foram parar os intelectuais. Essa questão, levantada por Traverso (2020) e que dá título à sua obra, aponta para uma fragilização desse ator, que teve o seu apogeu no século XX, como inteligência crítica e pensamento dissidente frente ao autoritarismo. Por sua vez, também convoca uma demarcação frente ao anti-intelectualismo, que cresce proporcionalmente à guinada conservadora impulsionada pela ascensão de grupos fundamentalistas em posições estratégicas de exercício de poder, tanto no Norte como no Sul global.

Soma-se a isso o fato de que, na atualidade, especialmente nos cenários das massas e dos movimentos sociais, parece reger uma conformação que opera na contramão da necessidade da presença do intelectual. Tal fato reverbera um descrédito a essas vozes, fazendo com que as práticas desses atores ressoem com menos intensidade do que outrora, o que acaba por costurar demandas outras, exigindo a redefinição de suas lutas. Esse breve panorama e as linhas que o constituem nos conduzem a um resgate da noção de intelectual e da sua passagem enquanto adjetivo para o intelectual substantivo (TRAVERSO, 2020).

Como aponta Leclerc (2004), em sua “sociologia dos intelectuais”, cada época conheceu uma figura de destaque no campo do conhecimento, seja o nobre da corte, o filósofo do iluminismo ou o intelectual da modernidade. Para esse autor, embora seja possível empregar o termo intelectual antes da modernidade, o intelectual emerge “quando as teorias das Luzes, depois das guerras revolucionárias e napoleônicas, são traduzidas, reinterpretadas, comentadas, denunciadas, criticadas, ‘ultrapassadas’, nas novas formas discursivas que aparecem no início do século XIX.” (p. 35). Em todo caso, há um certo consenso na literatura indicando que a definição de intelectual moderno ganhou contornos a partir do caso Dreyfus³ (LECLERC, 2004; PASSIANI, 2018; TRAVERSO, 2020). Tal acontecimento deflagrou um manifesto, de autoria de Émile Zola, nomeado “J’accuse”, publicado em 13 de janeiro de 1898, no jornal francês L’Aurore, marcando a entrada do intelectual na cena política e reconfigurando os modos de ação utilizados por esse ator. O caso Dreyfus redireciona

³ Alfred Dreyfus, oficial do exército francês, foi acusado de espionagem, por supostamente ter entregado documentos oficiais à embaixada da Alemanha, e condenado à prisão, por crime de alta traição, em dezembro de 1894.

os holofotes para a figura do intelectual, redimensionando sua ação política e impondo a necessidade de se compreender quem é esse ator e qual é o seu papel na sociedade moderna.

Zola, famoso escritor francês, torna-se um exemplo de intelectual ao sustentar publicamente um posicionamento ético e político referente a um julgamento que mobilizou a sociedade francesa da época. Em sua carta, impressa na primeira página do jornal, o escritor denuncia o complô do qual Dreyfus é vítima, acusa o governo francês de antissemitismo, apresenta os erros judiciais presentes no processo e aponta a prisão de Dreyfus como ato ilegal. Para Cara (2015, p. 315), “a tomada de posição de Zola compõe o mapa dos rumos da participação pública do intelectual na nova ordem”, uma vez que, no dia seguinte à publicação, vários nomes importantes da época apareceram no jornal aderindo ao seu manifesto. Esse grupo foi denominado por Clemenceau, jornalista responsável pelo jornal *L’Aurore*, de intelectuais, ao classificar essa adesão como “manifesto dos intelectuais” (LECLERC, 2004).

Vale destacar que o termo intelectual ganha maior visibilidade no “protesto dos intelectuais”, publicado por Auguste-Maurice Barrès, ao ser usado como uma espécie de injúria, uma conotação pejorativa, dirigida aos que defendiam Dreyfus (LECLERC, 2004).

Mas é Barrès, o líder dos antidreyfusistas, que populariza o termo ao publicar, uma semana mais tarde, em *Le Journal*, uma crônica intitulada “O protesto dos intelectuais”. Apoiando-se nas instituições da conservação e da tradição (a igreja, a acadêmica francesa, a justiça e o exército, a imprensa conservadora) e chamando os “intelectuais” de “tolos” e de “estrangeiros”, Barrès irá assegurar ao termo seu renome e seu destino histórico. (LECLERC, 2004, p. 54).

O acontecimento Dreyfus ganha maior atenção não só por fazer reverberar a figura do intelectual, mas, também, por dar espaço a um certo anti-intelectualismo. Na análise de Passiani (2018), “o caso Dreyfus expõe, portanto, que a oscilação entre a apologia do intelectual e o discurso contra o intelectual são tendências que se desenvolvem juntas, numa relação de complementariedade ao invés de negação mútua.” (p. 23).

Ainda na análise do caso Dreyfus, é preciso tomá-lo não enquanto ponto fundador, como fazem alguns autores (LECLERC, 2004; ALTAMIRANO 2006; TRAVERSO, 2020), mas como um acontecimento, ou seja, uma ruptura histórica radical que produziu, por meio de seus efeitos, um novo modo de pensar as práticas intelectuais, agora como ação política, bem como as relações de forças. Havia, à época, todo um arranjo entre os discursos e as condições não discursivas, embates políticos e intelectuais, divergências sociais e ideológicas e entraves que remetiam a processos históricos, criando, naquele momento, um solo propício para a emergência e tomada do discurso de Zola no espaço público de um ponto de vista crítico, político, ético e estético (PASSIANI, 2018).

A ascensão pública do intelectual e sua ação de contestar o discurso dominante, provocar a discórdia e inserir uma leitura crítica dos acontecimentos, compondo um fazer ainda urgente e necessário na atualidade, colocam-no em uma posição progressista frente ao discurso anti-intelectual, tomado como conservador, ocasionando, com frequência, no exercício de sua prática, um alto preço a se pagar⁴ (TRAVERSO, 2020).

Na esteira de ampliar a noção de intelectual e visando a compreender outras possibilidades de abordagem desse ator, faz-se importante avançar na questão apontada por Antonio Gramsci, quando questiona se a categoria intelectual pertenceria a um grupo social autônomo. Retomar Gramsci nos parece necessário nessa procura, tendo em vista que é nele que encontramos uma primeira teoria dos intelectuais (TRAVERSO, 2020). Como filósofo marxista, participando da fundação do Partido Socialista Italiano, toda a discussão de Gramsci em torno dos intelectuais reporta a uma análise da sua função, desempenhada por esses atores na dinâmica social, no contexto de mediação entre as classes sociais e o Estado. A contribuição de Gramsci na elaboração de um conceito de intelectual passa, necessariamente, por uma perspectiva classista, no interior de um campo de disputa pela hegemonia de poder.

É Gramsci que amplia a noção de intelectual ao dizer que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Sua noção de intelectual, portanto, remete a

⁴ A título de exemplo, em decorrência do seu manifesto no caso Dreyfus, Émile Zola foi processado pelo governo e pelo exército e condenado a um ano de prisão e multa de três mil francos. Tal fato fez com que Zola se exilasse na Inglaterra.

alguém inserido no mundo, integrante das relações sociais e pertencente à dinâmica da vida social; e sua constituição está diretamente atrelada ao exercício de sua função na mediação das ações e dos interesses de classe. Ao cunhar o termo “intelectual orgânico”, Gramsci, nas palavras de Duriguetto (2014, p. 267), “desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas.”.

Situando os intelectuais em um “entre”, Duriguetto (2014, p. 276) marca que caberia a esses atores a “função de operar para a ‘organicidade de pensamento’ dos grupos sociais subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação.”. Essa atuação orgânica, localizada no interstício entre teoria e prática, concepção e ação, é inteiramente política, processual e conectada a um organismo vivo e em expansão, a saber, a sociedade.

Vista sobre o prisma do engajamento político, a noção de intelectual orgânico, que Gramsci distingue do intelectual tradicional, remete ao exercício crítico do funcionamento social, produzindo uma reflexão em torno da dinâmica de opressão das classes subalternas e do enlace com a produção de modos de vidas sociais em resistência à classe social hegemônica. Nesse sentido, cabe ao intelectual orgânico uma função revolucionária, um catalisador de agenciamento político, ou seja, “formular, disseminar e consolidar na dinâmica da vida social uma visão de mundo que seja capaz de se tornar força social com potencial suficiente para promover concretamente a transformação radical do modo de vida.” (MARTINS, 2011, p. 145). Com isso, a função do intelectual orgânico remete ao agenciamento da classe subalterna para o processo de luta por libertação das condições de exploração, um engajamento que visa à construção conjunta de resistência ao bloco hegemônico de exercício de poder, instituindo novos modos de existência.

Martins (2011), em diálogo com a concepção gramsciana, afirma a noção de intelectual como sujeito participante e que questiona uma realidade que lhe concerne. Para o autor, o intelectual orgânico, sujeito interessado nos processos de mudança da realidade das classes subalternas, remete ao indivíduo localizado no interior da sociedade que atua em direção à conscientização de si e do seu papel na dinâmica social em que está inserido. Diante disso, busca a mobilização e a participação ativa no contexto político, empreendendo novas ações com vistas à mudança radical das

relações sociais de subalternidade, convocando, desse modo, a responsabilidade político-social do intelectual em um contexto de alienação dos indivíduos, grupos e classes sociais.

Vale destacar que Martins (2011) recorre a Gramsci para elucidar, também, a presença de um tipo de intelectual orgânico que não está orientado pela categoria de classe socioeconômica, mas se mantém engajado politicamente a determinadas questões sociais presentes no interior da dinâmica de funcionamento da sociedade. São intelectuais que atuam politicamente na vida social pautados por categorias como gênero, sexualidade, raça, etnia, entre outras. À vista disso, ao mesmo tempo que o intelectual não mais se esconde por trás de um suposto distanciamento e de uma neutralidade científica, defronta-se com um fazer político diretamente atrelado às contradições do seu tempo, atravessando conhecimento científico, filosofia e ação política.

Outro importante aspecto apontado pela leitura que Semeraro (2006) faz de Gramsci, no que tange à função dos intelectuais orgânicos na pós-modernidade, é o caráter constituinte do intelectual na arena política. O intelectual orgânico não é dado anteriormente à atividade política, pois é nela, e justamente por meio dela, que ele se forja. Isso significa que as lutas e os embates políticos intentam a formulação de uma outra política, em que não apenas novos sujeitos emergem, mas, também, novas relações, mais democráticas e com superação do poder como dominação.

Em Gramsci, encontramos a inserção ativa do intelectual na vida prática. No centro do conceito de intelectual orgânico está um fazer não alheio à realidade e que se encontra intrinsecamente ligado a um sujeito “imerso no jogo das ideologias e que milita no sentido de produzir a transformação social.” (SOLER, 2017, p. 555). Por conseguinte, o intelectual pode ser tanto um professor como um trabalhador, artista, escritor, ou seja, qualquer sujeito inserido na sociedade e que problematiza os acontecimentos que o cercam.

Do caso Dreyfus, passando pela noção de intelectual orgânico, é sabido que uma série de transformações históricas provocou impactos e mudanças no campo intelectual. A abordagem que Gramsci faz dos intelectuais será questionada por alguns autores, sobretudo no que tange à presença e implicação do intelectual orgânico na atualidade (PASSIANI, 2018; TRAVERSO, 2020). Para Traverso (2020), os intelectuais estão em crise e precisam repensar sua função em um contexto distinto

do século XX, época, segundo o autor, dos intelectuais orgânicos, envolvidos, muitas vezes, em partidos e orientados por classe. “O século XX foi um período de conflitos políticos e ideológicos, marcados por movimentos sociais de grande amplitude em que os intelectuais foram chamados a exercer um papel (...)” (p. 51). Nessa mesma linha, Passiani (2018) indica a urgência de se pensar uma nova figura social capaz de questionar os problemas que a atualidade coloca e de se organizar para além das pautas de classe. Nas palavras do autor, a figura desse novo intelectual tem como características:

[...] [estar] enraizada numa classe social que a ela, eventualmente, pode se opor; que constitui uma espécie de profissão, mas que frequentemente a transcende, por sua posição crítica, por seu engajamento em torno de certas questões públicas, por sua inclinação ao debate; que, em conjunto, forma grupos que não se confundem com outros conjuntos sociais, mas que a eles, invariavelmente, se referem e se reportam. (PASSIANI, 2018, pp. 33-34).

A figura do intelectual orgânico perde força, sobretudo em um tempo de heterogeneidade, em que o plano do político não mais se totaliza, e os vetores divergentes convivem e resistem à ideia de uma unidade, fazendo emergirem clivagens como gênero, raça e sexualidade, e não somente classe social. Com isso, parece-nos que o campo político cede lugar a um plano do político, em que se questiona a possibilidade de se sustentar, no presente, a ideia de organicidade.

O intelectual e o dizer verdadeiro

A ausência de um consenso interpretativo em torno da noção de intelectual aponta para o fato de que lidamos com um campo de investigação que, inserido na cultura, está suscetível às variações do tempo e dos acontecimentos sociais e históricos que o circunscrevem. Buscando compreender as relações de poder, as práticas e os processos de subjetivação, Michel Foucault irá propor uma redefinição do estatuto do intelectual em oposição a uma certa organicidade e universalização. Crítico ao marxismo e, principalmente, ao pensamento de diferentes intelectuais e militantes marxistas, embora com uma curta passagem pelo Partido Comunista francês entre 1950 e 1953, em sua problematização acerca dos intelectuais, Foucault

se distanciará das discussões empreendidas por Gramsci, filósofo marxista. Ainda que Foucault tenha chegado a dizer, em entrevista publicada em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979), que Marx não existia para ele, também relata que fazia uso de Marx sem a obrigação de citá-lo. Ao que parece, a crítica foucaultiana ao marxismo surge com destaque após sua saída do Partido e sua consequente aproximação do pensamento nietzschiano.

Em sua discussão sobre o intelectual, Foucault atribuiu a essa figura a função de produzir em seus contemporâneos a problematização dos acontecimentos que os cercam. Em uma conversa muito citada entre Foucault e Deleuze, há uma chamada de atenção para o intelectual como aquele que não se coloca mais como agente do saber, uma vez que as massas também sabem e, em grande escala, muito mais que eles. Distancia o intelectual desse lugar aquém ou além das lutas concretas e o localiza, nas palavras do próprio Foucault (1979, p. 71), na função de “lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso.”. Com isso, unifica teoria e prática, deslocando o intelectual de uma função eminentemente teórica. O intelectual específico é um articulador, um estrategista, entre a teoria e a prática, entre o discurso e as ações, entre os saberes/poderes e as resistências, entre a vida e a morte.

Como aponta Gros (2004), não existe nessa arena um distanciamento entre a atividade do pensamento e a ação, entre a escrita e o fazer, entre a academia e a política, pois ambas são uma só e, ao mesmo tempo, a mesma coisa. Esse deslocamento rompe, de início, com a ideia de neutralidade e distanciamento. O intelectual específico não é intelectual e militante. Ele é intelectual porque militante.

Na conversa mencionada com Deleuze, publicada sob o título “Os intelectuais e o poder”, Foucault (1979) aponta duas premissas do intelectual específico: o interesse por problemas pontuais, distanciando-se de Sartre ao promover um afastamento da visão totalizante dos intelectuais universais, e o engajamento político. Ao intelectual específico cabe localizar e denunciar publicamente focos particulares de poder. E como aponta o autor, “se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta a partir de sua atividade própria.” (FOUCAULT, 1979, p. 77).

A noção de intelectual específico aparece ainda em Foucault (1979), em entrevista sobre a verdade e o poder, concedida a Alexandre Fontana, em contraposição ao intelectual universal. Ao ser questionado pelo entrevistador sobre o papel do intelectual no presente, Foucault responde que o intelectual “de esquerda” durante muito tempo se viu no direito de falar como dono da verdade e da justiça, como sendo a consciência de todos. No entanto, um novo modo de articulação entre teoria e prática foi estabelecido, garantindo “uma consciência mais concreta e imediata das lutas.” (p. 9). Isso se dá na figura do intelectual específico, aquele que faz uso de seu saber, sua prática e de sua relação com a verdade nas lutas políticas. Nas palavras do autor, “os intelectuais se habituaram a trabalhar (...) em setores determinados, em pontos precisos em que os situavam, seja suas condições de trabalho, seja suas condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais).” (p. 9).

Na entrevista concedida a Fontana, verifica-se um Foucault que aponta a ação do intelectual específico como permeada pela existência de riscos e obstáculos. Contudo, independentemente dos riscos, cabe ao intelectual tomar a verdade não como estatuto universalizado, capaz de descrever de forma neutra a coisa ou o objeto em si, mas tomá-la segundo os preceitos da parrhesía antiga, pautada pela coragem da sinceridade e pela liberdade de falar em uma situação de risco.

O tema da parrhesía se faz importante no enlace com o intelectual específico por se tornar uma possibilidade de construção de uma nova política da verdade. Trata-se de visualizar saídas possíveis na relação entre o intelectual, a política e o dizer verdadeiro. Para Vieira (2015), o dizer verdadeiro deve ser entendido como “a transformação e autonomia do indivíduo pela criação de modos de existência éticos específicos.” (p. 30). Nesse sentido, a coragem do dizer a verdade presente na prática do intelectual específico se enlaça com uma prática de militância política.

Vale ressaltar que a parrhesía não é demonstração, uma vez que não é definida pela estrutura racional do discurso, embora possa fazer uso de elementos dessa. Não é retórica, pois não tem a necessidade de persuadir, tampouco é uma pedagogia. A parrhesía é uma certa maneira de dizer a verdade, uma expressão pública de uma convicção pessoal ancorada na livre coragem da verdade. Assim, do intelectual específico, espera-se uma prática que se assemelha, com configurações que são próprias do presente, à prática do parresiasta na Grécia antiga, a saber, o falar

francamente, a coragem da verdade. Para Gros (2004), na figura do intelectual específico, sob a égide da fala verdadeira, engajada e perigosa, teoria e prática, escrita e ação, coadunam na produção do sujeito político.

Como se vê, diante do que afirmamos até aqui, ato político é a ação que marca a figura do intelectual, seja no caso Dreyfus, passando pelo intelectual orgânico de Gramsci, ou do intelectual específico de Foucault. Se defendemos em nossa busca de um exame das modulações no conceito de intelectual que a ação política do intelectual orgânico não se mantém em um tempo em que a ideia de organicidade não mais se sustenta, é porque acreditamos que a atualidade coloca no plano da política uma dispersão das lutas. O plano da política opera como um arquipélago de forças, que agencia movimentos identitários e minoritários, impossibilitando a totalização do campo. A ideia de organicidade mais do que nunca parece não mais ser compatível com uma nova organização face à dispersão do campo progressista em diversas lutas, sem totalização. Diante disso, a ideia de específico nos parece mais pertinente para pensar o intelectual na atualidade.

Contudo, considerando que o espaço público se fragmenta cada vez mais em instâncias específicas (partido político, universidade, internet, mídias, empresas) e tomando um campo em que o especialista é chamado a dizer no lugar do intelectual, acreditamos que, no rastro do intelectual, é preciso agregar um certo nomadismo, ou seja, processo de avanço e ultrapassagem constante de limites. Na atualidade, os espaços de produção dos pensamentos crítico e político passam a adotar uma linguagem corporativa e incomunicável, substituindo intelectuais por gestores. “Com a massificação do ensino superior, o intelectual atualmente é, na maioria dos casos, um professor universitário, e não mais um escritor ou jornalista, como há um século.” (TRAVERSO, 2020, p. 41). Atrelado a isso, surgem personagens cooptados pelas instituições, perdendo facilmente a dimensão ética e política, exercendo um engajamento político excessivo e acrítico e requerendo para si o direito de falar em nome de um grupo.

Diante de um novo cenário cultural que se configura por uma ampla dispersão e desequilíbrios, bem como por novas configurações sociais e identitárias, faz-se preciso pensar o papel, a responsabilidade e, sobretudo, o lugar que os intelectuais ocupam na sociedade. Para Araya (2011), os novos intelectuais, especialmente os latino-americanos, são convocados a ocupar diversos espaços (da academia aos

meios de comunicação; de cargos de governo à iniciativa privada), porém, sem perder a reflexão ética e política. Esse novo intelectual, um tipo de intelectual estrategista, “(...) estaria fundamentado em certos valores e definições ideológicas baseadas em um autêntico compromisso de intervir e exercer uma ação enunciativa e crítica frente as injustiças, distorções e desequilíbrios sociais.” (ARAYA, 2011, p. 127, tradução nossa).

Se a atualidade faz emergir um novo intelectual é outra questão. O que nos interessa é que, sendo novo ou velho, o fora segue agenciando ações instituintes, insurgentes e singulares que atualizam o potencial de produção de subjetividades nômades, as quais vagueiam sem habitação fixa (acima das classes e identidades), buscando, à deriva, forjar novos cenários, utopias, estratégias e alternativas sociais. Sua prática, a do intelectual nômade, conecta-se em uma rede de produção com maior consciência social e solidariedade.

Devir intelectual nômade como máquina de guerra

Perante o exposto, nem orgânico nem somente específico, tampouco universal. Apostamos na cartografia de um intelectual desterritorializado e desterritorializante, portanto, nômade. Movido pela potência do comum, o intelectual nômade pensa no entre, é independente, não toma as classes como centro de suas investidas, atua em coletividade e forja, no interior mesmo da sociedade, alternativas outras à vontade de verdade e de totalidade. Seu movimento com base naquilo que as singularidades têm em comum é a finalidade mesma da ação política da multidão. Esta, tomada nos dizeres de Hardt e Negri (2005, p. 140), como “um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum.”.

Se as discussões em torno da noção de intelectual trazem uma ideia polissêmica e com modulações diversas, ficamos com o entendimento de intelectual como uma máquina dentro de um campo de incerteza, que está sempre à deriva, à margem, à beira da brecha. Para problematizar e propor um devir intelectual nômade, que se faz no encontro, longe de um equilíbrio, mas permeado de multiplicidade, é preciso considerar um campo de desdobramento da diferença e com possibilidade de copresença. Desse modo, o devir, tal como pensam Deleuze e Guattari,

desterritorializa, circunscreve novos territórios e cria subjetividades; algo sempre em expansão, um caminho nômade permeado de companhias. Nas palavras desses autores, “que o devir funcione sempre a dois, que aquilo que se devém de venha tanto quanto aquele que devém, é isso que faz um bloco, essencialmente móvel, jamais em equilíbrio.” (DELEUZE; GUATTARI, 1980/2012b, p. 112).

Há sempre múltiplos modos de experimentar a vida mais além do que se pode descrever. Pensar um fazer nômade é uma possibilidade de tomar o ato como experimentação, conferindo deslocamentos, singularidades e afetamentos que escapam das representações. Guattari e Rolnik (2013) falam de um devir-mulher, devir-homossexual, devir-negro, como possibilidade ou não de singularidades; algo que se instaura em um movimento processual, conferindo uma potência de criação.

Na esteira do distanciamento da noção de intelectual universal, toma-se o devir como algo sempre minoritário. A diferença, a singularidade surgem do encontro entre duas multiplicidades, do movimento. Devir é molecular. Não é resultado, transformação de uma forma. Ele é o próprio processo de transformação. Não diz de uma imitação ou identificação, mas de um fazer corpo nos limites de uma intensidade ou vizinhança.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. (DELEUZE; GUATTARI, 1980/2012b, p. 67).

Dessa forma, o devir se alinha com uma política nômade, um tornar-se em movimento. Devir é rizoma. Por isso, nem orgânico nem específico, tampouco universal. Trata-se de um intelectual nômade. Nem ser nem saber. Trata-se de devir. O princípio da incerteza, a curiosidade, a paixão e a invenção são ferramentas políticas e linhas de fugas, descontínuas, do intelectual nômade. Sempre à espreita de desenhar novos caminhos, é tomado pela experiência e se desloca em meio à multidão, voltando seu olhar para o processo de criação. Mobilizado pelos processos do desejo, o intelectual nômade é provocador, presentifica-se nos espaços para a insurreição de estratégias e age em direção à transformação social. Requer e impõe

deslocamentos, fluxos de emergências criativas, bifurcações, singularidades e metamorfoses cognitivas.

Movido pela potência do criar, o intelectual nômade, parafraseando Almeida (2015, p. 95), “sabe que é necessário levantar da cadeira, sair da sombra de uma árvore, se jogar à errância do pensar em movimento.”. O compromisso do intelectual nômade é, por meio de seu exercício político, fazer copular o desejo de rotas de fuga, uma política de subjetivação e uma estética de viver e produzir no comum. Implica uma certa condição de estrangeiro, um olhar distanciado, mas implicado com os fluxos, sem compromisso com os estratos ou com a técnica. Atua no plano da nomadopolítica (HUR, 2009, 2019), e seu movimento gira em prol de mudanças.

O conceito de nomadopolítica, apresentado por Hur (2009) em sua tese de doutorado, parece-nos interessante para descrever a luta política exercida pelo intelectual nômade: uma luta que “é motivada por práticas e ideias para tentar concretizar projetos e não prioritariamente para ocupar lugares de poder.” (p. 311). Para o autor, nomadopolítica é “o agenciamento político feito a partir dos movimentos, dos deslocamentos, das linhas de fuga, das bordas, dotado de uma agitação e movimentação (...) molecular” (p. 312). É uma política nômade comprometida com o devir, com os fluxos e os processos de desterritorialização, próxima do intelectual nômade e distante dos especialistas e do intelectual sedentário. A nomadopolítica é a política das multidões, que opera por forças centrífugas subvertendo a ordem instituída.

[Na política nômade] não há amor ao poder, enquanto *potestas*, senão investimento no poder enquanto *potentia*, na potência do poder fazer que efetua micropolíticas desejantes, que à primeira vista parecem operar apenas no âmbito molecular. Contudo, a micropolítica transversaliza-se à macropolítica, bem como o molecular ao molar, então, desse movimento instituinte que incita as forças ativas e desejantes, provocam-se rachaduras no instituído, multiplicando-as e ocasionando transformações macropolíticas. (HUR, 2019, p. 133).

O pensamento esquizoanalítico de Hur em torno de sua teorização da política nômade nos ajuda a compreender, por um lado, a existência de um modo de organização da política a partir de uma força centrípeta que orbita em torno do Estado, o aparelho de captura. E, de outro lado, uma resistência a isso, um movimento de

fuga, centrífugo, chamado por Hur de nomadopolítica, mas que atualiza o potencial do que Deleuze e Guattari (2012a) chamaram de máquina de guerra. Notoriamente, o intelectual nômade se encontra ao lado da resistência, e sua condição nômade se dá justamente por fazer esse movimento centrífugo contrário ao movimento centrípeto das instituições. Afinados à dimensão acêntrica, aliados em rede, ou seja, pertencentes ao plano do comum, criativos e próximos à multidão, os intelectuais nômades e seus afetos potencializadores insurgem. “O nômade com sua máquina de guerra opõe-se ao déspota com sua máquina administrativa; a unidade nômade extrínseca se opõe à unidade despótica intrínseca”. (DELEUZE, 1985, p. 65).

[...] nós [Deleuze e Guattari] definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem absolutamente por objetivo a guerra; ela tem por objeto um espaço muito especial, espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente esta combinação máquina de guerra-espaço liso. (DELEUZE, 2013, p. 47).

O agenciamento máquina de guerra, tal como apresentado no “Tratado de Nomadologia”, de Deleuze e Guattari (2012a), constitui-se de vetores centrífugos e fugidios à parte do aparelho de Estado. Ainda que se relacione com este em alguns momentos, podendo ser capturada sob a forma de instituição militar, essa máquina abstrata não possui afinidades com os signos do mundo sedentário. Fiel à sua ética do comum, trata-se de uma constituição que se dá em espaços lisos, lugar de fluxos, sem estratificações, visto que os nômades se apresentam no mesmo plano de imanência. Os autores defendem que a máquina de guerra não é originalmente estatal e, portanto, configura-se de modo nômade frente a esse núcleo sedentário. Nesse ponto, afirmam uma posição radical do nomadismo contra todos os meios de apoderamento e captura do Estado. E é nessa exterioridade e nessa singularidade que apostamos no intelectual nômade como aquele que afirma o devir e a diferença, experimentando outras formas de relação com o mundo.

É na encruzilhada, no meio, no transversal, que desterritorializa e não se limita a um plano vertical ou horizontal, que nomadismo, máquina de guerra e linhas de fuga se encontram. O intelectual nômade toma o devir como modo de existência e agencia a formação de bandos, rizomas por oposição à fixação em estruturas de poder. “É por isso que os bandos em geral, mesmo de bandidagem, ou de mundanidade, são

metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente, o qual, ao contrário, estrutura as sociedades centralizadas.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 22).

Nesse enlace em bandos, compreender a formação rizomática é importante para entendermos como o nomadismo capilariza por meio de suas linhas de fuga e cria espaços outros, heterotópicos. Processos de desterritorialização que produzem redes complexas e móveis, modulações heterogêneas e com articulações e movimentos diversos. Para Foucault (1966/2013, p. 24), “a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis.”. Nesse outro lugar, a emergência do comum, singular e compartilhado, ganha contornos heterogêneos que alinham potências e criam redes dinâmicas e variadas. Da botânica para a filosofia de Deleuze e Guattari, o rizoma, portanto, ganha contorno de linhas, um tipo de raiz que se prolonga, capilarizando-se por todos os lados, ampliando as possibilidades, problematizando qualquer enquadramento e apoiando-se sempre na experimentação. Uma raiz com crescimento polimorfo, horizontal e sem direção definida. Por se constituir enquanto linha e não forma, o rizoma pode se enveredar por outros caminhos, fugir, escapar às tentativas totalizantes e se conectar com outras linhas, tomar outras direções, fazer redes, cartografias.

Nossa aposta por um devir intelectual nômade consiste em uma leitura do pensamento enquanto uma potência nômade e na possibilidade de o intelectual insurgir enquanto agente criador de um espaço heterotópico em um mundo permeado pelas diferenças, pelos devires e pelas intensidades. Todavia, é importante destacar que nem todo intelectual é nômade. Em oposição ao intelectual nômade, é possível identificar o intelectual sedentário quando Deleuze e Guattari (2012a) balizam que

“(...) o Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar.” (p. 37).

Diante do exposto, evocamos a figura do intelectual nômade como um agente político que traz como marca a invenção de redes ramificadas sempre em movimento. Redes de resistência, como uma máquina de guerra, contra espaços codificados,

hierarquizados e estriados. Redes que têm como função resistir e criar. Se ao intelectual orgânico cabe o engajamento nas lutas das classes sociais subalternas, e ao intelectual específico a implicação com um saber localizado e engajamento político nas ações do cotidiano, o que marca a figura do intelectual nômade é a produção do comum, o pensamento e o se enlaçar em redes como máquina de guerra se aproximando da multidão (HARDT; NEGRI, 2005). O intelectual nômade considera as lutas como um lugar simbólico em que se desenrolam as vidas vividas em comunidade.

A potência do intelectual nômade também está em sua condição híbrida: é acadêmico, trabalhador, artista, poeta, militante e cidadão. Ele cria maquinações, reativa outros planos de imanência, agencia-se em rede (outros intelectuais, movimentos sociais, trabalhadores, usuários, familiares) e em seu próprio devir. Constrói, assim, a sua própria máquina de guerra, ou seja, uma política nômade. É nômade. “Com suas linhas de fuga desejantes, transita num fora, que é um território mais fluido, de abertura de sendas e clareiras, cercado por indeterminações.” (HUR, 2019, p. 172). Seu compromisso, como indica Almeida (2015, p. 97), “é com uma sociedade mais justa, livre, desejante, feliz, leve, viva, estética e erótica.”. Mas nada disso é possível se o desejo não se transforma em ação.

Considerações finais

No percurso traçado pelo presente trabalho, buscamos cartografar a figura do intelectual moderno com vista a um devir intelectual nômade. Defendemos que a ação política do intelectual nômade constitui a própria experiência de criação do pensamento e apostamos em um intelectual revolucionário, agente de uma política nômade, que não compactua com sedentarização e estratificação e que se opõe frontalmente ao intelectual sedentário/universal. O princípio do pensar entre, do próprio corpo em aliança, contágio, é a ferramenta política do intelectual nômade; um pensamento em multidão que opera como máquina de guerra. O destaque, além da função ou do dizer verdadeiro do intelectual, volta-se para a potência do criar em multidão.

Esperamos que este estudo forneça ferramentas não para forjar um novo intelectual, mas para localizá-lo, cartografar, no interior dos acontecimentos. Se se faz

necessário elencar algo que inscreva a potência de criação do intelectual nômade no interior dos acontecimentos, não há dúvidas de que o que se inscreve é: vidas que produzem vidas. As lutas políticas e resistências presentes no cenário das políticas públicas brasileiras, como a reforma sanitária e a reforma psiquiátrica, são bons exemplos dessa potência nômade que abala as estruturas do aparelho de Estado.

Ademais, as linhas tecidas aqui foram produzidas em meio à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), momento em que a ciência e o intelectual ganham ainda mais visibilidade. Diante do desmonte das políticas progressistas, do forte ataque à ciência, do descrédito à figura do intelectual e do avanço do conservadorismo, o comum, como agenciamento do devir político, alinha-se à criação de uma rede potente que conecta afetos, experiências e lutas com forte capilarização territorial. O lugar do intelectual nômade é heterotópico, esse lugar outro onde as raízes se entrelaçam ganhando formações, cultivando coalizões entre manifestações com diferentes atores, forjando diferentes formas de vida, uma vez que o que se coloca em jogo é a própria vida, e formas sociais colaborativas e democráticas.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Da ciência como território à ciência como nomadismo. *Esferas*, v. 0, n. 6, p. 89-98, 2015. <https://doi.org/10.19174/esf.v0i6.6154>

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

ARAYA, Leonardo Vidal. *Intelectuales latinoamericanos: desfases, tensiones y proyecciones*. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, v. 11, n. 20, p. 115-130, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89532011000100009&lng=en&tlng=es. Acesso em: 07 set. 2021.

CARA, Salete de Almeida. A data histórica do intelectual em crise. In: MORGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (orgs.). *O intelectual e o espaço público*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 307-317.

DELEUZE, Gilles. Pensamento nômade. In. MARTON, Scarlett. Nietzsche hoje? colóquio de Cerisy. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 56-76.

DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990) (3ª ed.). São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5 (2ª ed.). São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4 (2ª ed.). São Paulo: Editora 34, 2012b.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. Serviço Social & Sociedade, n. 118, p. 265-293, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Estratégia poder-saber. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico; As heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROS, Frédéric. Foucault: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografia do desejo (12ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUR, Domenico Uhng. Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica. 2009. 423 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27112009-103453/publico/TeseDomenico.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

HUR, Domenico Uhng. Psicologia, política e esquizoanálise (2ª ed.). Campinas: Alínea, 2019.

LECLERC, Gerard. Sociologia dos intelectuais. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. Pro-Posições, v. 22, n. 3, p. 131-148, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. Sociologias, v. 20, n. 47, p. 16-47, 2018. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. Cadernos CEDES, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. (2017). Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. Psicologia em Revista, v. 23, n. 2, p. 541-562, 2017. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p541-561>

TRAVERSO, Enzo. Onde foram parar os intelectuais? Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2015.

4 DE MOVIMENTOS REFORMISTAS À MÁQUINA DE GUERRA

Brasília, 15 de dezembro de 2016. Nessa data, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016b), mais conhecida como “Teto de Gastos Públicos”, e, com ela, iniciava-se um cenário de redução das despesas do governo federal com a saúde pública, consolidando a faceta mais ostensiva do desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde então, alinhado a uma agenda neoliberal, tem-se visto um avanço da hegemonia da categoria médica, um esvaziamento da participação popular, flexibilização das leis trabalhistas, fragilização da atenção básica e entrada progressiva de dispositivos da privatização na assistência e na gestão da saúde. No mesmo ano, no âmbito da saúde mental, inicia-se “um processo acelerado de desmonte dos avanços alcançados pela reforma psiquiátrica.” (Delgado, 2019, p. 1). Um cenário marcado pela retomada e ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos, inclusão das comunidades terapêuticas como componentes da rede de atenção psicossocial, ampliando o seu financiamento, entre outras ações voltadas para a iniciativa privada, com pouco ou nenhum interesse público.

Diante do cenário político desfavorável ao avanço de conquistas históricas no campo da saúde pública, faz-se necessário um resgate dos movimentos de luta e dos embates nas relações de poder presentes na arena política, decorrentes do movimento da reforma sanitária e da reforma psiquiátrica no Brasil. Isso é dito não para reproduzir uma história já conhecida por muitos e amplamente divulgada na literatura (Paim, 2008, 2009, Teixeira, 2011, Amarante, 1995, 2021, Fleury, 2018), mas para elucidar a mecânica de tais reformas e os modos como organizam-se as políticas de saúde a partir de movimentos que operam como dispositivos atuantes fora do aparelho do Estado, promovendo resistências contra-hegemônicas.

Considerando que essas reformas estão em risco, dado o neoliberalismo autoritário que se apossou do poder do Estado, como afirma Delgado (2019), produzindo o desmonte de um projeto de bem-estar social e de políticas sociais, é preciso reativar os movimentos moleculares na trincheira da resistência da saúde coletiva e da saúde mental, posição de um vasto movimento de luta. Posto isso, os esforços analíticos deste ensaio teórico consistem em refletir acerca dos movimentos das reformas sanitária e psiquiátrica brasileiras alinhando-os ao conceito de máquina de guerra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012a). Pretende-se introduzir uma

noção de movimento reformista distinto do aparelho de captura de Estado e da axiomática do capital. Mais especificamente, apresentar o caráter nômade das reformas sanitária e psiquiátrica e a dimensão constituinte de linhas autônomas ao Estado por parte desses movimentos reformistas.

O confronto e o embate político estão presentes no jogo de interesses entre Estado e sociedade. As políticas públicas de saúde agenciam dispositivos que abarcam os níveis econômicos, políticos e ideológicos, alocando diversos setores e promovendo disputas de narrativas e manutenção do exercício do poder. Como assinala Teixeira (2011), a relação entre Estado e sociedade no campo das políticas de saúde assumem os modos de representação e organização de interesses no interior de um sistema liberal, os quais objetivam a acumulação capitalista e a normalização das “formas de relação Estado/sociedade, modalidades de incorporação das demandas, regimes políticos e aparelhos institucionais responsáveis pela proteção social.” (p.28).

No Brasil, a reforma sanitária e a reforma psiquiátrica se somam e se confundem com o processo de redemocratização do país. As limitações relacionadas ao modelo dominante de assistência à saúde, reforçadas pela ditadura militar brasileira, iniciada em 1964, que priorizou a expansão do setor privado de atenção hospitalar, atrelada à crise no setor da saúde, incitaram a insurgência de um projeto de reforma sanitária. Os movimentos por uma saúde pública de acesso universal e por uma assistência à saúde mental mais humanizada e comunitária estavam vinculados às lutas pela abertura política. O modelo médico-assistencial, enfatizado na década de 1970 em detrimento da saúde pública integral, produziu um conjunto de ações heterogêneas, sem coordenação entre os níveis de gestão, com diversos problemas no fluxo e permeado de competição e rivalidade institucional. “Havia uma multiplicidade de instituições e organizações – estatais e privadas – prestadoras de serviço de saúde, muitas vezes dirigidas a uma mesma clientela.” (Paim, 2009, p. 38). Um cenário propício à degradação das condições de saúde da população, com obstáculos na atenção e prestação de serviços de baixa qualidade.

De igual modo, na esfera da saúde mental, tinha-se um cenário marcado pelos efeitos da lógica de privatização da saúde pública, fato que Amarante (1995; 2021) denominou como indústria da loucura. Irregularidades, maus-tratos, violência contra os pacientes, práticas voltadas para o lucro, precarização dos serviços, aumento dos

hospitais psiquiátricos e cronificação dos internos eram realidades da estrutura asilar no país. Os anos 1970 foram marcados pela eclosão de lutas em defesa da mudança de gestão e atenção nas práticas de saúde, equidade nos serviços, autonomia dos usuários e protagonismo dos trabalhadores nos processos de cuidado em saúde e pelo início do processo de uma reforma psiquiátrica.

A efervescência política dos movimentos, das redes e dos coletivos produziu embates que culminaram com a criação do SUS em 1990 e a emergência da chamada Reforma Psiquiátrica, impulsionada pelo Movimento da Luta Antimanicomial, marcando uma oposição radical ao modelo hegemônico centrado no hospital psiquiátrico. O fato de serem lutas contemporâneas e de terem se inscrito em um mesmo cenário beligerante não exime a singularidade de cada uma e a existência de uma história própria. Contudo, longe de sustentar uma análise rigorosa das especificidades que concernem a cada uma dessas reformas, este artigo destaca pontos de convergência desses acontecimentos, especificamente, o modo como se constituem na qualidade de movimentos que, enquanto máquinas de guerra, atuaram e atuam como forças presentes no processo de produção histórico-social de oposição aos aparelhos de captura do Estado.

4.1 O que é uma máquina de guerra?

A máquina de guerra é um agenciamento proposto por Deleuze e Guattari (2012a), especialmente em *Mil Platôs*, no seu “Tratado de nomadologia”, que acopla vetores centrífugos e fugidios diante do vórtice estatal. Os filósofos partem da afirmação de que “a máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado.” (p. 12). Com isso, apresentam um dispositivo composto por um conjunto de singularidades e traços extraídos do fluxo que opera à margem do Estado, no fora, como uma forma de luta e invenção dos povos nômades. Em oposição ao Estado que subordina, sobredetermina e territorializa, o nomadismo promove uma abertura para frente, faz passagem e desterritorializa. Como assinalam os autores, a máquina de guerra “tem por objeto não a guerra, mas o traçado de uma linha de fuga criadora, a composição de um espaço liso e o movimento dos homens nesse espaço.” (p. 117). Assim, se há uma prática produzida pelo Estado que coíbe, institucionaliza e instaura uma relação baseada nas normas, nos protocolos e no instituído, há, também, uma prática

marginal, que não produz dívida nem com o próprio corpo e que se multiplica de forma nômade e fora do Estado.

Tomada como um dispositivo de agenciamento nômade, a máquina de guerra abala as estruturas do aparelho de Estado, funcionando como ato político de resistência, criação e invenção de espaços de produção de subjetividades. É através da resistência que ela recusa a estrutura, os modelos e os regimes de verdade. O Estado e sua relação com a máquina de guerra são fundamentais para a compreensão desta última em sua pura forma de exterioridade. O Estado age na direção de estriar, ou seja, regulamentar qualquer fluxo de transbordamento de território outro. Seus atos rumo à conservação do seu próprio poder (circular, desejante e articulado) são soberanos sobre tudo o que captura. Como afirmam Deleuze e Guattari (2012a), o Estado não se define apenas pelas suas estruturas institucionais, mas pela “perpetuação ou conservação [de seus] órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar.” (p. 20). Na tenacidade pela conservação de si, via exercício do poder, o Estado cria modos de vida e estéticas de existência subordinadas e assujeitadas.

Ainda que se relacione com o Estado em alguns momentos, podendo ser capturada sob a forma de instituição militar, a máquina de guerra não possui afinidades com os signos da máquina estatal. “Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado.” (Deleuze & Guattari, 2012a, p. 13). Pensar a máquina de guerra e sua relação com o Estado, que se encontra sempre à espreita para capturá-la, é fundamental para que se possa construir linhas de fuga e evitar sua captura com vias à exploração e à dominação. Enquanto o aparelho de Estado produz espaços estriados e tenta a todo custo interiorizar territorialmente a máquina de guerra, esta, por sua vez, cria espaços lisos e linhas de fuga que afirmam sua exterioridade. Nessa dinâmica, o Estado se apropria da máquina de guerra para decalcar, ou seja, produzir espaço estriado, contra o espaço liso do nomadismo.

Nas palavras de Deleuze e Guattari (2012), “o espaço liso e o espaço estriado, – o espaço nômade e o espaço sedentário, – o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado, – não são da mesma natureza.” (p. 192). O espaço liso é, ao contrário do estriado, passagem que se distribui horizontalmente, fluxo de intensidades, multiplicidades assimétricas que não respondem a uma lógica linear. Regido por uma dimensão mais abstrata, o espaço

liso transborda frente à possibilidade de fechamento. O espaço liso não vai de um ponto a outro. Os pontos são trajetos indefinidos, desvios, encruzilhadas de um movimento que não opera pela lógica da saída ou da chegada.

Vale advertir, contudo, seguindo Deleuze e Guattari (2012, p. 192), “que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado.”. O mesmo ocorre com o espaço estriado. Este, por sua vez, instituído pelo aparelho de Estado, segue uma lógica hierarquizante, linear, fechado e atribuído. Ordenado a partir da regulação, sua ocupação se dá pela matéria-forma, instância de captura que fecha, armazena, fixa e reproduz um modelo.

Atuante no espaço estriado ou sedentário, o aparato estatal se organiza em torno de um movimento centrípeto, sempre em direção ao centro. Já a máquina de guerra, desenvolvida nesse espaço liso, surge como uma força centrífuga, operando um corte no Estado. Ao se efetuar nos agenciamentos nômades, a máquina de guerra não se fecha no uno do Estado. Por isso, o nômade, aquele que inibe a formação de poderes estáveis e se contrapõe à hierarquia, será tido como bárbaro pelo quadro do Estado.

E cada vez que há uma operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso (...). (Deleuze & Guattari, 2012a, p. 64).

Ainda de acordo com esses autores, a máquina de guerra não é originalmente estatal e, portanto, se configura de modo nômade frente a esse núcleo sedentário. Ela desterritorializa um outro espaço-tempo, um outro movimento, um lugar heterotópico. É polimorfa, difusa, rizomática e acentrada. Ela existe nos fluxos e correntes que não se deixam explorar pelo Estado. As máquinas de guerra “exaltam conexões em face da grande conjunção dos aparelhos de captura ou de dominação.” (p.118). A criação da máquina de guerra pelos nômades se correlaciona com uma ética do comum. Contrarreferência ao sedentarismo do Estado, “o nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu próprio território.” (Deleuze &

Guattari, 2012a, p. 55). Trata-se de uma constituição que se dá em lugares de fluxos, sem estratificações, visto que os nômades se apresentam no mesmo plano de imanência. Plano esse que se constitui a partir do domínio das forças do fora, das singularidades nômades, no lugar outro, horizonte dos acontecimentos. Um espaço passível de ser povoado por novos afetos, possibilidades de vida e novas individuações. (Levy, 2011).

Dito isso, é preciso avançar no ponto no qual Deleuze e Guattari defendem que, mesmo sendo uma criação dos nômades, a máquina de guerra não se fixa aos seus domínios.

(...) um movimento artístico, científico, 'ideológico', pode ser uma máquina de guerra potencial, precisamente na medida em que traça um plano de consistência, uma linha de fuga criadora, um espaço liso de deslocamento, em relação com um *phylum*. Não é o nômade que define esse conjunto de características, é esse conjunto que define o nômade, ao mesmo tempo em que define a essência da máquina de guerra. (Deleuze & Guattari, 2012a, p. 117).

Essa possibilidade de insurgência da máquina de guerra a partir dos bandos, margens e movimentos minoritários, como afirmam Deleuze e Guattari (2012a), é fundamental para “afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado” (p. 24) e pensar os usos possíveis e os modos de se operar com esse agenciamento. Como marca Maeso e Santafé (2021, p. 92), “a luta travada por diversos movimentos sociais e populares constitui um conjunto proliferante e múltiplo, que expressa o poder de resistência e criação das máquinas de guerra contra a axiomática mundial.”. Para tal, o fora, as linhas de fuga e os espaços lisos, na relação com um campo em transformação que comporta elementos heterogêneos – fluxos e singularidades –, constituem a axiomática necessária para compreender os movimentos de luta e sua exterioridade ao Estado.

4.2 Os movimentos como máquinas de guerra

No que pese a relação entre a máquina de guerra e o aparelho do Estado, é possível pensar os movimentos das reformas sanitária e psiquiátrica brasileira

enquanto forças centrífugas frente ao movimento centrípeto do Estado? Como esses movimentos reformistas, impulsionados pela luta por um Estado democrático, alinham-se enquanto resistência na produção de espaços lisos e se agenciam enquanto redes de luta? Por que as conquistas desses movimentos de luta – seja a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) ou a superação de um modelo manicomial e criação de uma rede de atenção e cuidado psicossocial – estão sempre à espreita de serem capturadas pelo Estado para reprodução de seus dispositivos de hierarquização, burocratização e normatização?

Mais do que buscar responder a essas questões e, talvez, com isso, encerrar o debate, é preciso compreender a tática dos movimentos reformistas no Brasil, visando a explorar a interface entre saúde coletiva e saúde mental, dada a relevância reiterada por Onocko-Campos e Furtado (2006) desses dois campos distintos, porém, complementares, e o caráter desterritorializante frente às estruturas do Estado. Os problemas colocados nessa arena visam a promover uma articulação com os dispositivos que podem fazer desses movimentos uma máquina de guerra.

O movimento da reforma sanitária traz em seu percurso a noção intrínseca entre saúde e democracia como força motriz (Fleury, 2018). Seu agenciamento está atrelado às discussões sobre os modos de produção capitalista e à luta contra a ditadura militar, e, conseqüentemente, a um cenário de justiça social e promoção de direitos à população. A saúde, nesse entendimento, torna-se um “componente fundamental da democracia e da cidadania.” (Scorel, 2011, p. 182). Insere-se, desse modo, em um campo privilegiado de disputa de poder, cenário de produção de lutas de classes e embates entre o Estado e a população, travando um duelo constante contra o liberalismo. A análise de Scorel (2011) sobre os atravessamentos que abarcam a noção de saúde e sua dimensão política evidencia um cenário de insurgência de um movimento pela transformação do sistema de saúde e a busca de interesses comuns para a população brasileira.

A luta por saúde está diretamente atrelada ao processo de desterritorialização, ou seja, de destruição do espaço estriado do Estado, regido pela lógica hierárquica e centralizada, e à constituição de um espaço organizado pelas horizontalidades, pelos fluxos, redes e intensidades. A dimensão das alianças para insurgência do movimento sanitário constitui um coletivo comprometido com a luta, como assinala Scorel (2011), na afirmação de direitos contra os órgãos de poder de Estado, ganhando contornos

de bando, minorias. Na “construção de uma estratégia comum de luta e de operacionalização do novo” (p. 187), o movimento assume uma forma polimorfa e difusa, que não se assujeita ao Estado, constituindo agenciamentos de máquina de guerra (Deleuze & Guattari, 2012a).

Não obstante, o movimento enquanto bando vai se estruturando na brecha de um Estado ditatorial que censurava toda e qualquer prática de insurgência que pudesse fazer frente aos seus dispositivos de controle. Nas palavras de Fleury (2018):

As primeiras reuniões, realizadas ainda na clandestinidade e sob a escalonada repressão e perseguição política aos membros do movimento sanitário, foram decisivas para criar uma rede institucional que possibilitou que sanitaristas, impedidos de assumir cargos pela polícia política, mantivessem trabalhos, evitando assim o exílio desses quadros. (p. 25).

A permanência de diversos atores, forças sociais e sanitaristas no Brasil, mesmo em meio a uma conjuntura adversa, em decorrência da perseguição constante a esses atores políticos, foi fundamental para a articulação da militância reformista e atribuição de um caráter político ao movimento. A luta pela democracia era a condição tática e estratégica para a formulação de um projeto de reforma sanitária que pautasse o ideário emancipatório, coletivo e representativo.

Salienta-se que a relação entre Estado e políticas de saúde sempre foi marcada por uma dupla via que abarca “tanto as modificações do aparelho do Estado como resposta às alterações do papel da medicina no processo de acumulação, quanto as modificações na própria prática médica enquanto uma ação estatal.” (Teixeira, 2011, p. 18). Os abalos nessa dinâmica estão diretamente relacionados à pressão de grupos minoritários sobre a burocracia estatal, sobretudo a partir dos anos 1970, pautando a necessidade de uma reorganização do sistema de saúde. Contudo, será nos anos 1980 que a luta se intensificará, alinhada ao processo de construção democrática do país, instituindo como fator nodal a descentralização do poder, formulando uma proposta contra-hegemônica de política pública de saúde universal. Nas palavras de Teixeira (2011):

A meu ver, o conceito Reforma Sanitária refere-se a um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional que regulamenta e se responsabiliza pela proteção à saúde dos cidadãos e corresponde a um efetivo deslocamento do poder político em direção às camadas populares, cuja expressão material se concretiza na busca do direito universal à saúde e na criação de um sistema único de serviços sob a égide do Estado. (p. 39).

É essa compreensão de um sistema universal como resposta à luta da sociedade brasileira frente a um Estado recém-saído de um autoritarismo despótico da ditadura militar – que apossa, domina e instaura seus dispositivos de controle – que Mello (2016) construirá sua tese em torno do SUS como máquina de guerra. Para a autora, o caráter maquínico do SUS está em sua aposta em outros modos de vida, de práticas nômade de saúde que abalam o movimento centrípeto do aparelho do Estado. Nas palavras da autora: “O SUS é, portanto, uma política de Estado que queremos afirmar enquanto política pública forjada no limite entre o dentro/fora da máquina, na zona fronteira das forças que perturbam a pretensão unificadora do Estado.” (Mello, 2016, p. 61). Todavia, parece importante destacar a dimensão institucionalizada do SUS, que, portanto, constitui-se enquanto uma política pública que reverbera, por meio da captura do Estado, constantes movimentos de estriamento dos espaços lisos. Fleury (2018, p. 26) é categórica ao apontar o que se pode entender enquanto transformação dos espaços lisos em estriados, dizendo que: “à medida que esses espaços [diríamos, os lisos] foram substituídos por outros [os estriados], de caráter técnico e/ou corporativo, a reflexão política sobre a reforma passou a centrar-se apenas nas políticas da reforma [o SUS]”.

Por esse motivo, parece mais potente tomar o próprio movimento reformista como máquina de guerra e compreender, com isso, as reformas e suas políticas como destroços dessa máquina. Já que, uma vez capturados os destroços, ou diante dos movimentos estratégicos realizados pelo Estado no esforço de captura, como citado no início deste estudo, a máquina-movimento não para de produzir explosões.

A reforma sanitária e a conseqüente criação do SUS, portanto, torna-se a arma mais potente da máquina de guerra movimento sanitário, pois ainda que o SUS possa ser pensado como um processo de territorialização do avanço da luta, o movimento

segue traduzindo e transformando espaço estriado em espaço liso. O mesmo ocorre com a reforma psiquiátrica e o seu novo modelo de atenção à saúde mental.

Vasconcelos (2010; 2021) é balístico ao furar e reverberar a fenda perversa do Estado e seu movimento de captura dos dispositivos da saúde mental. O autor chama atenção para os problemas presentes nesse campo, apontando riscos de regressão no processo da reforma, sinalizando desafios na conjuntura política. Ao resgatar a dupla via da relação entre Estado e políticas de saúde, juntamente com o papel hegemônico da medicina junto ao aparelho do Estado, Vasconcelos (2010) marca que, além dos problemas estruturais na consolidação das políticas sociais, considerando o contexto brasileiro, sobretudo sua dimensão socioeconômica, há desafios que “passam pela renovação e reorganização corporativa da medicina e particularmente da psiquiatria biomédica, e sua articulação com projetos políticos abertamente conservadores.” (p. 10). Em vista disso, aponta para a necessidade de organização do movimento com seus diversos atores sociais (trabalhadores, usuários, intelectuais, familiares e outros) para o enfrentamento e a resistência aos abalos e capturas do Estado.

Na esteira da reforma sanitária, a reforma psiquiátrica emerge pautando lutas em comum e trazendo para o centro a questão da saúde mental. Distancia-se de um espaço estriado, principalmente no que tange à radicalidade da luta pela desinstitucionalização e pela urgência de se pensar espaços outros de cuidado, privilegiando o exercício da liberdade, do sujeito-usuário e dos profissionais. Aqui, uma vez mais, a luta pela democracia se mistura à luta pela cidadania do louco. O percurso pela geografia da reforma psiquiátrica brasileira remete à leitura de um movimento heterogêneo iniciado na década de 1970, que vem agregando diversos atores em torno de temáticas como a clínica, a política, o social e as subjetividades. Com inspiração nos movimentos de transformação da assistência psiquiátrica nos Estados Unidos e na Europa, buscou-se a destituição da lógica hospitalocêntrica e a consequente implantação de uma atenção territorial e comunitária em saúde mental.

Amarante (1995), em clássica obra sobre a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, situa esse movimento como “um processo histórico de formulação crítica e prática, que tem como objetivos e estratégias o questionamento e elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria.” (p. 87). Em produção mais recente, o autor apresenta a reforma como “uma

transformação de mentalidades, de culturas, de referências científicas, de relações sociais, de formas de ver e estar no mundo. (Amarante, 2021, p. 15). Esse rompimento com um modelo hierarquizado, produzindo linhas de fuga e promovendo conexões com o exterior, não se isenta de constantes e, por vezes, bem-sucedidos ataques de captura por parte do aparelho do Estado. A análise empreendida por Cruz et al. (2020) sobre a chamada “Nova Política Nacional de Saúde Mental” revela essa tentativa do aparelho estatal de captura de um modelo de rede de atenção psicossocial construída sob o referencial ético e técnico da Reforma Psiquiátrica brasileira. O incentivo à internação psiquiátrica e a ênfase no financiamento de comunidades terapêuticas retomam um histórico de políticas, anteriores à reforma, pautadas na lógica proibicionista e punitivista.

Esse movimento de captura por parte do Estado produziu uma convulsão em diversas entidades e movimentos ligados à saúde mental e à luta antimanicomial (Cruz et al., 2020). Para Lima (2019), a ascensão de um projeto político ultraconservador marca a produção de uma arena de captura de intensidades para servir a forças que não operam em prol da vida. O autor, em editorial para a revista *Physis*, adota o termo “contrarreforma psiquiátrica” para falar dessa investida do Estado com suas máquinas coercitivas e punitivas. E conclui dizendo que o retorno a uma lógica de servidão e sujeição “é só a ponta do iceberg de toda uma cultura manicomial que ainda resiste na sociedade brasileira, e cuja desconstrução é trabalho para mais algumas gerações.” (p. 4). Encerra, portanto, convocando a uma insurgência e evidencia a urgência de reativação do movimento como máquina de guerra.

A problemática da contrarreforma é fomentada por uma conjuntura, muito bem sistematizada por Vasconcelos (2021), que agrega um projeto alinhado com agentes políticos, econômicos e sociais em prol de práticas que caminham na contramão dos pressupostos reformistas. Trata-se do uso da máquina estatal e dos seus capitais financeiro e industrial, suas bases empresariais e profissionais, a serviço de forças antidemocráticas que anulam o protagonismo e o histórico de participação de importantes atores da saúde mental. Como indica Nunes et al. (2019), o que está em jogo é uma correlação de forças que visa a reverter as construções realizadas pela reforma psiquiátrica em todas as suas dimensões. É nessa disputa que Vasconcelos

(2021) entrevê a possibilidade de se fazer fissura, abrir brechas para criar outros e novos modos de entrar e resistir.

A geografia da reforma é permeada por movimentos de insurgência, lutas em rede e fluxos de desterritorialização. Seja referenciando a Carta de Bauru, manifesto importante produzido no II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, em 1987, ou as Conferências Nacionais de Saúde Mental, a tática de luta em torno da reforma psiquiátrica é uma constante busca de fazer escapar às estruturas fechadas em si mesmas. Amarante (2021) apresenta uma dinâmica de como a reforma psiquiátrica marca cortes e acoplamentos nas dimensões sociocultural, técnico-assistencial, teórico-conceitual e jurídico-política na estrutura do Estado. Na dimensão sociocultural, a reforma atua na produção de desterritorialização, promovendo novos lugares sociais para a loucura. Ela intervém como dimensão ativa e capaz de suprimir as representações do imaginário social cristalizadas e incorporar novos modos de subjetividades e relações sociais mais comunitárias. A dimensão técnico-assistencial substitui o modelo hospitalocêntrico, focado no tratamento em regime fechado e isolado, por uma atenção integral, reforçando a importância da inserção e da permanência do sujeito em seu domicílio e no convívio familiar. Como aponta o autor, em “locais de produção de vida e não de morte.” (p. 21). Vale destacar aqui, subvertendo a fórmula apresentada por Schöpke (2017), que toda linha de fuga pode transformar uma linha de morte em uma linha de vida.

Já na dimensão teórico-conceitual, há uma reflexão sobre o saber e as práticas de cuidado e atenção em saúde mental. Essa nova epistemologia faz frente ao regime de verdade que sedentarizava as práticas, os conceitos e até mesmo o entendimento sobre o modo como a pessoa em sofrimento mental era nomeada. Diante de uma constante hierarquização dos saberes, a dimensão teórico-conceitual promove uma experiência em que todos possam se encontrar em um mesmo plano de imanência, sem hierarquias. O mesmo ocorre na dimensão jurídico-política em que o louco, que era tomado pela justiça como perigoso e incapaz, passa a compor o estatuto de sujeito, resgatando sua dignidade e sua condição de sujeito político. Aqui, a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 (Brasil, 2001), denominada Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, foi fundamental para a garantia de direitos, reconhecimento e construção coletiva do modelo psicossocial em saúde mental, mas não deixa de se aproximar do que foi a criação do SUS para a reforma sanitária na produção de uma dupla via: a de

territorialização do avanço da luta, bem como a de munição para continuidade da transformação de espaços estriados em espaços lisos.

Ainda nesse percurso de modulações geográficas, em meio a lutas e embates, autores como Amarante (1995; 2021), Vasconcelos (2010) e Passos e Barboza (2012) contextualizam a reforma psiquiátrica no Brasil correlacionando com o período sanitarista, antimanicomial e institucionalista. Para tal, retomam o emblemático acontecimento da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, conhecido como a crise da DINSAM, marco político importante ocorrido em 1978, mobilizador de setores da saúde mental, abarcando um contexto de denúncias e resistências por parte dos trabalhadores, que contribuiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM). As denúncias e resistências implicaram contramovimentos na produção de demissões, mas não cessaram o movimento, que continuou atualizando suas ações de destruição do modelo instituído. Os autores constroem caminhos e linhas de constituição de um movimento mais amplo que, por meio de agenciamento com outros pares, agregou importantes intelectuais, trabalhadores, familiares, movimentos sociais e usuários do serviço de saúde mental. Tal agenciamento nômade em bando fomentou ações políticas transformadoras, com enlaces solidários e constante busca de ruptura do que estava instituído. Atuantes de forma horizontalizada, não se fixaram em políticas sedentarizadas, organizando-se, portanto, de forma nômade. Como indica Deleuze e Guatarri, “a máquina de guerra é como a consequência necessária da organização nômade.” (2012a, p. 70).

Ao tomarmos as máquinas de guerra como agenciamentos que atualizam outro diagrama, promovendo uma variação de linhas de forças e de resistência que “realizam outras práticas e formas organizativas, compromissadas com a transformação e não com a conservação”, como indica Hur (2019, p. 173), temos, no interior do movimento de reforma psiquiátrica, a produção de ações que norteiam e conduzem à insurgência de tais máquinas. Insurgência, pois o que está em questão é o devir máquina de guerra e não o ser, como aponta (Deleuze & Guattari, 2012a). É no exato momento em que o movimento transita fora da lógica do aparelho de Estado, com seu fluxo nômade, desterritorializante e fazendo resistência aos movimentos de captura, que ele se constitui enquanto máquina de guerra.

Todavia, no campo de batalha entre Estado e movimentos reformistas, as jogadas de captura não cessam de ocorrer. As conquistas não são garantias fixas, e os avanços demandam constantes deslocamentos da máquina de guerra. Em editorial da revista “Trabalho, educação e saúde”, lançada em 2019, Delgado atualiza e confirma o temor anunciado por Vasconcelos em 2010 acerca da possibilidade da emergência de um governo conservador, com um projeto de política de saúde que coloca em risco as reformas. Ao dizer daquele momento de início de um governo contrário às políticas sociais e aos ideais reformistas, Delgado refere-se a um período que abrigava um desmantelamento em marcha. O autor localiza uma série de efeitos fortemente conectados à ruptura democrática ocorrida em 2016, com o Golpe político conduzido por parlamentares, que culminou na Emenda Constitucional nº 95, citada logo na abertura deste artigo. Em alerta, Deleuze e Guattari (2012a, p. 63) já apontavam que “sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte (...)”.

4.3 Condições para reativação da trincheira

O cenário político, econômico e social do país convoca um olhar atento para as políticas públicas de saúde, em especial, para a posição que os movimentos reformistas têm ocupado nos jogos de poder. A busca da reafirmação dos avanços conquistados ao longo dos últimos anos, bem como a retomada das estratégias e táticas dos movimentos reformistas, a partir do histórico de participação social, são necessárias para reativar os movimentos moleculares na trincheira de resistência da saúde coletiva e da saúde mental. Sobretudo em decorrência do fato de que o êxito das reformas não impede a possibilidade da ascensão de movimentos que promovam retrocessos frente a uma política democrática de saúde pública universal.

Como conceber a construção de novas trincheiras e a recomposição desses movimentos? A movimentação na trincheira, enquanto possibilidade de recomposição e insurgência do movimento, e sua permanência como máquina de guerra estão atreladas ao reconhecimento das rupturas impostas pelo aparelho do Estado e seus efeitos. Como assinalam Negri e Guattari (2017), é preciso olhar para o movimento e identificar sua potência no ponto mesmo “onde ele se constitui de um modo institucional sem se perder nas trilhas da legitimação estatal.” (p. 73). Nesse sentido,

mesmo tomando as políticas públicas de saúde enquanto dispositivos que operam dentro da lógica de Estado, abarcando o que está instituído enquanto estratégias de territorialização, é possível localizar suas dimensões táticas instituintes e desterritorializantes que operam como linhas de fuga da captura estatal. Somente assim, é possível pensar nos movimentos como máquinas que agenciam outras políticas, outros modos de perceber e lidar com as condições de saúde da população.

Por conseguinte, uma das condições da luta é repensar as estratégias e táticas usadas no passado, de modo a aprimorá-las e somá-las na produção de uma máquina mais conectada com os agenciamentos nômades do presente. A organização nômade deve se dar em e nas redes moleculares, com conexão de vozes e forças a partir de um plano comum. Agenciar em pares na produção de máquinas mutantes, minoritárias, populares, revolucionárias. Formar coletivos que se conectam e produzam rizomas nos espaços lisos, abertos e de transformação. Inventar atos de resistência que operem por meio da inventividade performática. Como indicam Negri e Guattari (2017), “essas máquinas de luta serão tanto mais eficazes quanto mais o seu campo de ação for delimitado e quanto mais a otimização dos processos de singularização for fixado como finalidade fundamental.” (p. 93).

É nessa direção que Scorel (2011) chama atenção para o fato de que “no processo de luta pela Reforma Sanitária tem sido frequente o estabelecimento de estratégias que ampliam o leque de alianças sem com isso perder de vistas a direção do processo.” (p. 187). Ações integradas em saúde, conferências de saúde, participação nos espaços de decisão política e articulação das subjetividades marginalizadas são algumas das várias táticas que fomentam o desenvolvimento de ações políticas e produção de espaços de cooperação (Scorel, 2011, Negri & Guattari, 2017).

O que caracteriza as reformas é o processo permanente de afirmação de um modo de experimentar a justiça social, a saúde como direito e a produção de vida em liberdade. Essa é a máquina que move a revolução. A produção de subjetividade e novas realidades sociais como agenciamentos dos movimentos das máquinas de luta revolucionárias, seguindo Negri e Guattari (2017), colocam o acontecimento reforma e as diversas lutas travadas ao longo desses anos como armamento para uma recomposição de afetos, de corpos e pautas, agenciando trincheiras, espaços de potência inventiva, realizadora e criativa. Como balizam Fonseca et al. (2007, p. 7)

sobre a reforma psiquiátrica, esta “responde às ondulações dos diferentes territórios, enlaça-se ao diagrama das forças então vigentes, sobrevivendo nos intervalos tensos entre a história e a liberdade.”. E avançam defendendo que a reforma se faz por meio de “atos de contínua luta, que, agenciados uns aos outros, constituirão ressonâncias de suas proposições para fazerem frente às carcomidas, mas ainda ativas, muralhas manicomiais.”.

Na trincheira, o movimento como máquina de guerra é portador de um arsenal que atualiza o diagrama de forças exteriores à movimentação estatal. Ele transita em um fora, território nômade, que mobiliza um estado de coisas existentes para devir um outro não instituído. Para isso, é preciso realizar “outras práticas e formas organizativas, compromissadas com a transformação e não com a conservação.” (Hur, 2019, p. 173). Para reativar a trincheira, é preciso operar saídas sem abandonar o posto, produzir outras políticas no território que se ocupa e atravessamentos para promover uma lisura na política.

Em suma, em diálogo com Hur (2019), algumas táticas se fazem necessárias para insurgência das trincheiras como máquinas de luta e resistência: o estabelecimento de vínculos de solidariedade e o agenciamento de forças de composição, não se deixar levar pela modulação e axiomatização do Estado e do capital, destruir as barricadas que limitam os modos de existência, fazer um movimento centrífugo de retorno da força reativa para si própria incitando forças ativas, instalar processos de ruptura e abertura e, por fim, “fazer do próprio devir um modelo, e não mais o caráter segundo de uma cópia” (Deleuze & Guattari, 2012a, p. 26).

5 INTELLECTUAIS EM MOVIMENTO E PRODUÇÃO DO COMUM NA REFORMA PSQUIÁTRICA BRASILEIRA

Neste capítulo apresentamos caminhos e territórios avistados por meio de uma cartografia da presença de intelectuais na construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Para tal, utilizamos narrativas produzidas em entrevistas com intelectuais, atores, estes, que se mostram importantes no contexto da reforma, tendo em vista sua presença em diversos movimentos de produção de abalos nas estruturas manicomiais, sua função estratégica de adensamento das práticas e seu caráter nômade que possibilita o ambívio entre as atividades profissional, acadêmica e militante. Buscamos, por meio de um exercício cartográfico, traçar os caminhos e descaminhos dos movimentos percorridos por esses atores na composição de um plano comum. Com isso, munidos de ferramentas conceituais enriquecidas pelas formulações de Michael Hardt e Antonio Negri, acompanhamos o percurso de tessitura de uma rede que se formou na conexão de linhas produzidas em diferentes momentos e espaços, e que marcaram a produção de um comum na militância de intelectuais pela reforma psiquiátrica.

A mobilização dos intelectuais em torno da reforma psiquiátrica tem ocorrido não apenas na participação nos históricos eventos - encontros e conferências - em torno da saúde mental, mas, também, por meio das produções que discutem essa temática e pelos atos de lutas no cotidiano do fazer em saúde mental. Os estudos sobre a reforma apresentam alguns desses intelectuais que produziram, sobretudo a partir da década de 1970, trabalhos críticos na área, são eles: Roberto Machado, Joel Birman, Jurandir Costa, Paulo Amarante, Vera Portocarrero, Luiz Cerqueira, Ana Pitta e outros. Contudo, a literatura, quando menciona a presença dos intelectuais na construção da reforma, parece se centrar em figuras emblemáticas estrangeiras e guarda pouco destaque à efetiva ação política realizada pelos atores brasileiros. Diante disso, a discussão com base na participação dos intelectuais na construção da reforma psiquiátrica será tomada como “caixa de ferramentas” para problematizar e pensar a presença desses atores nesse movimento e, especialmente, os modos de subjetivação política e a constituição de redes de enfiamento. Ao tomar o campo da saúde mental no Brasil como uma arena de lutas e disputas políticas, intenta-se

mapear como os intelectuais forjaram sua militância política e se enlaçaram em um plano comum.

Ressalta-se que o caminho adotado para se discutir a produção do intelectual enquanto sujeito político e sua função na dinâmica social do contexto no qual se insere – a saber, para esse estudo, a reforma psiquiátrica –, assume como cerne a problematização das práticas de constituição de si, o devir intelectual, bem como a composição de um plano comum no exercício de experimentação política, ou seja, os modos de se fazer e de se constituir em rede na produção de relações e formas sociais colaborativas e democráticas. O destaque, além da função ou do dizer do intelectual, volta-se para a potência do criar.

Os intelectuais se somam a uma importante rede constituída por trabalhadores, usuários, familiares e movimentos sociais, atores e protagonistas da Reforma Psiquiátrica Brasileira, cuja prática tem sido alvo de diversos estudos, sobretudo, a partir da redemocratização política do país. Da posição que ocupam – transitando entre a academia, a atividade profissional, a militância e em alguns casos a gestão – surgem como potências que se articulam e se associam em rede, fomentando organizações de resistência por meio de práticas colaborativas, forjando relações democráticas. Partindo dos movimentos ocorridos em território brasileiro com início nos anos 1970 em torno da saúde mental e das articulações de intelectuais ao longo desses 50 anos de luta pela reforma psiquiátrica, buscamos situar a constituição de um plano comum em que singularidades se juntaram para produção de uma política democrática, capaz de incorporar em seus modos de operação um horizonte revolucionário ancorado na potencialidade produtiva de amplos setores da sociedade brasileira.

Nesse cenário de agenciamento de lutas e de intensa mobilização em torno da saúde, sob influência de movimentos reformistas presentes na Europa e nos Estados Unidos, o modelo hegemônico, hospitalocêntrico e excludente, de assistência psiquiátrica brasileira começa a sofrer abalos produzidos por mobilizações em favor de direitos para os pacientes de saúde mental. Diante da convulsão do território psiquiátrico, as discussões sobre a loucura passaram a adentrar as instituições psiquiátricas e o meio acadêmico, pautando a prática não apenas dos profissionais, mas, também, dos intelectuais. Na história da reforma psiquiátrica brasileira as produções acadêmicas têm reservado um lugar de destaque para estes atores. A

vinda ao Brasil de Franco Basaglia, Michel Foucault, Félix Guattari, Ronald Laing e Robert Castel, entre os anos de 1975 e 1980, movimentou o cenário nacional e mobilizou a academia e associações para a defesa dos direitos dos usuários da saúde mental, marcando os intelectuais como atores da reforma (Pitta, 2011).

As reflexões e provocações produzidas por esses atores de diversos lugares do mundo e diferentes orientações teóricas, inflaram uma geração de intelectuais brasileiros, muitos deles trabalhadores de instituições psiquiátricas, com discursos políticos, reflexões sobre as violências presentes nessas instituições e modos de resistência ao regime instituído. A título de exemplo, Yasui (2010) registra a potência da presença de Basaglia em território brasileiro contagiando inúmeros intelectuais e produzindo um efeito de mobilização entre esses atores. A influência desses importantes autores no pensamento de intelectuais brasileiros fomentou, naquele momento, a criação de espaços de discussão e, juntamente a isso, a emergência de questionamentos sobre a loucura, a psiquiatria, as instituições e a sociedade. Como indica Sander (2010), havia uma atmosfera produzida pelas ideias oferecidas pelos intelectuais estrangeiros que lançavam luz nas turbulências presentes em território nacional, indicando saídas para as violências do modelo de tratamento em saúde mental.

A complexidade política no Brasil dos anos 1970 e 1980 - período ainda regido pela ditadura militar e por uma conseqüente efervescência político-participativa - e os jogos de poder presentes no campo da saúde mental com a hegemonia médico-psiquiátrica, fomentaram um caráter dinâmico da mobilização de intelectuais. Com presença em marcos históricos que vão da criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), importante instituição na luta pela reforma sanitária e psiquiátrica no Brasil, passando por experiências de luta enquanto classe trabalhadora, como o importante movimento ocorrido na Divisão Nacional de Saúde Mental (Dinsam), em 1978, e chegando à organização e participação em debates em instâncias acadêmicas e políticas, os intelectuais se acoplaram a uma rede de pensamento e estruturação dos modos de cuidado e atenção em saúde mental (Amarante, 2021). Com isso, insurgiram enquanto instância rizomática capaz de agenciar em diversos pontos nodais que se consagraram como marcos importantes para a reforma.

Para pensar essas tessituras presentes nas lutas de intelectuais em prol da construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira, buscaremos um diálogo com o

conceito de comum a partir de Hardt e Negri (2005), pensadores alinhados com o ambiente da esquerda marxista, tomando tal noção como práticas sociais coletivas, produção intelectual compartilhada e modos de sociabilidade. Como destacam Laval e Dardot (2017), é em Hardt e Negri que encontramos uma primeira teoria do comum, pois diferentemente do que se havia produzido em torno desse conceito, esses autores trazem o comum para o campo do devir político contemporâneo. Ao considerarem que a noção de comunidade não consegue abarcar a heterogeneidade que marca a multidão, o comum surge tanto para identificar os bens comuns quanto o que se produz pela cooperação social. Esta última se traduz em uma série de práticas, lutas e alianças que inauguram formas mais democráticas de agir. O comum nessa perspectiva é imanente à potência vital do agir em rede e condição para a “atividade de invenção de si e do mundo”. (Teixeira, 2015, p. 31).

O que está em jogo no comum é um processo colaborativo de produção como efeito de um enlaçamento de singularidades. Nas palavras de Hardt e Negri (2005), “enquanto o individual se dissolve na unidade da comunidade, as singularidades não se veem tolhidas, expressando-as livremente no comum” (p. 266). Daí o fato de Laval e Dardot (2017) colocarem o comum como uma estratégia de oposição à “apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (p. 17). Afasta-se, com isso, da noção de massa, e se aproxima de um certo nomadismo; ou seja, por meio de um movimento impulsionado pelos afetos, constituem uma multidão que se espalha no território. Essas singularidades produzem redes diversas, linhas de fuga que se passam no interior da multidão. O comum não é, portanto, algo a ser descoberto, mas, sim, produzido.

Sendo assim, a partir da cartografia buscamos analisar a movimentação dos intelectuais brasileiros no campo da saúde mental enquanto uma forma possível do agir comum, ou seja, a participação desses atores como um corpo coletivo que redesenha novos modos de produção, de si e do mundo, e novas formas de configuração política. Entendemos que a aliança em comum de sujeitos singulares fomenta a potência necessária para o agir político em direção a novos modos de existência. Ressaltamos, ainda, que o modelo de atenção em saúde mental é foco de disputas políticas, de um lado a sustentação e consolidação de uma política pública alinhada com os princípios dos movimentos autodenominados reforma psiquiátrica e luta antimanicomial (Amarante & Nunes, 2018; Delgado, 2011; Lobosque, 2003),

construídos ao longo das últimas décadas. De outro lado, resistências, embates e estratégias adotadas, sobretudo, pelo Governo Federal da gestão 2019-2022, que indicam francos retrocessos, por tal motivo designadas por alguns autores como movimento de contrarreforma (Nunes et al., 2019; Pitta & Guljor, 2019; Prado et al., 2020).

Como indica Chiabotto et al. (2022) “a contrarreforma se acirra em um momento de fragilidade das instituições democráticas e de precarização das políticas públicas.” (p. 92). Diante disso, esses autores afirmam a necessidade de realinhar o movimento de resistência contra os recorrentes ataques à reforma, se organizar coletivamente e resgatar o protagonismo dos atores que historicamente se mostraram fundamentais para a efetivação desse modelo. Em diálogo com Nunes et al. (2019), segundo eles, trata-se de impulsionar uma reforma ainda não consolidada, que se encontra em pleno devir.

5.1 Algumas considerações metodológicas

O estudo apresentado neste capítulo tem caráter exploratório, realizado sobre material disponibilizado em arquivo digital pelo Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil, desenvolvido na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e, também, a partir de dados produzidos por meio de uma entrevista narrativa, com orientação cartográfica (Tedesco et al., 2015), feita pelo autor desta tese com outro intelectual militante da reforma, não entrevistado pelo referido Projeto, mas igualmente importante. A pesquisa como um todo corresponde a uma análise das condições de participação de intelectuais no início da produção da reforma psiquiátrica brasileira, tendo como suporte diversos documentos oficiais e observações pessoais livres de ações políticas do movimento. O material disponibilizado pelo Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil (vídeos, entrevistas, artigos, notas, editoriais, palestras e outros), de fácil acesso digital, se mostrou fundamental para as construções aqui realizadas, sobretudo em decorrência do fato dessa pesquisa ter sido atravessada pela pandemia de COVID-19 o que promoveu, por um período de dois anos, uma exclusão dos espaços sociais e políticos de participação e encontros com os atores aqui investigados, gerando diversas reformulações quanto ao processo metodológico, como mencionado na introdução desta tese.

Nessa perspectiva, buscou-se investigar as redes e os movimentos, constituídos por múltiplos dispositivos, conexões e acoplamentos de produções coletivas no interior do movimento da reforma, com foco na localização dos intelectuais envolvidos. Buscamos compreender esses acontecimentos a partir dos processos da construção coletiva e dos modos como essa rede de intelectuais foi se estabelecendo a partir de encontros entre singularidades, em uma produção colaborativa e horizontal - o que não significa isenta de conflitos internos -, para formação de um plano do comum.

A escolha das entrevistas por esse estudo, dentre as tantas disponíveis no arquivo do Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil, foi motivada pela amplitude do projeto, qualidade das entrevistas e, principalmente, considerando-se que o conteúdo apresentado vai ao encontro dos objetivos aqui propostos. O Projeto foi idealizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) através do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental (LAPS) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e busca a recuperação, preservação e reunião de documentos que contam a história da reforma psiquiátrica. Arquivos como fotos, documentos, materiais de divulgação, depoimentos orais, aulas, conferências e outros estão disponíveis no *website*⁵ do laboratório com acesso público. Para este estudo, utilizamos os depoimentos orais concedidos no formato de entrevista gravada por vídeo e a linha do tempo disponibilizada no *website*.

O critério utilizado para a escolha das entrevistas analisadas neste artigo consistiu no fato de o entrevistado ser visto publicamente como um intelectual militante da reforma psiquiátrica brasileira com ampla participação e produção na área. Sendo assim, foram selecionadas as entrevistas com os intelectuais a seguir. Por se tratar de material de domínio público entende-se que não faz sentido manter o sigilo a respeito das pessoas entrevistadas.

- Ana Maria Pitta: “mulher, nordestina, psiquiatra antimanicomial e militante da Reforma Psiquiátrica”⁶. Doutora em medicina preventiva/saúde mental. Professora aposentada da USP/SP e professora adjunta da Universidade

⁵ <https://laps.ensp.fiocruz.br/o-projeto>

⁶ Título da entrevista concedida a Ana Silva e Marco Duarte publicada na Revista em Pauta (Silva & Duarte, 2022).

Católica do Salvador/UCSAL. Ex-presidente e atual diretora emérita da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

- Ernesto Venturini⁷: Psiquiatra italiano e colaborador de Franco Basaglia no processo de desinstitucionalização na Itália, nas cidades de Gorizia e Trieste, onde assumiu o cargo de médico chefe. Como assessor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para a América Latina, acompanhou a reforma psiquiátrica brasileira. Participa ativamente de diversas ações e eventos no Brasil.
- Gregório Franklin Baremlitt: Psiquiatra argentino, que migrou ao Brasil durante o regime da ditadura militar em seu país nos anos 1970, livre docente pela Universidade Nacional de Buenos Aires, analista institucional e esquizodramatista. Fundou em 1978, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI), instituição responsável pela organização do I Congresso que contou com a participação dos principais autores da psiquiatria democrática italiana, da antipsiquiatria e do pensamento crítico em saúde mental (Felix Guattari, Robert Castel, Franco Basaglia, Erving Goffman, Tomas Szasz, dentre outros). Baremlitt faleceu em 4 de outubro de 2021, tendo sua trajetória reconhecida e celebrada por diversas instituições e atores da saúde mental em âmbito nacional e internacional.
- Pedro Gabriel Delgado: Psiquiatra, mineiro, doutor em medicina preventiva e professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi Coordenador Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde de agosto de 2000 a dezembro de 2010 e presidente da III Conferência Nacional de Saúde Mental (2001) e da IV Conferência Nacional de Saúde Mental -Intersetorial (2010).
- Paulo Duarte Amarante: Psiquiatra, capixaba, professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Foi Presidente Nacional do Centro Brasileiro de Estudos de

⁷ Vale destacar que Ernesto Venturini, psiquiatra italiano, e Gregório Baremlitt, psiquiatra argentino, não só marcaram presença em eventos que se tornaram marcos da reforma psiquiátrica brasileira, como residiram ou residem no país e contribuíram ativamente na construção de um campo da saúde mental brasileiro, incluindo a formação de profissionais, alinhada com os ideais reformistas.

Saúde (CEBES). Foi fundador e presidente nacional da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e atualmente é seu presidente de honra.

Vale destacar, com o intuito de produzir uma análise mais criteriosa no trabalho de tese, que há uma demarcação de diferentes inserções e influências no processo de reforma. A título de exemplo, Paulo Amarante, psiquiatra e pesquisador, em toda a sua trajetória nunca assumiu função gerencial em nenhuma instância de governo (federal, estadual ou municipal), fazendo uma opção radical pela militância no Movimento de Luta Antimanicomial e criando uma entidade nacional de representação, a ABRASME, embora estivesse sempre vinculado ao Estado, como pesquisador em uma instituição de pesquisa e ensino em saúde coletiva das mais importantes e influentes do país, a Fiocruz. Ao contrário de outros, como Pedro Gabriel e Ana Pitta, que assumiram a governança na Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas do Ministério da Saúde; o primeiro por dez anos consecutivos.

Ressaltamos, ainda, o fato de terem todos eles formação médica psiquiátrica, o que revela uma certa hegemonia no destaque dessa classe profissional nos movimentos iniciais em torno da reforma, especialmente nos anos 1970 e 1980. Essa característica aparece na fala de Amarante:

No Brasil os primeiros questionadores e fundadores do movimento dos trabalhadores de Saúde Mental, que deu origem ao movimento antimanicomial, são psiquiatras e a maior parte está vivo: eu, Pedro Gabriel, Ana Pitta, Jairo Goldberg, e por aí afora, era um número grande, o Edimar, várias pessoas são psiquiatras. (Paulo Amarante, entrevista).

Sublinhamos que tal configuração assumirá outros contornos a partir do momento em que teremos uma entrada mais robusta de outras classes profissionais como Psicologia, Enfermagem e Assistência Social, sobretudo no atual cenário da reforma. Outro destaque refere-se à presença e participação de intelectuais estrangeiros nas discussões em torno da saúde mental em território brasileiro, quase sempre mobilizada por participação em eventos acadêmicos e a convite de instituições de ensino, o que se configura como marco importante na história da reforma psiquiátrica no país.

Com a finalidade de ampliar as coordenadas da cartografia, incluímos, ainda, a entrevista realizada pessoalmente por via *online* com Eduardo Mourão Vasconcelos. Psicólogo mineiro, e doutor em políticas sociais pela *London School of Economics and Political Science*, é Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Militante histórico dos movimentos de reforma psiquiátrica e antimanicomial, tem grande destaque para o protagonismo dos usuários e familiares.

A inclusão dessa entrevista, se justifica por considerarmos esse ator um importante intelectual no cenário da reforma, com extensa e relevante produção na área, trabalhos que, inclusive, subsidiaram alguns argumentos sustentados nessa tese. Esse encontro, embora realizado, foi dificultado por uma série de contingências da vida na qual os intelectuais estão lançados. Como dito na introdução deste trabalho, o objetivo inicial era realizar entrevistas presenciais com os intelectuais aqui mencionados, o que não foi possível pelos motivos já elucidados, convocando novos arranjos. O nome deste entrevistado também está mantido sem sigilo, considerando a autorização dada para tal em Termo de consentimento livre e esclarecido. Tal como as outras entrevistas analisadas, esta também está publicizada como Anexo da tese.

As análises e considerações feitas aqui não se restringem a uma ancoragem nas entrevistas, mas conduzem a uma movimentação em direção às produções intelectuais dos entrevistados. Algumas pistas da produção do comum foram localizadas nas diversas publicações disponíveis em periódicos e livros de autoria desses atores. Como intelectuais, eles aparecem aqui não somente como sujeitos que produziram dados por meio das entrevistas, mas também como autores que nos auxiliaram no exercício de pensar a reforma e no desenvolvimento de argumentos que orientaram esta tese. Considerando a cartografia um método estratégico-rizomático que visa acompanhar processos (Barros & Kastrup, 2015), a análise consistiu em “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente.” (p. 57).

5.2 Tecendo o comum

Munidos da concepção de que os dados de uma pesquisa são produzidos no encontro entre pesquisador e campo pesquisado e partindo da compreensão

apresentada por Deleuze (2013) de que os conceitos estão postos para serem usados produzindo “descentramentos, deslizos, quebras” (p. 14), buscamos estimular um exercício de problematização, associado às produções realizadas pelos intelectuais em seus modos de dizer e pensar a reforma psiquiátrica brasileira. Com isso, mais do que apresentar as falas dos intelectuais entrevistados e explorar ou discutir as experiências vividas na trajetória de cada um, buscou-se dar ênfase na relação do que foi dito com a construção de um plano do comum no território da reforma. Elegemos a tessitura do comum como coordenada do percurso cartográfico por entender que os relatos indicaram uma certa disposição de notas na construção de um percurso que ascendeu na reforma psiquiátrica brasileira.

A partir dos relatos dos intelectuais entrevistados, acompanhamos um percurso de fabricação de uma rede que se deu na conexão de linhas produzidas em diferentes momentos e espaços, e que marcaram a instituição de um comum na constituição desse movimento pela reforma. Longe de instaurar um ponto inaugural da reforma psiquiátrica no Brasil ou reforçar a ideia de um mito de origem, buscamos localizar as condições de possibilidade de emergência desse acontecimento. Um dispositivo chama atenção nos relatos enquanto agenciador de resistências, rupturas e devir político por parte dos intelectuais, a saber: a crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM).

Paulo Amarante e Pedro Delgado vivenciaram o episódio conhecido como a crise da DINSAM e reverberaram em suas falas esse momento como um marco importante para a mobilização em torno da reforma. Diferentemente de Amarante, que possui uma narrativa mais autocentrada, tendo sido um dos primeiros profissionais a serem demitidos em resposta às denúncias feitas por eles referentes a uma série de negligências presentes na DINSAM, Delgado é quem apresenta com mais detalhes o episódio e marca a relevância que teve enquanto um movimento de resistência e de recusa a uma estrutura instituída:

Este fato é relevante, porque, essa instituição não era uma instituição qualquer, era uma instituição que pertencia ao Ministério da Saúde, era o Centro Psiquiátrico Nacional e acabou que, é uma história conhecida, que é a história da crise da DINSAM, porque os plantonistas dessa emergência começaram a relatar nos livros de plantão todas essas situações, era nossa garantia também de estar registrando em algum lugar, na época você não tinha tanto recurso assim para poder registrar documentos,

fotografar etc. Isso gerou uma situação... algumas situações esdrúxulas que, por exemplo, a direção chama os plantonistas e diz que não pode mais escrever aquilo, coisas desse tipo. Aí a gente dizia: “a gente não vai escrever se deixar de ocorrer...”. (Pedro Delgado, entrevista)

O “aquilo” que Delgado menciona que não podia ser escrito, refere-se às negligências, irregularidades e maus-tratos contra os pacientes, uma vez que, cientes das condições do hospital, os dirigentes, em sua maioria militares, nada fizeram. (Amarante, 1995, 2021). Delgado é quem relata diversas experiências de negligências a que internos e profissionais estavam submetidos. Nas suas palavras “o jovem recém-formado psiquiatra tinha que chegar lá para participar de uma situação que era uma situação absolutamente irregular, absolutamente danosa.” (Pedro Delgado, entrevista). Os primeiros movimentos de contestação a essa realidade institucional apontam para os agenciamentos que mobilizaram esses profissionais a descreverem as situações de negligência nos livros de registro, indicando um movimento altamente molecular de ruptura que antecedeu a crise em si⁸.

Ocorrida em 1978, a partir dessas denúncias de irregularidades da unidade hospitalar do Rio de Janeiro, a crise se instaurou pela deflagração de uma greve, seguida da demissão de 260 estagiários e profissionais. Com efeito, Amarante (1995, p. 52) assinala que a mobilização foi acompanhada de “reuniões periódicas em grupos, comissões, assembleias, ocupando espaços de sindicatos e demais entidades da sociedade civil”, dando início aos primeiros passos da capilarização do movimento. Vale destacar que nesse mesmo ano, como reforça Paulo Amarante, na entrevista, foi criado “o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental que acabou assumindo um caráter nacional”.

Como essa ruptura produzida pela insurgência dos profissionais da saúde implicou em um agenciamento de aliança com outros sujeitos? Em que medida um movimento de ruptura com o instituído pode fomentar o agenciamento em direção ao comum? Ou, ao contrário, até que ponto essa ruptura pode ser pensada como efeito

⁸ Disparador semelhante foi o Livro Branco da Psiquiatria Francesa, em três volumes, produzido e publicado na década anterior, de 1960, contendo denúncias de maus-tratos aos pacientes e escrito em forma de artigos assinados por psiquiatras participantes de três jornadas consecutivas de psiquiatria em Paris (66, 67 e 68). Esse acontecimento desencadeou todo um processo de revisão da política de saúde mental na França, posteriormente institucionalizada como Política de Setor. (conf. Passos, 2009).

de uma produção comum? É o próprio Amarante (2021) que nos ajuda a visualizar um horizonte para entender essas questões e pensar essa dupla via que vai se construindo em torno de um movimento de resistência e dessa rede que se vai tecendo com a presença de intelectuais e de outros atores, quando relata o momento de convocação de profissionais de todos os hospitais da DINSAM para se aliançarem aos profissionais demitidos, o que desencadeou o movimento grevista. Nas palavras do autor, “a greve da DINSAM acabaria sendo o gatilho de uma greve geral dos médicos residentes do Rio de Janeiro, que logo em seguida se tornaria uma greve nacional.” (Amarante, 2021, p. 27).

Para melhor contextualizar essa crise e compreender os afetos que fizeram com que uma greve engatilhasse outra e criassem condições para a produção do comum é importante localizar a dimensão de luta de classe que permeia esse cenário. Atentar para esse movimento de greve como forma de contrapoder, permitindo “o encontro, o embate, o encaixar-se e o mover-se para a frente dos vários estratos da multidão” como indica Negri (2010, p. 207), implica perceber o modo como essa luta vai se tornando essencial para o desenvolvimento de um movimento disruptivo. Trata-se de um embate que se deu em um território permeado pela luta contra o modelo manicomial da psiquiatria hegemônica, modelo este produzido pelo capital, e também pela expansão de um devir intelectual, operado por uma rede de encontros em agenciamentos de corpos e pensamentos.

Nós éramos médicos bolsistas, tinham psicólogos bolsistas, enfermeiros bolsistas, todos eram bolsistas, ninguém tinha contrato. Os antigos funcionários também estavam sobrecarregados, pois não tinham renovação, então, este é o cenário. A partir daí se constitui esse movimento, (...) essa reunião de vários bolsistas dos três hospitais no que ficou chamado a crise da DINSAM. Me lembro que houve um momento em que oitenta e tantas pessoas foram afastadas, e havia também os estudantes de Psicologia, de Medicina e de Enfermagem que eram estagiários e acabou que foi todo mundo afastado. (Pedro Delgado, entrevista)

Apostamos no entendimento de que a precarização dos trabalhadores da DINSAM, todos ou a maioria residentes e estagiários, se tornou a condição material que os conectou aos pacientes de saúde mental, produzindo uma consciência de classe capaz de ascender enquanto multidão. O conceito de classe, na multidão, está

relacionado à ideia de descontinuidade, uma convergência de movimentos, de transformação e contágio, que neste estudo será tomado como território de devir intelectual. Para Negri, "quando a massa de trabalhadores se transforma em uma multidão de trabalhadores singulares, o ato artístico investe as formas de vida, e estas formas de vida transformam-se na carne do mundo" (2012, p. 121).

Todas as pessoas que foram afastadas passaram a se reunir semanalmente. E se construiu uma certa consciência de que não se tratava apenas de demissão de pessoas, não se tratava apenas de condições de trabalho nessas instituições, mas se tratava na verdade de uma profunda iniquidade institucional que estava colocada. (Pedro Delgado, entrevista).

Nessa fala de Delgado é possível identificar essa constituição de um movimento de classe enquanto multidão. A luta deixa de ser apenas por melhores condições de trabalho e passa a ser por "melhores condições de vida e, principalmente, por diferentes modos de vida que se materializem na desconstrução de certos tipos de relações de poder constituídas e codificadas em vetores e valores morais abstratos." (Tarin, 2017, p. 191). Um coletivo se aliançando, promovendo uma posição de resistência e denúncia à instituição e produzindo uma análise crítica do contexto, parece agregar elementos suficientes para pensarmos esses encontros como células moleculares de um movimento centrífugo, fluxos e linhas de fuga aos dispositivos de controle. (Hur, 2016).

Essa característica de organização em rede, colaborativa e solidária, produz um movimento de resistência ao centripetismo do poder instituído nas malhas do aparelho estatal, uma vez que a DINSAM era o órgão do Ministério da Saúde responsável pela formulação das políticas de saúde mental. Hardt e Negri (2005) discutem como essa tendência de organização em rede pode produzir a insurgência de movimentos revolucionários com ações de resistências democráticas. Por isso, nesses autores, a ideia de comum está diretamente atrelada a aspectos políticos de transformação da sociedade.

As movimentações dos intelectuais passam a se conectar com outros atores que fomentam um processo de capilarização de ações, possibilitando uma maior amplitude, alcance e enlace dessa rede. São os encontros que os intelectuais parecem tomar como um momento de produção de potência para resistir aos modelos

instituídos e criar outras formas de luta. Não obstante, em suas falas há um destaque para esses momentos em que o protagonismo estava no comum, nas muitas vozes que com suas singularidades construíram dispositivos de recusa aos modelos e regimes de verdade vigentes: “A gente tinha comportamentos, às vezes, para expressar nossos pontos de vista que eram de uma crítica muito dura a essas instituições” (Pedro Delgado, entrevista). Destaca-se que não se trata da forma que a rede assume após a sua constituição, sua potência está precisamente na força que a conecta, no tipo de agenciamento, nos rizomas e nas conexões que produzem. Uma expansão que se dá de forma não linear, sem distinção entre central e periférico, produzindo conexões em diferentes lugares e tempos (Deleuze & Guattari, 2011b). Vozes que se somam e se movimentam, produzindo um emaranhado de linhas que adentram as fissuras do tecido social, gerando rupturas nos modelos estabelecidos.

Essa multidão, no sentido atribuído por Hardt e Negri (2005), heterogênea e desprovida de centro e de hierarquia, constituída naquele momento, majoritariamente, por jovens profissionais, como aparece nas falas dos entrevistados, se movimentava em direção à luta não apenas por melhores condições de trabalho, como também por uma reforma no sistema de saúde de modo a promover um tratamento mais justo e humano aos pacientes. Parafraseando Pelbart (2015), buscavam “exercer sua potência, de fazer valer o seu desejo, de pôr para funcionar sua libido coletiva, de redesenhar a lógica da cidade, da coexistência, inclusive da ruptura, do dissenso, da dissidência, da irrupção do novo.” (p. 23).

Sempre essas pessoas, jovens em sua maioria, militantes, pessoas que acreditavam na possibilidade de uma transformação social foram sempre presentes e acompanharam os processos e mais do que acompanharam foram protagonistas. Entre eles, sublinho a importância dos brasileiros que já no fim da década de 70 estavam presentes, a gente trabalhava junto com eles. (Ernesto Venturini, entrevista)

Venturini sublinha essa rede que se constituiu entre a militância brasileira com forte influência de intelectuais europeus. Esses jovens profissionais da saúde mental no Brasil dos anos 1970 e 1980 começam a ter contato com o pensamento desses intelectuais, possibilitando a circulação de ideias e modos de tomar a loucura e o cuidado em saúde mental, muito distintos das práticas que prevaleciam em território brasileiro. Amarante (2021) realça a importância que Basaglia teve no

desenvolvimento do pensamento crítico dos intelectuais brasileiros da saúde mental, sobretudo pela sua forte vinculação com os jovens militantes da época.

Esse espaço de troca entre intelectuais, permitindo a circulação, não sem resistência e embates, de um pensamento crítico sobre a política de saúde mental no Brasil, ganha destaque com o I Congresso organizado pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI), também ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e no mesmo ano da crise da DINSAM. Esse evento insurgiu como uma potência por sua capacidade de agregar grandes nomes da intelectualidade internacional naquele momento e por fazer frente ao modelo psiquiátrico vigente. Ana Pitta, Ernesto Venturini, Pedro Delgado, Paulo Amarante e Gregório Baremlitt citam o Congresso como um marco importante dessa rede de intelectuais e, sobretudo, como um dispositivo que atravessou a formação desses intelectuais brasileiros, atores que compunham a rede que se estruturava em território nacional em direção à reforma.

Teve um encontro no Rio de Janeiro sobre psiquiatrias alternativas, críticas da psiquiatria e de uma vez só vieram vários desses grandes nomes: Franco Basaglia, Robert Castel, Felix Guattari, David Cooper, Ronald Laing, Thomas Szasz, Howard Becker, Erving Goffman, os maiores nomes ainda hoje dessa crítica ao modelo psiquiátrico estiveram e eu pude conhecer. (Paulo Amarante, entrevista)

Os entrevistados e a literatura reservam um lugar especial para esse evento. A possibilidade de concentrar pensadores tão potentes, em plena ditadura militar, e o contato com os intelectuais brasileiros da reforma psiquiátrica, ainda não denominada desta maneira, o que reverbera na fala de Amarante ao reforçar que não apenas estavam presentes como ele pode conhecer, diz de um momento efervescente para a produção de táticas, lutas, estratégias de resistência e novos modos de subjetivação. Ressalta-se que o Congresso foi organizado por Gregório Baremlitt, um importante intelectual da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial na América do Sul e Brasil, entrevistado pelo Projeto Memória.

Como sinaliza Ernesto Venturini, em entrevista, o Congresso organizado pelo IBRAPSI, assim como a crise da DINSAM, são acontecimentos que forjaram atos de mobilização, trocas e formações de redes. Trata-se de ações que possibilitaram “fortalecer os movimentos que já existiam, os movimentos de contestação da situação

psiquiátrica asilar⁹.” (Ernesto Venturini, entrevista). O destaque que a literatura dá em torno desses dois *acontecimentos* (no sentido conceitual que Foucault e Deleuze atribuem ao termo), sobretudo nas produções do Paulo Amarante, bem como uma narrativa comum que busca situá-los, especialmente a crise da DINSAM, como atos fundadores (Prado Filho & Lemos, 2012) que eclodiram no que viria a ser a reforma, nos parece deixar em segundo plano os movimentos já existentes no território nacional que se somaram ao plano de composição do acontecimento reforma. Se optamos por valorizar esses dois acontecimentos neste trabalho não é por entendê-los como atos fundadores, mas por compreender que se configuraram como espaço-tempo que promoveu o agenciamento em bando dos intelectuais em torno de um campo específico de disputas ético-político-ideológicas e sociais.

5.2.1 Formar bandos e agenciar afetos

Além dos acontecimentos marcantes, supracitados, que operaram como trincheiras no campo de batalha que se formava em torno da saúde mental, Ana Pitta aponta que uma importante munição desde os primeiros movimentos até os dias atuais é, sobretudo, o que se nomeia como solidariedade, definida como os enlaces em redes e associações, que fortalece o movimento político e alimenta um devir político em prol da luta pela dignidade e liberdade. Podemos tomar essa noção de solidariedade como um conceito político, capaz de agenciar as singularidades na multidão (Hardt & Negri, 2005).

Você vê que iam convergindo várias pessoas com interesses comuns... e é assim que vai entrando nesse rol o Paulo Amarante, Pedro Gabriel, Joel Birman, Jurandir [Freire Costa], o pessoal da Colônia Juliano Moreira que também estavam fazendo trabalhos interessantes, enfim, fomos nos juntando. (...) Havia uma certeza ética que o certo e o justo era lutar pelo respeito à liberdade daquelas pessoas. E havia uma articulação entre pessoas que vinham de várias partes do Brasil, mas que tinham algo em comum. (Ana Pitta, entrevista)

⁹ Um dos mais expressivos e importantes processos anteriores, contestatórios da psiquiatria asilar hegemônica e violenta, foi o pioneiro trabalho humanizado de Nise da Silveira aos pacientes psiquiátricos, desde os anos de 1940, no antigo Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, hoje rebatizado como Instituto Municipal Nise da Silveira. Voltaremos a falar mais dela à frente.

Essa constituição em rede a partir de interesses em comum, a convergência de afetos e articulação dos intelectuais movidos por um certo ideário democrático, operou na construção da reforma psiquiátrica e continua operando em sua defesa com uma sinergia coletiva, uma cooperação social que permite o afetar e o ser afetado. “Fazíamos uma... havia uma rede... uma rede no sentido até mais moderno, de encontros e afastamentos, encontros e afastamentos.” (Ana Pitta, entrevista). No momento da entrevista em que Ana Pitta diz da confecção dessa rede, ela faz um movimento de aproximação e afastamento de uma mão em direção a outra, com os dedos em movimento semelhante ao ato de tocar um piano, como se estivesse tecendo algo no ar. Não havia uma rede pré-existente, ela foi tecida. O comum não é algo dado. O comum é produzido.

Pitta relata, ainda, que em 1975 conheceu e foi convidada por Nise da Silveira a trabalhar na Casa das Palmeiras, espaço criado por Nise com o objetivo de acolher os pacientes egressos do manicômio. Na contramão de uma narrativa hegemônica sobre a reforma psiquiátrica no Brasil, é preciso resgatar a imagem dessa intelectual que, como aponta Delgado (2011) e Damião Junior (2021), figura no pioneirismo da reforma. Antes de haver um consenso sobre um novo modelo de tratamento humanizado em saúde mental, a psiquiatra Nise da Silveira, já nos anos 1950, no Rio de Janeiro, busca compreender a complexidade da loucura e propor um tratamento único, pautado na liberdade, inclusão e interdisciplinaridade, completamente contrário ao paradigma manicomial presente na época. Uma intelectual nômade que, em rede, agenciou singularidades capazes de circunscrever novos territórios e produzir deslocamentos na compreensão sobre a loucura, gerando, como aponta Castro e Lima (2007, p. 373), “conflito no espaço asilar e fora dele, e provocando um profundo processo de resistência, inovação e transformação cultural.”

É na rede e em rede que a potência dos intelectuais é produzida. O que reverbera na fala de Amarante: “esse desejo de viver, de fazer as coisas, de um projeto coletivo (...). A gente tem um apego a um projeto coletivo, um projeto que nos ultrapassa.” (Paulo Amarante, entrevista). Essa potência de vida que transversaliza não só os assim considerados intelectuais, mas todos os atores do processo, enquanto nômades, provoca e fomenta estratégias contra hegemônicas que atuam transformando realidades. Criar redes, formar bandos e produzir espaços outros,

heterotópicos, é o que vemos nos encontros e movimentos que atravessam as tessituras de um modelo de saúde mental antimanicomial. Barboza (2022) ilustra a importância das construções em rede na saúde mental como dispositivo que sustenta a reforma psiquiátrica e constrói o trabalho afetivo no cotidiano da luta. Para a autora, “o modo de atenção psicossocial de saúde mental está diretamente relacionado aos investimentos da rede de atenção na construção de redes sociais mais participativas e inclusivas nas diferentes realidades territoriais.” (p. 54).

A ideia de um plano do comum produzido por uma rede que faça frente a um mesmo inimigo, se aproxima das lutas travadas pelos movimentos sociais e populares como “um conjunto proliferante e múltiplo, que expressa o poder de resistência e criação das máquinas de guerra contra a axiomática mundial.” (Maeso & Santafé, 2021, p. 92). Essa máquina poliforma, rizomática, difusa e que se correlaciona com uma ética do comum, aparece nas falas de Ana Pitta e Eduardo Vasconcelos:

Havia uma pedagogia democrática, quer dizer, as pessoas tinham um inimigo em comum e tinham que lutar contra isso. (...) Quer dizer, havia uma marca comum de luta: somos contra o manicômio. Havia uma marca comum que era a defesa da liberdade, cuidar em liberdade. Isso aí era o que nos unia. (Ana Pitta, entrevista).

Na minha concepção, o movimento antimanicomial só tem plena potência quando ele tem essa frente ampla em que todas as correntes trabalham de forma conjunta. (Eduardo Vasconcelos, entrevista)

A construção de um horizonte democrático da multidão exige o encontro de pontos que convergem para uma potência criativa e inventiva, por meio da efetividade da luta e do desejo de ser multidão. O acoplamento a essa “frente ampla”, exerce uma força de produção imaterial, cognitiva e afetiva, alinhada com o necessário para a produção do comum. Como indica Tarin (2017, p. 191), um movimento que se constitui de modo aleatório e caótico, “mas não por isso menos capaz de inventar novas realidades e novos poderes-constituintes.” Essa frente ampla, composta por intelectuais e demais atores, constitui um movimento capaz de se “conectar e se combinar uns com os outros, formando um projeto plural e compartilhado. A singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum.” (Hardt & Negri, 2014, p. 92).

É a criatividade e a possibilidade de forjar outros mundos que vai dando o contorno nômade para os intelectuais presentes na produção da reforma psiquiátrica. Venturini ao mencionar seu encontro com Franco Basaglia, psiquiatra italiano e principal figura responsável pela reforma no sistema de saúde mental da Itália, com quem trabalhou nos anos 1960, traz esse caráter inventivo do intelectual: “ele era um teórico, mas sobretudo era uma pessoa que acompanhava os processos na prática. As palavras não podiam para ele ter um encontro sem que este encontro, essa conversa, chegasse a concretizar em alguma coisa.” (Ernesto Venturini, entrevista). E esse parece ser o modo com que os intelectuais brasileiros, presentes no campo da saúde mental, tomaram os encontros que foram se formando na luta pela reforma. Encontros que no entre produziam novas práticas e novos sujeitos. Um contínuo de agenciamentos que, em rede, elucidavam a potência do comum.

Na produção do comum tem-se uma rede que não traz um início ou fim. É rizomático. “Eu tenho a impressão de que essa rede de contatos, de interesses comuns, de luta política... ela vai se constituindo dessa forma meio anárquica, espontânea.” (Ana Pitta). Nesse ponto, Pitta reafirma o caráter do comum como elemento importante para a constituição do movimento de reforma. Se aproxima, com isso, da discussão apresentada por Varvarousis (2020) que traz essa dimensão anárquica do comum como algo que se dissemina no tecido social criando espaços rizomáticos, em um constante movimento de desterritorialização e territorialização.

Ademais, a reforma psiquiátrica é um processo em movimento. Daí talvez a esperança constante anunciada por Baremlitt de “algum dispositivo que nos permita associarmos” (Gregório Baremlitt, entrevista). Pois como afirma Dardot e Laval (2017, p. 16) “nada substituirá o engajamento na ação”. Vasconcelos também caminha nessa direção ao reafirmar que “o que resta para nós é a luta constante e a luta de resistência mesmo em conjunturas difíceis” (Eduardo Vasconcelos, entrevista).

Nesse movimento de luta, reverberando o comum como agenciamento do devir político, Delgado (2019) constrói um manifesto que convoca uma resistência que acredita ser possível e exitosa, se atrelada à consciência do cenário político. Não obstante, indica a existência de uma rede potente que conecta afetos, experiências e lutas com forte capilarização territorial. Ao usar a “trincheira” como essa escavação que abriga atos de resistência, aponta para um lugar outro, heterotópico, onde as raízes se entrelaçam ganhando formações, cultivando coalizões entre manifestações

com diferentes atores, forjando, não apenas diferentes formas de vida, uma vez que o que se coloca em jogo é a própria vida, como algo até então impensado.

Formar bandos, agenciar afetos e resistir ao poder instituído na construção da reforma psiquiátrica foram atos que se deram em meio às relações de poder, jogos de verdade e disputas políticas que aludem a atravessamentos econômicos, políticos e sociais presentes no campo da saúde mental. É o que aparece também na fala de Baremlitt: “tinha muita gente que pertencia a diversos movimentos, era uma época muito interessante e muito perigosa.” (Gregório Baremlitt, entrevista). Como indica Foucault (2010), a prática de liberdade, a fala franca, o dizer verdadeiro do intelectual, não é isento de riscos. Ao intelectual cabe, ainda em diálogo com o autor, nesse movimento de se aliançar e na luta em bando, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (Foucault, 2010, p. 265). Todavia, a história mostra que não é tarefa fácil resistir às investidas do Estado em regulamentar os fluxos de transbordamento de território outro nessa arena composta por relações de poder e dominação. O risco, especialmente o assujeitamento, está sempre colocado em meio às lutas e resistências. “Eu fui proibido de entrar em qualquer hospital da DINSAM”, afirma Amarante, em entrevista, após participar do movimento supracitado. Contudo, é justamente por haver um risco que é preciso ter coragem para resistir, bem como a solidariedade na trincheira da resistência.

É importante mencionar que destacar o papel do intelectual na reforma, especialmente em suas condições de possibilidade, é uma estratégia adotada para a investigação desenvolvida nesse trabalho de tese, mas sem desconsiderar que tais atores jamais atuaram sozinhos na construção da reforma psiquiátrica brasileira. O projeto Memória traz entrevistas com usuário e familiares. E se faz de extrema importância, mencionar, aqui, por exemplo, o protagonismo dos usuários junto com familiares e profissionais de serviços da saúde mental na conhecida Marcha dos Usuários a Brasília pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, ocorrida em 2009.¹⁰

Como um campo beligerante, as movimentações dos intelectuais em torno da reforma se deram não apenas com embates frente ao instituído, operando como

¹⁰ Marcha organizada pela Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) e com o apoio de diversas entidades, como o Conselho Federal de Psicologia. Aproximadamente 2 mil pessoas, em sua grande maioria usuários da saúde mental de todas as regiões do país, marcharam em Brasília por uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Blog da Marcha: <http://marchadosusuarios.blogspot.com>

verdadeira máquina de guerra, como sinalizado em capítulo anterior, mas, também com embates no interior do próprio movimento. Disputas de poder, entendimentos sobre o que estava em jogo e compreensão sobre os atores que deveriam fazer parte ou assumir o protagonismo na luta foram palco de diversos confrontos, gerando fissuras e dissidências. Exemplo disso foi o ocorrido no II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) em Bauru, no estado de São Paulo, em 1987, em que o movimento tenciona ainda mais as políticas de saúde da reforma psiquiátrica ao reafirmar com todas as letras a bandeira da luta antimanicomial. Mais tarde, em 1993, no I Encontro Nacional do Movimento Antimanicomial, em Salvador, no estado da Bahia, o movimento dos trabalhadores do setor se rearticula como Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). Contudo, um novo fato ocorrido no V Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, em 2001, veio a marcar uma outra cisão, agora no MNLA. No referido encontro a delegação de Minas Gerais, em uma atitude de protesto frente ao descontentamento dos segmentos de usuários e familiares e em decorrência da forma pouco democrática na tomada de decisões, deixaram a Plenária. Em consequência, criou-se a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA). Conforme aponta Tomaz (2009) a RENILA e o MNLA formam o quadro atual de movimentos sociais em torno da saúde mental no Brasil.

Retomamos esse contexto de embates internos para situar que o movimento de produção da reforma psiquiátrica não se deu de forma hegemônica e sem disputas. Contudo, o comum continua sendo a mola propulsora das lutas, sobretudo quando a máquina do Estado se movimenta para produzir retrocessos nas conquistas. Nesses momentos, os movimentos se juntam formando uma multidão capaz de fazer frente à tentativa de captura por parte do Estado, produzindo redes diversas e linhas de fuga. É o que reverbera o entrevistado em sua fala: “na minha concepção, o movimento antimanicomial só tem plena potência quando ele tem essa frente ampla em que todas as correntes trabalham de forma conjunta.” (Eduardo Vasconcelos, entrevista).

No texto de Vasconcelos (2010), discutido em capítulo anterior, é possível identificar alguns elementos para se pensar a posição que o intelectual ocupou e ainda ocupa no movimento de reforma psiquiátrica no país. Em um primeiro momento o autor convoca o leitor a uma discussão sobre o posicionamento político e estratégico na reforma. Em seguida, após apontar que se trata de uma “reflexão teórica e política”,

buscando analisar de forma “interna” as estratégias de mobilização da reforma, o autor indica que o texto é de circulação mais restrita, permitindo “um pouco mais de liberdade de discussão.” (p. 19). Tal ato, parece legitimar uma fala implicada e sem se furtar a uma análise crítica do movimento político engendrado no contexto analisado, um dizer verdadeiro, ato comum ao intelectual específico foucaultiano e ao intelectual nômade aqui discutido. A escrita em primeira pessoa do plural, o nós, permite ao autor se localizar, a todo momento, no interior do processo. Ao dizer “nossas lutas da saúde mental”, Vasconcelos se coloca em e no movimento, defendendo que os avanços na reforma psiquiátrica só são possíveis se atrelados ao avanço da luta popular-democrática na qual ele se coloca como ator. Analisando o contexto político, palco de diversos embates em torno da saúde mental, faz emergir o intelectual nômade que ecoa uma necessária reativação da trincheira bem como uma organização em multidão para a produção de um comum que acerte estratégias de resistência e luta.

Ademais, acompanhando o movimento dos intelectuais no território da reforma, na busca pela produção do comum, verificam-se nomes importantes, além dos já mencionados, que não só buscaram reconstruir as bases teórico-conceituais e metodológicas da saúde mental, como também resgatar vidas por meio de suas próprias vidas. Dentre muitos outros intelectuais nômades que ficaram à margem desta cartografia, não podemos deixar de citar um que movido pela potência do comum, formou bandos e apostou que as lutas travadas na arena da saúde mental desenhariam novos caminhos: Antônio Lancetti, psicólogo argentino, residente no Brasil por décadas, falecido em 2016, e um dos principais protagonistas do pioneiro e mais radical processo de reforma local, vivido na cidade de Santos no estado de São Paulo entre fins da década de 1980 e meados de 1990, sob a gestão municipal do sanitarista David Capistrano Filho. Teve papel central na concepção e desenvolvimento do programa de saúde mental nessa cidade e em diversos outros municípios do estado de São Paulo. Lancetti, autor de “Clínica Peripatética” (2016), em entrevista a uma série denominada “Psicanalistas que falam”, relata algo próximo ao que este trabalho buscou compreender como intelectual nômade: aquele que age rumo à transformação política e social de modo a “poder esquecer, estar em vários lugares, abandonar um e entrar em outro.”¹¹

¹¹ O episódio com Antônio Lancetti está disponível no canal “Psicanalistas de Falam”, na plataforma de compartilhamento de vídeos do *Youtube*, disponível no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=XT3iHX7GZro>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu acho que o que resta para nós é a luta constante e a luta de resistência, mesmo em conjunturas difíceis.

(Eduardo Vasconcelos, entrevista)

De volta ao barco procurando um lugar no cais para fazer uma parada que o tempo cronológico exige é chegada a hora de finalizar. E finalizar uma tese, encerrar essa pesquisa, é a tarefa mais difícil já experimentada por esse cartógrafo, doutorando, que desenha esse mapa. Muito mais poderia ser pensado, cartografado, escrito, mapeado e percorrido. Em tempo de contrarreforma, de descrédito à ciência e de resistência aos avanços, retomar o movimento, navegar por águas históricas, investigar as trincheiras e conhecer as guerras travadas é tarefa mais que necessária. Chego ao final em um lugar outro não pensado no início. Os ventos me levaram para outras margens, o que mostrou que são muitas as margens a que se possa chegar.

Partindo do tema central que foi a trajetória dos intelectuais na construção da reforma psiquiátrica brasileira, buscamos trabalhar a noção de intelectual nômade, compreendendo que os modos de subjetivação desses atores perpassam por uma política nômade, produzindo, por meio de uma experiência de criação em multidão, um devir intelectual revolucionário. O intuito aqui consistiu em localizar esse intelectual no interior dos acontecimentos presentes na reforma, um movimento com muitos embates, conflitos e produções. Como disse Eduardo Vasconcelos em entrevista, fazendo um chamamento ao cartógrafo que o acompanhava: “o que eu chamo atenção dos companheiros mais novos, como você, [é que] tenham esse olhar mais alongado e de olho na conjuntura, que ela abre brechas para resistência micropolítica e de vez em quando ela abre brechas macropolíticas.” Tentamos alongar esse olhar e localizar essas brechas do passado para que estejamos atentos às novas brechas do presente.

Nesse movimento de olhar os acontecimentos entendemos que o território da saúde mental é espaço de luta, um campo de expansão de um devir intelectual, operado por uma rede de encontros com agenciamentos de corpos e pensamentos múltiplos. Os intelectuais foram e são importantes atores na reforma e têm uma função

estratégica de adensamento das práticas e promoção da construção do comum no território da saúde mental. Se dos diversos atores optamos por voltar o olhar para a figura do intelectual não é por entender que este assume uma posição de destaque em relação aos demais. O ponto de partida, aqui, tem como marcador a produção de um caminho outro que não busca enfatizar, somente, a presença dos intelectuais estrangeiros na produção de mudanças que engendraram um outro modo de organização do cuidado em saúde mental no Brasil, prática comum na literatura da área. Reconhecemos a importância desses, mas, quase que em uma perspectiva decolonial, buscamos o traçado de um acontecimento protagonizado por atores brasileiros ou aqueles que embora estrangeiros, não circularam aqui apenas de passagem, como Ernesto Venturini e Gregório Barenblitt. E a literatura sobre a reforma psiquiátrica brasileira, talvez porque produzida por esses atores, é incipiente no que tange aos processos de organização e modos de subjetivação experimentados por eles. Vale destacar que concordamos com Presotto et al. (2013), ao indicar a escassez de pesquisas e estudos em torno da participação dos usuários e familiares na produção de conhecimento e das políticas de saúde mental no país. É sabido a importância e o protagonismo que tiveram ao longo da luta política por conquista de direitos no âmbito da saúde pública, o que indica a necessidade de mais pesquisas e produções que abarquem esses atores, e de que são exemplos as pesquisas de agenciamento do chamado GAM (Gestão Autônoma da Medicação) (Caron & Feuerwerker, 2019, Onocko-Campos et al., 2013) e da pesquisa de tese desenvolvida por Regina Celi Ribeiro (2017) sobre o grupo de teatro de usuários da saúde mental de Belo Horizonte, *Sapos e Afogados*.

O modo como a saúde pública se estrutura no país progrediu, e a experiência em torno das lutas e dos embates travados pelos movimentos de reforma sanitária e psiquiátrica se acumulou. Todavia, é preciso pensar e começar a praticar outras e novas formas de organização revolucionária, buscando parar o avanço dos dispositivos que colocam entraves às conquistas na saúde coletiva. Além disso, é necessário combater os retrocessos produzidos ao longo dos últimos anos, que buscam desativar as trincheiras e desarticular os bandos presentes nas reformas.

As reformas sanitária e psiquiátrica brasileiras são potências de desterritorialização em ato e estão entre os principais modelos de atenção em saúde coletiva no mundo. Discutir as reformas nos seus aspectos políticos e institucionais se

faz, no presente, um dever de todos aqueles que estão comprometidos com a democratização das estruturas políticas. Trata-se de uma tarefa que alinha os que estão na luta para construir uma sociedade mais justa e democrática. Os retrocessos, tal como apontados ao longo desse trabalho, indicam as “condições sob as quais os aparelhos de Estado se apoderam da máquina de guerra, em especial ordenando um espaço estriado onde forças adversas possam equilibrar-se.” (Deleuze & Guattari, 2012a, p. 79-80).

A aproximação desenvolvida neste estudo entre a problemática de Deleuze e Guattari em torno da máquina de guerra com os movimentos de reforma sanitária e psiquiátrica brasileira permite compreender o caráter nômade das reformas e sua potência. O que caracteriza os movimentos como máquina de guerra é que são capazes de romper com uma estruturação instituída de organização do aparelho de Estado em torno de um movimento de desterritorialização dos espaços estriados. O compromisso com a criação de novas realidades e práticas, a partir de vetores instituintes e de linhas de fuga, visa à produção de subjetividades nos fluxos lisos e fomenta processos de transformação em e nas redes. E, conforme demonstrado, os movimentos de reforma atuaram dentro do escopo desses agenciamentos.

Nesse sentido, o horizonte indica, em diálogo com Pelbart (2015, p. 24), que a insurgência das reformas como máquinas de guerra contra a captura do aparelho de Estado e sua expressão de resistência passa “cada vez mais por uma experimentação (...) de novos espaços e novos tempos, pela invenção de novas formas de cooperação e novas formas de associação, de novos desejos e de novas crenças”. Ainda mais quando se tem um Estado que busca constantemente a apropriação dessa dimensão de máquina de guerra das reformas a fim de submetê-las a regras e limitá-las de modo estrito, controlar e proibir seu desenvolvimento nômade pelo campo social. O agenciamento nômade em bando foi e continua sendo condição da revolução. É na articulação em rede que os atores dos movimentos reformistas se distribuem pelo espaço, produzindo alisamento, ocupação e resistindo a toda tentativa de captura por parte do estriamento sedentário do Estado.

Acreditamos que esta tese contribui para a discussão sobre a relação entre os intelectuais e a reforma psiquiátrica brasileira e aponta para a construção do comum como fruto dessa relação e de uma rede que se expande e se multiplica em torno das ações concretas e de mobilizações políticas no campo da saúde mental. O caráter

revolucionário da reforma psiquiátrica brasileira está na sua capacidade de escapar da segmentaridade dura do Estado, construindo linhas de fuga que são imanentes ao campo social e que agenciam diversos atores, entres eles os intelectuais, uma multidão que se constitui no processo mesmo de construção do comum. A potência dos intelectuais em movimento na reforma consiste justamente na possibilidade de variação do plano das forças na produção da diferença. O que implica a tomada como força constituinte que marca uma ruptura e desestabiliza as formas instituídas.

Elucidamos que a movimentação dos intelectuais em torno da reforma psiquiátrica brasileira esteve e está associada a condições de possibilidade de produção do comum, de novas práticas políticas geradoras de subjetividade (Hardt & Negri, 2014) e de expansão dos bens comuns. Com trajetórias singulares e experiências que modificam não apenas o contexto, mas, também a si mesmos, os intelectuais, sejam acadêmicos, trabalhadores ou gestores, ocupam os espaços de luta e criam possibilidades de encontros que reverberam construções coletivas, práticas inventivas e movimentos disruptivos. Tudo isso sem deixar de lado a potência do pensar em ato.

Defendemos que a participação dos intelectuais na construção e defesa da reforma psiquiátrica sempre esteve atrelada a um espaço de experimentação de práticas coletivas, democráticas e desejantes. Não obstante, Hardt e Negri (2005) reafirmam que uma ação política com vias à transformação e libertação só é possível se conduzida pela multidão. A crença em formas de tratamento mais humanizadas, em relações mais democráticas e em vida que sejam capazes de gerar novas vidas no cenário reformista, parece ser a mola propulsora que coloca os intelectuais nômades em movimento, adensando as práticas e promovendo a construção do comum no território da saúde mental.

Atracado, é chegado o momento de descer do barco. Partimos de uma proposta aberta de trilhas por desenhar, margens de manobras demonstrativas que em vários momentos abriram novos caminhos, novas linhas e novos traçados no plano de composição. Não havia âncora no início. Não há âncora no final. Admitimos que os ventos que impulsionaram os movimentos mapeados neste trabalho, continuarão a impulsionar outros e novos movimentos, afinal de contas: “a luta, dizia um grande jornal da Reforma Psiquiátrica nos anos 70, é onde também há prazer e vice-versa.” (Paulo Amarante, entrevista).

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. C. X. (2015). Da ciência como território à ciência como nomadismo. *Esferas*, (6), 89-98. <http://dx.doi.org/10.19174/esf.v0i6.6154>
- Altamirano, C. (2006). *Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- Amarante, P. (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Amarante, P. (2021). *Autobiografia de um movimento: quatro décadas de reforma psiquiátrica no Brasil*. São Paulo: Zagodoni.
- Amarante, P., & Nunes, M. de O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(Ciênc. saúde coletiva, 2018 23(6), 2067–2074. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>
- Araya, L. V. (2011). Intelectuales latinoamericanos: desfases, tensiones y proyecciones. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, 11(20), 115-130. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89532011000100009&lng=en&tlng=es
- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial.
- Barboza, M.A.G. (2022). Redes sociais e saúde mental. In: Barboza, M.A.G. (org.). *Atenção psicossocial em saúde mental: temas para (trans)formação*. (pp. 39-59). Curitiba: Appris.
- Barboza, M.A.G., Pires, J.J.N. (2022). Território na atenção psicossocial em saúde mental. In: Barboza, M.A.G. (org.). *Atenção psicossocial em saúde mental: temas para (trans)formação*. (pp. 15-38). Curitiba: Appris.
- Barros, L.P., Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina.
- Brasil. (2001). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20

No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental.

- Brasil. (2011). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Brasil. (2016a). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. (2016b). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- Brasil. (2019). Nota Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Ministério da Saúde. <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
- Cara, S. A. (2015). A data histórica do intelectual em crise. In: Morgato, I., Gomes, R. C. (orgs.). *O intelectual e o espaço público* (pp. 307-317). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Caron, E., & Feuerwerker, L. C. M.. (2019). Gestão Autônoma da Medicação (GAM) como dispositivo de atenção psicossocial na atenção básica e apoio ao cuidado em saúde mental. *Saúde & Sociedade*, 28(4), 14–24.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190697>
- Castro, E. D., & Lima, E. M. F. A. (2007). Resistência, inovação e clínica no pensar e no agir de Nise da Silveira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(22), 365–376. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000200017>
- Ceccim, R. B. (2007). Prefácio. Reforma geral da subjetividade: por uma educação rizomática da saúde mental. In T. M. G. Fonseca, S. Engelman, & C. M. Perrone. *Rizomas da reforma psiquiátrica: a difícil reconciliação* (pp. 11-17). Porto Alegre: Sulina/UFRGS.

- Chiabotto, C. C., Nunes, I. S. & Aguiar, K. S. P. (2022). Contrarreforma psiquiátrica e seus reflexos no cuidado ao usuário e à família. *Em Pauta*, 20(49), 81-94.
<https://doi.org/10.12957/rep.2022.63478>
- Coletivo Política do Impossível. (2008). *Cidade luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo*. São Paulo: Editora PI. <https://polis.org.br/publicacoes/cidade-luz-uma-investigacao-acao-no-centro-de-sao-paulo/#:~:text=O%20livro%20Cidade%20Luz%2C%20apresenta,da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.>
- Costa, L. B. da. (2014). Cartografia: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, 7(2), 66-77. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1983734815111>
- Cruz, N. F. de O.,; Gonçalves, R. W., Delgado, P. G. G. (2020). Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3).
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00285>
- Damião Junior, M. (2021). Fundamentos do método de Nise da Silveira: clínica, sociedade e criatividade. *Junguiana*, 39(1), 91-100.
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252021000100007&lng=pt&tlng=pt.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252021000100007&lng=pt&tlng=pt)
- Deleuze, G. (1985). Pensamento nômade. In. Marton, S. *Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy* (pp. 56-76). São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2013). *Conversações (1972-1990)* (P. Pelbart Trad. 3ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011a). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. (L. Orlandi Trad. 2ª ed.). São Paulo: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1972).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011b). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1*. (A. Oliveira, A. Guerra Neto & C. Costa Trad. 2ª ed.). São Paulo: Editora 34. (Original publicado em 1980)
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012a). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5* (P. Pelbart & J. Caiafa Trad. 2ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012b). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4* (S. Rolnik Trad. 2ª ed.). São Paulo: Editora 34.

- Delgado, P. G. G. (2011). Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12), 4701-4706. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300019>
- Delgado, P. G. G. (2019). Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17(2), 1-4. <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212>
- Desviat, M. (2015). *A Reforma Psiquiátrica*. (V. Ribeiro Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dias, F. S. (2008). *Os Movimentos Sociais na Reforma Psiquiátrica: o “Novo” na História da Psiquiatria do Brasil* [Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3983>
- Duriguetto, M. L. (2014). A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social & Sociedade*, (118), 265-293. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>
- Fleury, S. (2018). Reforma sanitária: múltiplas leituras, diálogos e controvérsias. In: Fleury, S. (org.). *Teoria da reforma sanitária: diálogos críticos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Fonseca, T. M. G. (2007). A reforma psiquiátrica e a invenção da reconciliação. In: Fonseca, T. M. G., Engelman, S. & Perrone, C. M. (orgs.). *Rizomas da reforma psiquiátrica: a difícil reconciliação* (pp. 29-51). Porto Alegre: Sulina/UFRGS.
- Fonseca, T. M. G., Engelman, S. & Perrone, C. M. (Orgs.). (2007). *Rizomas da reforma psiquiátrica: a difícil reconciliação*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS.
- Fontes, B. A. S. M. (2008). Dos pavilhões às ruas: a âncora territorial da reforma psiquiátrica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 19(3), 183-192. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i3p183-192>
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. (M. Albuquerque Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

- Foucault, M. (2010). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In. Foucault, M. *Ética, sexualidade, política* (2ª ed., pp. 254-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2011). *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. (E. Brandão Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Curso proferido pelo autor em 1984).
- Foucault, M. (2012). Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In. Foucault, M. *Estratégia poder-saber*. (V. Ribeiro Trad., 3ª ed. pp. 328-344). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1980).
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico; As heterotopias*. (S. Muchail Trad.). São Paulo: n-1 Edições. (Trabalho original publicado em 1966).
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do cárcere, volume 1*. (C. Coutinho Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere, volume 2*. (C. Coutinho Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gros, F. (2004). *Foucault: a coragem da verdade*. (M. Marcionilo Trad.). São Paulo: Parábola Editorial.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografias do desejo* (12ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gullar, F. (2009). “Ninguém aguenta uma pessoa delirante dentro de casa”. *Revista Época*, São Paulo: Globo.
<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75200-15257,00.html>
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Multidão, guerra e democracia na era do Império*. (C. Marques Trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
- Hardt, M., Negri, A. (2014). *Declaração - Isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições.
- Hur, D. U. (2009). *Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertação da USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27112009-103453/publico/TeseDomenico.pdf>

- Hur, D. U. (2016). Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. *Mnemosine*, 12(1), 210-232. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41669/28938>
- Hur, D. U. (2019). *Psicologia, política e esquizoanálise* (2ª ed.). Campinas: Alínea.
- Lancetti, Antonio. (2016). *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec.
- Dardot, P. & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* (M. Exalar Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Leclerc, G. (2004). *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- Levy, T. S. (2011). *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, R. C. (2019). O avanço da Contrarreforma Psiquiátrica no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29(01), 1-5. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290101>
- Lobosque, A. M. (2003). *Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Maeso, B. E., Santafé, V. L. (2021). Reações em cadeia: molar, molecular e (des)mobilização das máquinas de guerra. *Trágica: estudos de filosofia da imanência*, 14(1), 77-101. <https://revistas.uerj.br/index.php/tragica/article/view/34726/pdf>
- Martins, M. F. (2011). Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, 22(3), 131-148. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>
- Mello, V. R. C. (2016). Experiências de cuidado na saúde: objeto direto de uma política de formação. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2016_t_VaniaMello_07_12.pdf
- Negri, A. (2010). Dispositivo metrópole: a multidão e a metrópole. *Revista Lugar Comum*, (25-26), 201-208. <https://forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/Dispositivo-metropole-A-Multid-o-e-a-metropole-Antonio-Negri.pdf>

- Negri, A. (2012). Metamorfose - arte e trabalho imaterial. In: Tarin, B., Belisário, B. (org.). *Copyright: Pirataria & Cultura Livre* (pp. 115-126). Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Negri, A. & Guattari, F. (2017). *As verdades nômade: por novos espaços de liberdade* [M. Marino & J. Viel Trad.]. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia.
- Nunes, M. O., Lima Junior, J. M., Portugal, C. M. & Torrenté, M. (2019). Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(12), 4489-4498. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25252019>
- Oka, C. P. B. & Costa, P. H. A. (2022). Os Caminhos da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira: um estudo documental. *Cadernos Brasileiros e Saúde Mental*, 14(40), 01–29. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80847>
- Onocko-Campos, R. T. & Furtado, J. P. (2006). Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(5), 1053-1062. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500018>
- Onocko-Campos, R. T., Passos, E., Palombini, A. L., Santos, D. V. D., Stefanello, S., Gonçalves, L. L. M., Andrade, P. M., & Borges, L. R. A. (2013). Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2889-2898. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000013>
- Paim, J. S. (2008). *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Paim, J. S. (2009). *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Passiani, E. (2018). Figuras do intelectual: gênese e devir. *Sociologias*, 20(47), 16-47. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>
- Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (2015). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, I. C. F. (2009). *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

- Passos I. C. F., Barboza M. A. G. (2012). Três momentos da reforma psiquiátrica brasileira, três modos de inserção da formação “psi” mineira. O que esperar como cenário futuro? In: Melo, W. (Org.). *Que país é este?* Rio de Janeiro: Espaço Artaud.
- Pelbart, P. P. (2015). Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo.... *Saúde e Sociedade*, 24(Supl. 1), 19-26. <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015s01002>
- Pitta, A. M. F. (2011). Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: instituições, atores e políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12), 4579-4589. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001300002>
- Pitta, A. M. F. & Guljor, A. P. (2019). A violência da contrarreforma psiquiátrica no Brasil: um ataque à democracia em tempos de luta pelos direitos humanos e justiça social. *Cadernos do CEAS*, (246), 6-14. <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n246.p6-14>
- Prado, Y., Severo, F., Guerrero, A. (2020). Reforma Psiquiátrica Brasileira e sua discussão parlamentar: disputas políticas e contrarreforma. *Saúde em Debate* [online], 44(spe 3), 250-263. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E321>
- Prado Filho, K. & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-59. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&tlng=pt
- Prado Filho, K. & Lemos, F. C. S. (2012). Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. *Contemporânea*, 2(1), 45-63. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/59>
- Presotto, R. F., Silveira, M., Delgado, P. G. G., & Vasconcelos, E. M.. (2013). Experiências brasileiras sobre participação de usuários e familiares na pesquisa em saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2837-2845. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000008>
- Ribeiro, R. C. F. (2017). *Experiências autonomistas em saúde mental: possibilidades de empoderamento*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU3LRA/1/tese_regina_c_li_fonseca_ribeiro_impres_o.pdf

- Sander, J. (2010). A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 382-387. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200019>
- Schöpke, R. (2017). Corpo sem órgãos e a produção da singularidade: a construção da máquina de guerra nômade. *Revista de Filosofia Aurora*, 29(46), 285-305. <http://dx.doi.org/10.7213/1980-5934.29.046.AO01>
- Scorel, S. (2011). Saúde: uma questão nacional. In: Teixeira, S. F. (org.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria* (pp. 181-192). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.
- Semeraro, G. (2006). Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cadernos CEDES*, 26(70), 373-391. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>
- Silva, A. P. P., Duarte, M. J. O. (2022). Ana Maria Fernandes Pitta: mulher, nordestina, psiquiatra antimanicomial e militante da Reforma Psiquiátrica. *Em Pauta*, 49(20), 300-303. <https://doi.org/10.12957/rep.2022.63532>
- Soler, R. D. V. (2017). Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. *Psicologia em Revista*, 23(2), 541-562. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p541-561>
- Tarin, B. (2017). Fazer-se multidão: multiplicidade, classe e comum. *Ciências Sociais Unisinos*, 53(2), 187-193. doi: <https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.2.02>
- Tedesco, S.H., Sade, C., & Caliman, L.V. (2015). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 92-127). Porto Alegre: Sulina.
- Teixeira, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde e Sociedade*, 24(supl. 1), 27-43. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015S01003>
- Teixeira, S. F. (2011). Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: Teixeira, S. F. (org.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria* (pp. 17-46). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.
- Tomaz, C. S. (2009). *A cidadania do louco: um debate necessário para a compreensão da direção teórico-política da Luta Antimanicomial*. [Dissertação

de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional UFJF.

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2759/1/cristianesilvatomaz.pdf>

Traverso, Enzo. Onde foram parar os intelectuais? Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

Varvarousis, A. (2020). The rhizomatic expansion of commoning through social movements. *Ecological Economics*, 171, 1-9. doi:

<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106596>

Vasconcelos, E. M. (2010). Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira. São Paulo: Hucitec.

Vasconcelos, E. M. (2021). Análise de conjuntura e o campo da saúde mental:

retrocessos e brechas para resistir e avançar. In. Vasconcelos, E. M. (org.).

Novos horizontes em saúde mental: análise de conjuntura, direitos humanos e protagonismo de usuários(as) e familiares (pp. 91-132). São Paulo: Hucitec.

Vieira, P. P. (2015). A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault. São Paulo: Intermeios; Fapesp.

Yasui, S. (2010). Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

APÊNDICE

Apêndice A

Roteiro de Entrevista

- 1) Se apresente
- 2) Você se considera um intelectual? Como definiria o intelectual?
- 3) Me conte a história da reforma psiquiátrica brasileira e como se deu/dá sua participação
- 4) Como se dá sua relação com o movimento da reforma psiquiátrica? Você faz parte de algum movimento/associação? Se vincula a alguma rede?
- 5) Quais entraves e embates você vivenciou ao longo desses anos da reforma?
- 6) Como você avalia a reforma atualmente?
- 7) Gostaria de falar algo mais que não foi abordado?

Apêndice B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Projeto de pesquisa: INTELLECTUAIS NÔMADES NA REFORMA PSIQUIÁTRICA
BRASILEIRA: cartografando movimentos de produção do comum

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de doutorado intitulada “Intelectuais nômades na reforma psiquiátrica brasileira: cartografando movimentos de produção do comum”, sob responsabilidade do doutorando João Henrique de Sousa Santos e com orientação da professora e doutora Izabel Christina Friche Passos. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O convite a participar dessa pesquisa se dá em decorrência de sua participação ativa no movimento da reforma psiquiátrica brasileira. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, não é obrigatória. A participação neste estudo é voluntária e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Esse Termo foi encaminhado para você via e-mail, após a leitura e caso concorde com a sua participação, você deve assinar e enviar uma cópia para o pesquisador responsável por e-mail.

Procedimentos do estudo

Você será solicitado(a) a conceder uma entrevista, com duração aproximada de 50 minutos, na modalidade online, que será gravada, para posterior transcrição e análises. As informações registradas servirão para que os pesquisadores envolvidos na pesquisa possam conhecer trajetórias de participação na saúde mental com foco na experiência do intelectual, em face da construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira. A entrevista terá como pano de fundo a seguinte questão narrativa: “me conte a história da reforma psiquiátrica brasileira e como se deu/se dá sua participação nela.”

Riscos e desconfortos

Consideramos que toda pesquisa envolvendo seres humanos pode conter desconfortos. Observa-se que esta pesquisa pode gerar constrangimentos pessoais para os(as) entrevistados(as). Ao narrar a história solicitada você poderá se sentir desconfortável com algumas questões que podem lhe trazer lembranças ruins; se isso acontecer, você poderá pausar o relato, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer prejuízo. Ressalta-se que o instrumento a ser utilizado - entrevista narrativa - é consolidado no âmbito das Ciências Humanas para pesquisas envolvendo seres humanos. Além disso, os pesquisadores têm conhecimentos suficientes do método previsto e formação adequada para identificar constrangimentos pessoais, podendo interromper a entrevista de modo a evitar que danos maiores ameacem o seu bem-estar.

Benefícios

Dos benefícios previstos, destaca-se a possibilidade de refletir sobre as condições de sua participação na construção e na defesa da reforma psiquiátrica. Trabalhamos com a perspectiva de entrevista como interação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, o que permitirá a construção de conhecimentos compartilhados sobre os temas abordados. Além disso, entende-se que a construção de conhecimento é um importante benefício para o avanço da ciência e, considerando o objeto de estudo dessa pesquisa, para o avanço e a defesa da reforma psiquiátrica brasileira.

Custos / reembolso.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Caso sejam comprovados gastos advindos da pesquisa a equipe de pesquisadores viabilizará a melhor forma para realizar o ressarcimento. A entrevista será agendada em horário conveniente para você e considerando que será virtual não haverá gastos com deslocamentos.

Caráter confidencial dos registros

Caso deseje, sua identidade será mantida em sigilo. Neste caso, sempre que forem mencionados trechos de suas falas, será utilizado um nome fictício de modo a garantir o sigilo da fonte da informação. Ressalta-se, entretanto, que o Conselho Nacional de Saúde (CNS 510/2016) permite que os participantes sejam identificados, desde que autorizem a divulgação dos seus dados. Os registros da sua fala serão sempre apresentados como fragmentos associados a categorias gerais de análise. De maneira a assegurar sua privacidade, as informações obtidas através de entrevistas que contém dados que possam identificá-la, serão devidamente arquivadas pelo pesquisador responsável pelo estudo, em ambiente virtual, drive, com senha de acesso, por um período de 5 (cinco) anos após a conclusão de todas as etapas da investigação. Cumprido esse prazo, todos os registros serão destruídos.

Resultados

Além da apresentação dos resultados da pesquisa no formato de produtos (tese e artigos) que serão enviados para você, os pesquisadores se colocarão à disposição para uma devolutiva individual dialogada.

Participação

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Você também pode ser desligado do estudo nas seguintes situações: (a) você não siga as orientações relacionadas ao estudo; (b) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar ao coordenador da pesquisa. O coordenador da pesquisa poderá fornecer qualquer esclarecimento que julgar necessário, bastando contato nos seguintes endereços e/ou telefones:

João Henrique de Sousa Santos

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, CEP: 31270-901. Belo Horizonte, MG
Telefones: (31) 98828-6609
jhsousasantos@gmail.com

Izabel Christina Friche Passos
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, CEP: 31270-901. Belo Horizonte, MG
Telefones: (31) 3409-6281 / 3409-5027
izabelfrichepassos@gmail.com

Este estudo tem o respaldo do Comitê de Ética em Pesquisa - COEP da Universidade Federal de Minas Gerais, localizado na AV. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901, Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31) 3409-4592 ou e-mail coep@prpq.ufmg.br no seguinte horário de atendimento: 09:00 às 11:00 / 14:00 às 16:00.

Li, ou alguém leu para mim, as informações contidas neste documento antes de assiná-lo. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição desta pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do(a) participante	Contato(s)
Assinatura do participante	Data

Obrigado por sua colaboração e por merecer sua confiança.

Izabel Christina Friche Passos	Local e data
João Henrique de Sousa Santos	Local e data

ANEXO

Anexo A

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Intelectuais nômades na Reforma Psiquiátrica brasileira: cartografando movimentos de produção do comum

Pesquisador: Izabel Christina Friche Passos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54891422.6.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.358.538

Apresentação do Projeto:

O estudo tem como objetivo cartografar trajetórias de resistência na saúde mental com foco na experiência do intelectual, em face da participação política na construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira. Tal objetivo busca a composição de um plano pautado em duas hipóteses que se conectam e se atravessam, a saber: (1) no embate travado na construção e defesa da reforma psiquiátrica brasileira com a participação dos intelectuais, tais atores são atravessados por linhas de forças que favorecem a emergência desses enquanto sujeitos políticos; (2) os atos e agenciamentos inseridos no contexto da reforma psiquiátrica forjam um plano comum, composto de um tecido coletivo guiado por singularidades, o qual reverbera a potência do intelectual nos modos de se constituir nas e em rede. A pesquisa será desenvolvida com a utilização de procedimentos qualitativos de investigação, que visam abordar o objeto de estudo proposto em suas dimensões subjetivas e processuais.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, acredita-se possuir grande relevância a realização de entrevistas narrativas com intelectuais envolvidos com a construção e/ou defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Por se tratar de um estudo exploratório no âmbito da psicologia social, pretende-se envolver 15 intelectuais do movimento da reforma. Dois critérios compõem a escolha dos sujeitos a serem pesquisados: 1) ter produção na área da Reforma ou Saúde Mental; 2) Estar envolvido diretamente ou indiretamente com o movimento da luta antimanicomial. Para envolvimento de outros intelectuais, será utilizada a estratégia de indicação por "bola-de-neve"

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br